



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIX - Nº 12

SEXTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE MARÇO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Ofícios

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar denúncias feitas contra a CUT.

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Especial destinada a analisar a Medida Provisória 448/94.

Da Liderança do PMDB, referente à substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades na TV JOVEM PAN LTDA.

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, referente à substituição de membros na Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 447.

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Especial Mista destinada a analisar a Medida Provisória 447/94.

1.2.2 - Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTONIO MORIMOTO - Modificação unilateral e descabida de contratos do BASA de financiamento aos agricultores de Rondônia.

DEPUTADO PAULO PAIM - Expectativas de S. Exª quanto ao comparecimento dos parlamentares, que se posicionaram contrariamente ao veto presidencial à isonomia salarial dos Deputados e Senadores aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, à votação da Medida Provisória nº 434, cujo relator ofereceu projeto de lei de conversão oferecendo melhoria salarial aos trabalhadores.

DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Solicitando da Presidência esclarecimentos sobre reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, que examina representações contra Deputados envolvidos no escândalo da CPI do Orçamento.

SR PRESIDENTE - Resposta ao Sr. José Dirceu.

1.2.3 - Comunicação da Presidência

- Aviso da realização, hoje, de sessão unicameral do Congresso Revisor.

Convocação de sessão extraordinária da Câmara dos Deputados a realizar-se hoje, logo após o encerramento dos trabalhos revisionais.

1.2.4 - Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADO MENDES RIBEIRO - Apelo aos Congressistas no sentido de que compareçam ao plenário para votação da matéria da pauta de hoje.

DEPUTADO RIBEIRO TAVARES - Gravidade da situação dos produtores de sisal na Bahia.

DEPUTADO SÉRGIO FERRARA - 82 anos de atuação da Igreja Batista Evangélica em Minas Gerais.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

SR. PRESIDENTE - Não-acolhimento da solicitação do Sr. Luiz Carlos Hauly.

DEPUTADO ALDO REBELO - Crise entre os 3 Poderes da República. Declarações do economista Pêrsio Arida, isentando os oligopólios de responsabilidade pelos aumentos abusivos dos preços em nosso País.

DEPUTADO AMARAL NETTO - Emenda apresentada por S. Exª à medida provisória que institui a URV, propondo a marcação do preço máximo ao consumidor dos produtos nacionais e importados.

DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN, como Líder - Crise entre os Poderes da República. Contradições da Medida Provisória nº 434, no concenente à fixação de datas diferentes para a conversão dos salários do setor público e privado em URV.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

SR PRESIDENTE - Determinando a verificação de presença no plenário.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO - Apelo para que haja serenidade na presente sessão, em face da gravidade do momento político atual.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE – Crise política envolvendo os 3 Poderes da República.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Agressão física sofrida por S. Ex^a no plenário, perpetrada pelo Sr. José Cicote.

DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Concomitância de reunião de comissões com a sessão plenária.

SR. PRESIDENTE – Determinando a suspensão dos trabalhos das comissões técnicas que por ventura estejam reunidas.

DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT – Reunião concomitante da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados na data de ontem, como causa de sua ausência em votação plenária.

DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Reunião da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados em andamento.

DEPUTADO JOÃO TEIXEIRA – Crise entre os 3 Poderes. Conclamando seus pares ao plenário para votação da pauta de hoje.

SR. PRESIDENTE – Existência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE – Crise entre os Poderes da República. Arrocho salarial embutido no plano econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

DEPUTADO LUIZ CARLOS SANTOS, como Líder – Esclarecimentos definitivos sobre a posição do Governo Federal com relação à Medida Provisória nº 434/94.

DEPUTADO JOSÉ ALDO – Decepção de S. Ex^a com os resultados do encontro entre as Lideranças e o Ministro Fernando Henrique Cardoso no dia de ontem.

SENADOR PEDRO SIMON, como Líder – Insensibilidade do Congresso Nacional para avaliar a complexidade da crise econômica enfrentada pelo Governo Federal. Apelo em favor do entendimento e da corresponsabilidade para tomada de decisões.

DEPUTADO JOÃO PAULO – Atitude irredutível do Executivo no episódio da crise entre os Poderes da República.

DEPUTADO TARCÍSIO DELGADO, como Líder – Complexidade e repercussões sociais da Medida Provisória nº 434/94. Apelo em favor da negociação.

DEPUTADO MIRO TEIXEIRA, como Líder – Comentários às colocações dos Líderes dos Partidos que apoiam o Governo que o precederam na Tribuna.

DEPUTADO HAROLDO LIMA – Apelo em prol da imediata apreciação da matéria em pauta.

DEPUTADO MARCELINO ROMANO MACHADO, como Líder – Protestando contra a convivência dos partidos com a reedição pelo Governo da Medida Provisória nº 434/94.

DEPUTADO EDUARDO JORGE – Suscitando questão de ordem quanto à procedência regimental da sessão da Revisão Constitucional sobre a do Congresso Nacional. Prorrogação da presente sessão.

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Eduardo Jorge.

DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Requerendo a prorrogação da presente sessão, em apoio ao Sr. Eduardo Jorge.

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Miro Teixeira.

DEPUTADOS ERNESTO GRADELLA e ARTUR DA TÁVOLA, como Líderes – Tecendo considerações sobre a apreciação da Medida Provisória nº 434/94, na pauta da presente sessão, e sobre a crise criada pela mesma.

DEPUTADO HALEY MARGON – Realizações do Governo Iris Rezende nos seus 3 anos de atuação, com ênfase para a conclusão da IV Etapa do Complexo Hidrelétrico de Cachoeira Dourada.

DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Posição favorável à privatização.

DEPUTADA MARIA VALADÃO – Protestos contra propaganda do Governador Iris Rezende, fartamente veiculada nos meios de comunicação de Goiás, em flagrante desrespeito à legislação eleitoral.

DEPUTADO PAULO ROMANO – Defesa da legalidade e legitimidade da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa, ficando a data de conversão dos vencimentos de seus Ministros e servidores pela média do dia 20 dos últimos quatro meses.

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Apelo às autoridades do Fundo de Marinha Mercante do Ministério dos Transportes para que encontrem uma solução que ponha termo ao desperdício causado pelos cinco navios ancorados, indefinidamente, na Baía da Guanabara.

DEPUTADO EVERALDO DE OLIVEIRA – Conclamando os parlamentares do Nordeste para que apelem, em conjunto, ao Ministro da Integração Regional, Sr. Aluizio Alves, em favor da manutenção das Frentes de Trabalho no Nordeste, apesar das chuvas.

DEPUTADO LUIZ PIAUHYLINO – Denunciando os entraves colocados à Companhia Pernambucana de Saneamen-

co – COMPESA, à liberação dos recursos, por parte do Ministério da Integração Regional, para ampliação da barragem de Poço Fundo, em Santa Cruz de Capibaribe (PE).

DEPUTADO EDÉSIO FRIAS – Homenagem à população de São Fidélis pelo aniversário de sua emancipação política.

DEPUTADO PAULO ROCHA – Omissão do Governador Jader Barbalho na apuração das denúncias do Sindicato dos Urbanitários sobre irregularidades na Centrais Elétricas do Pará – CELPA.

DEPUTADO PEDRO CORRÊA – Nota oficial publicada no *Diário de Pernambuco*, do dia 6-3-94, criticando o advogado José David Gil Rodrigues, quando de sua atuação no Tribunal do Júri da Comarca do Recife.

DEPUTADO PAULO RAMOS, pela ordem – Imediata apreciação da Ordem do Dia.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Contraditando o Sr. Paulo Duarte argumenta que a complexidade da matéria exige o debate.

DEPUTADO EDUARDO JORGE – Solicitando à Mesa que submeta ao plenário seu pedido de prorrogação.

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Eduardo Jorge.

DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE – Comunicando à Presidência que a prorrogação da presente sessão vai ao encontro do esforço do entendimento que ora se desenvolve entre as Lideranças.

DEPUTADO JOSÉ ABRÃO – Protesto contra o adiamento do término da sessão por se configurar em desrespeito ao Regimento Interno.

DEPUTADO GERMANO RIGOTTO – Apelando junto à Mesa por uma solução *ex-officio*.

DEPUTADO LUÍS EDUARDO – Posição contrária de seu Partido à prorrogação dos trabalhos.

DEPUTADO ROBERTO FREIRE, como Líder – Avaliando as dimensões e alternativas da crise político-institucional

que se originou na atitude intransigente, insensível e irresponsável do Executivo quanto às negociações da Medida Provisória nº 434/94.

DEPUTADO HAROLDO LIMA – Considerações sobre a prorrogação da sessão.

DEPUTADA BETH AZIZE – Defesa da apreciação, pelo plenário, do requerimento da prorrogação formulado pelo Sr. Eduardo Jorge.

DEPUTADO WILSON MÜLLER – Protestos pela interrupção dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação em função da supremacia regimental da sessão do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Sr. Wilson Müller.

DEPUTADO GASTONE RIGHI, pela ordem – Apreciação anti-regimental do requerimento do Sr. Eduardo Jorge.

DEPUTADO HAROLDO LIMA – Argumentos em favor da apreciação do requerimento supra-citado.

DEPUTADO LUÍS EDUARDO – Apoio ao Sr. Gastone Righi em suas colocações.

DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE – Gravidade do momento como justificativa para a flexibilização do Regimento.

DEPUTADO JOSÉ ABRÃO – Anti-regimentalidade do pedido de prorrogação da sessão.

DEPUTADO MARCELINO ROMANO MACHADO – Imediata apreciação da Medida Provisória nº 434/94.

1.3 – ORDEM DO DIA

– Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências. *Apreciação sobrestada.*

1.4 – ENCERRAMENTO

Ata da 5ª Sessão Conjunta, em 24 de março de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Adylson Motta,

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS:

Albano Franco; Alexandre Costa; Alfredo Campos; Almir Gabriel; Aluizio Bezerra; Amir Lando; Antonio Mariz; Aureo Mello; Carlos De'Carli; Carlos Patrocínio; César Dias; Chagas Rodrigues; Cid Saboia de Carvalho; Darcy Ribeiro; Dario Pereira; Dirceu Carneiro; Divaldo Suruagy; Eduardo Suplicy; Epitácio Cafeteira; Esperidião Amin; Eva Blay; Flaviano Melo; Francisco Rollemberg; Garibaldi Alves Filho; Gerson Camata; Gilberto Miranda; Guilherme Palmeira; Henrique Almeida; Hugo Napoleão; Humberto Lucena; Hydekél Freitas; Iram Saraiva; Irapuan Costa

Júnior; Jarbas Passarinho; João Calmon; João França; João Rocha; Jonas Pinheiro; Josaphat Marinho; José Fogaça; José Paulo Bisol; José Richa; Júlio Campos; Júnia Marise; Lavoisier Maia; Levy Dias; Louremberg Nunes Rocha; Lourival Baptista; Lucídio Portella; Magno Bacelar; Márcio Lacerda; Marco Maciel; Marluce Pinto; Mauro Benevides; Meira Filho; Moisés Abrão; Nabor Júnior; Nelson Carneiro; Nelson Wedekin; Odacir Soares; Onofre Quinam; Pedro Simon; Pedro Teixeira; Rachid Saldanha Derzi; Raimundo Lira; Ronaldo Aragão; Ronan Tito; Teotônio Vilela Filho; Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA					
ALCESTE ALMEIDA	PTB	JOAO RODOLFO	PFR		
AVENIR ROSA	PP	JOSE BURNETT	PFR		
FRANCISCO RODRIGUES	PTB	JOSE RHINALDO	BLOCO		
JULIO CABRAL	PP	NEIVA MOREIRA	PDT		
LUCIANO CASTRO	PPR	PEDRO NOVAIS	PMDB		
MARCELO LUIZ	PP	SARNEY FILHO	BLOCO		
RUBEN BENTO	BLOCO				
AMAPA					
AROLD GÖES	PDT				
ERALDO TRINDADE	PFR				
GILVAM BORGES	PMDB				
LOURIVAL FREITAS	PT				
MURILO PINHEIRO	BLOCO				
SERGIO BARCELLOS	BLOCO				
VALDENOR GUEDES	PP				
PARA'					
ALACID NUNES	BLOCO				
CARLOS KAYATH	PTB				
DOMINGOS JUVENIL	PMDB				
ELIEL RODRIGUES	PMDB				
GERSON PERES	PFR				
GIOVANNI QUEIROZ	PDT				
HERMINIO CALVINHO	PMDB				
HILARIO COIMBRA	PTB				
JOSE DIOGO	PP				
MARIO CHERMONT	PP				
MARIO MARTINS	PMDB				
NICIAS RIBEIRO	PMDB				
OSVALDO MELO	PFR				
PAULO ROCHA	PT				
PAULO TITAN	PMDB				
SOCORRO GOMES	PCdoB				
AMAZONAS					
ATILA LINS	BLOCO				
BETH AZEIZ	PDT				
EULER RIBEIRO	PMDB				
PARAIBA					
EZIO FERREIRA	BLOCO				
JOAO THOME	PMDB				
JOSE DUTRA	PMDB				
PAUDERNEY AVELINO	PFR				
RICARDO MORAES	PSB				
RONDONIA					
ANTONIO MORIMOTO	PFR				
APARICIO CARVALHO	PSDB				
CARLOS CAMURCA	PP				
EDISON FIDELIS	PP				
MAURICIO CALIXTO	BLOCO				
PASCOAL NOVAES	PSD				
REDITARIO CASSOL	PP				
ACRE					
ADELAIDE NERI	PMDB				
CELIA MENDES	PFR				
FRANCISCO DIOGENES	PMDB				
JOAO MAIA	PP				
JOAO TOTA	PFR				
MAURI SERGIO	PMDB				
ZILA BEZERRA	PMDB				
TOCANTINS					
DARCI COELHO	BLOCO				
DERVAL DE PAIVA	PMDB				
EDMUNDO GALDINO	PSDB				
LEOMAR QUINTANILHA	PFR				
MERVAL PIMENTA	PMDB				
OSVALDO REIS	PP				
PAULO MOURAO	PFR				
PARANHAO					
CESAR BANDEIRA	BLOCO				
COSTA FERREIRA	PP				
DANIEL SILVA	BLOCO				
EDUARDO MATIAS	PP				
HAROLDO SABOIA	PT				
JAYME SANTANA	PSDB				
CEARA					
AECIO DE BORBA	PFR				
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO				
ARIOSTO HOLANDA	PSDB				
CARLOS BENEVIDES	PMDB				
CARLOS VIRGILIO	PFR				
EDSON SILVA	PDT				
GONZAGA MOTA	PMDB				
JOSE LINHARES	PP				
LUIZ PONTES	PSDB				
MARCO PENAFORTE	PSDB				
MARIA LUIZA PONTENELE	PSTU				
MAURO SAMPAIO	PMDB				
MORONI TORGAN	PSDB				
UBIRATAN AGUIAR	PSDB				
VICENTE FIALHO	BLOCO				
PIAUI					
B. SA	PP				
CIRO Mogueira	BLOCO				
JOAO HENRIQUE	PMDB				
JOSE LUIZ MAIA	PFR				
MURILO REZENDE	PMDB				
MUSSA DEMES	BLOCO				
PAES LANDIM	BLOCO				
PAULO SILVA	PSDB				
RIO GRANDE DO NORTE					
LAIRE ROSADO	PMDB				
MARCOS FORMIGA	PSDB				
NEY LOPES	BLOCO				
PARAIBA					
ADAUTO PEREIRA	BLOCO				
EFRAIM MORAIS	BLOCO				
EVALDO GONCALVES	BLOCO				
IVAN BURITT	BLOCO				
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB				
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB				
JOSE MARANHÃO	PMDB				
LUCIA BRAGA	PDT				
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO				
VITAL DO REGO	PDT				
ZUCA MOREIRA	PMDB				
PERNAMBUCO					
ALVARO RIBEIRO	PSB				
GILSON MACHADO	BLOCO				
GUSTAVO KRAUSE	BLOCO				
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO				
JOSE JORGE	BLOCO				
JOSE MENDONÇA BEZERRA	BLOCO				
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO				
LUIZ PIAUHYLINO	PSB				
MAURILIO FERREIRA LIMA	PSDB				
MIGUEL ARRAS	PSB				
PEDRO CORREA	BLOCO				
RENILDO CALHEIROS	PCdoB				
ROBERTO FRANCA	PSB				
ROBERTO FREIRE	PSB				
ROBERTO MAGALHÃES	BLOCO				
SERGIO GUERRA	PSB				
TONY GEL	BLOCO				
WILSON CAMPOS	PSDB				
ALAGOAS					
ANTONIO HOLANDA	BLOCO				
AUGUSTO FARIAS	BLOCO				
JOSE THOMAZ NUNO	PMDB				
ROBERTO TORRES	PTB				
VITORIO MALTA	PFR				
SERGIPE					
BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT				
DJENAL GONCALVES	PSDB				

EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO	ETIVALDA GRASSI DE MENEZES	PTB
JERONIMO REIS	PMN	HELVICIO CASTELLO	PT
JOSE TELES	PPR	JONES SANTOS NEVES	PL
MESSIAS GOIS	BLOCO	JORIO DE BARROS	PMDB
PEDRO VALADARES	PP	MILTON BALASSO	PMDB
		RITA CAMATA	PMDB
		ROBERTO VALADAO	PMDB
		ROSE DE FREITAS	PSDB
BAHIA			
ALCIDES MODESTO	PT		
ANGELO MAGALHAES	BLOCO		
AROLD CEDRAS	BLOCO		
BENITO GAMA	BLOCO	ALDIR CARRAL	BLOCO
BERALDO BOAVENTURA	PSDB	ALVARO VALLE	PL
CARLOS SANT'ANNA	PMDB	AMARAL NETTO	PPR
CLOVIS ASSIS	PSDB	ARTUR DA TAVOLA	PSDB
ERALDO TINOCO	BLOCO	BENEDITA DA SILVA	PT
FELIX MENDONCA	PTB	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
GHEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	CARLOS LUPI	PDT
HAROLD LIMA	PCdoB	CARLOS SANTANA	PT
JABES RIBEIRO	PSDB	CIDINEIA CAMPOS	PDT
JAIRO ASI	BLOCO	EDSIO FRIAS	PDT
JAIRO CARNEIRO	BLOCO	EDUARDO MASCARENHAS	PSDB
JAQUES WAGNER	PT	FLAVIO PALMEIR DA VEIGA	PSDB
JOAO CARLOS BACHLAR	BLOCO	JAIR BOLSONARO	PPR
JONIVAL LUCAS	BLOCO	JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JORGE KBOURY	BLOCO	JOAO MENDES	PTB
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
JOSE FAICHO	BLOCO	LAERTE BASTOS	PSDB
JUTAEY JUNIOR	PSDB	LAPROVITA VIEIRA	PP
LUIS EDUARDO	BLOCO	LUIZ SALOMAO	PDT
LUIZ VIANA NETO	BLOCO	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
MANOEL CASTRO	BLOCO	MARINO CLINGER	PDT
MARCOS MEDRADO	PP	MIRO TEIXEIRA	PDT
NESTOR DUARTE	PMDB	NELSON BORNIER	PL
PEDRO TRUJO	PMDB	PAULO RAMOS	PDT
FRISCO VIANA	PPR	ROBERTO CAMPOS	PPR
RIBEIRO TAVARES	PL	RUBEM MEDINA	BLOCO
SERGIO BRITO	PSD	SANDRA CAVALCANTI	PPR
SERGIO GAUDENZI	PSDB	SERGIO CURY	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO	SIDNEY DE MIGUEL	PV
		VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT
		WANDA REIS	PMDB
RIO DE JANEIRO			
MINAS GERAIS			
AGOSTINHO VALENTE	PT		
SAO PAULO			
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ANNIBAL TEIXEIRA	PP		
ARACELY DE PAULA	BLOCO	ALBERTO HADDAD	PP
ARMANDO COSTA	PMDB	ALDO REBELO	PCdoB
AVELINO COSTA	PPR	ALOIZIO MERCADANTE	PT
CAMILO MACHADO	PTB	ARMANDO PINHEIRO	PPR
ELIAS MURAD	PSDB	BETO MANSUR	PPR
FELIPE NERI	PMDB	CARLOS NELSON	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB	CHAFIC FAREAT	PPR
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPR	DELFIN NETTO	PPR
ISRAEL PINHEIRO	PTB	DIOGO NOMURA	PL
JOAO PAULO	PT	EDUARDO JORGE	PT
JOSE ALDO	PTB	ERNESTO GRADELLA	PSTU
JOSE GERALDO	PMDB	EUCLYDES MELLO	PRN
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO	FAUSTO ROCHA	PL
LAEL VARELLA	BLOCO	FLORESTAN FERNANDES	PT
MARCOS LIMA	PMDB	GASTONE RIGHI	PTB
MARIO DE OLIVEIRA	PP	GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
MAURICIO CAMPOS	PL	HEITOR FRANCO	PPR
NEIF JABUR	PMDB	HELIO BICUDO	PT
NILMARIO MIRANDA	PT	IRMA PASSONI	PT
ODELMO LEAO	PP	JOAO MELLAO NETO	PL
OSMANIO PEREIRA	PSDB	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB	JOSE ABRAO	PSDB
PAULO DELGADO	PT	JOSE ANIBAL	PSDB
PAULO HESLANDER	PTB	JOSE CÍCOTE	PT
PAULO ROMANO	BLOCO	JOSE DÍRCEU	PT
RAUL BELEM	PP	JOSE GEMOINO	PT
ROMEL ANISIO	PP	JOSE SERRA	PSDB
SAMIR TANNUS	PPR	KOYU IHA	PSDB
SANDRA STARLING	PT	LIBERATO CABOCLO	PDT
SAULO CORLEO	PSDB	LUIZ GUSHIKEN	PT
SERGIO FERRARA	PDT	MALULY NETTO	BLOCO
SERGIO MIRANDA	PCdoB	MARCELINO ROMANO MACHADO	PPR
SERGIO NAYA	PP	MARCELO BARBIERI	PMDB
TILDEN SANTIAGO	PT	MAURICI MARIANO	PMDB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MENDES BOTELEO	PP
WAGNER DO NASCIMENTO	PP	PAULO NOVAES	PMDB
WILSON CUNHA	PTB	PEDRO PAVAO	PPR
ZAIRE REZENDE	PMDB	TADASHI KURIKI	PPR
		TUGA ANGERAMI	PSDB
		VADAO GOMES	PP
		VALDEMAR COSTA NETO	PL
		WALTER NORY	PMDB
ESPIRITO SANTO			
ARMANDO VIOLA	PMDB		
MATO GROSSO			
		JOAO TEIXEIRA	PL

JONAS PINHEIRO	BLOCO	ADROALDO STRECK	PSDB
OSCAR TRAVASSOS	PL	ADYLSO MOTA	PPR
RICARDO CORREA	PL	AMAURY MULLER	PDT
RODRIGUES PALMA	PTB	ANTONIO BRITTO	PMDB
WELINGTON FAGUNDES	PL	ARNO MAGARINOS	PPR
DISTRITO FEDERAL		CARLOS AZAMBUJA	PPR
AUGUSTO CARVALHO	PPS	CARLOS CARDINAL	PDT
BENEDITO DOMINGOS	PP	CARRION JUNIOR	PDT
CEICO VIGILANTE	PT	CELSE BERNARDI	PPR
JOAO BROCHADO	PP	EDEN PEDROSO	PT
MARIA LAURA	PT	FERNANDO CARRION	PPR
OSORIO ADRIANO	BLOCO	FETTER JUNIOR	PPR
PAULO OCTAVIO	PRN	GERMANO RIGOTTO	PMDB
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	IVO MAINARDI	PMDB
GOIAS		JOAO DE DEUS ANTUNES	PPR
ANTONIO FALCIROS	PSDB	JOSE FORTUNATI	PT
DELIO BRAS	BLOCO	LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
HALEY MARGOW	PMDB	MENDES RIBEIRO	PMDB
LUCIA VANIA	PP	NELSON PROENCA	PMDB
LUIS SOYER	PMDB	ODACIR KLEIN	PMDB
MARIA VALADAO	PPR	OSVALDO BENDER	PPR
MAURO BORGES	PP	PAULO PAIM	PT
MAURO MIRANDA	PMDB	TELMO KIRST	PPR
PAULO MANDARINO	PPR	VALDOMIRO LIMA	PDT
RONALDO CAIADO	BLOCO	VICTOR FACCIONI	PPR
VILMAR ROCHA	BLOCO	WALDOMIRO FIORAVANTE	PT
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB	WILSON MULLER	PDT
ZE GOMES DA ROCHA	PRN		
MATO GROSSO DO SUL			
ELISIO CURVO	PTB		
FLAVIO DERKI	PP		
GEORGE TAKIMOTO	BLOCO		
JOSE ELIAS	PTB		
MARILU GUIMARAES	BLOCO		
NELSON TRAD	PTB		
WALTER PEREIRA	PMDB		
WALDIR GUERRA	BLOCO		
PARANA			
ANTONIO UENO	BLOCO		
BASILIO VILLANI	PPR		
CARLOS ROBERTO MASSA	PTB		
CARLOS SCARPELINI	PP		
DELICINO TAVARES	PP		
DENI SCHWARTZ	PSDB		
EDESIO PASSOS	PT		
EDI SILIPRANDI	PSD		
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT		
ERVIN BONKOSKI	PTB		
FLAVIO ARNS	PSDB		
IVANIO GUERRA	BLOCO		
JONI VARISCO	PMDB		
JOSE FELINTO	PP		
LUCIANO PIZZATTO	BLOCO		
LUIS CARLOS HAULY	PP		
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB		
OTTO CUNHA	PPR		
PAULO BERNARDO	PT		
PEDRO TONELLI	PT		
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PDT		
REINHOLD STEPHANES	BLOCO		
RENATO JOHNSON	PP		
SERGIO SPADA	PP		
WERNER WANDERER	BLOCO		
WILSON MOREIRA	PSDB		
SANTA CATARINA			
ANGELA AMIN	PPR		
CESAR SOUZA	BLOCO		
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB		
DERCIO KNOP	PDT		
EDISON ANDRINO	PMDB		
JARVIS GAIDZINSKI	PPR		
LUCI CHOINACKI	PT		
LUIS HENRIQUE	PMDB		
NELSON MORRO	BLOCO		
NEUTO DE CONTO	PMDB		
ORLANDO PACHECO	PSD		
PAULO DUARTE	PPR		
RUBERVAL PILOTTO	PPR		
VALDIR COLATTO	PMDB		
VASCO FURLAN	PPR		
RIO GRANDE DO SUL			
ADAO PRETTO	PT		

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de presença acusam o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 399 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Antes de passarmos ao período de Breves Comunicações, o Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

É lido o seguinte

Ofício nº 123/PT

Brasília 14 de março de 1994

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar a Deputada Maria Laura como suplente, em substituição à Deputada Irma Passoni, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar fatos ligados a denúncias veiculadas pela imprensa, sobre destino dos recursos financeiros internacionais e nacionais carreados à CUT e a entidades a ela filiadas.

A ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado José Fortunati, Líder do PT

Ofício nº 52/94-Líder.

Brasília, 17 de março de 1994

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Utilizo-me do presente para solicitar a V. Exª mandar alterar a indicação feita anteriormente, sobre a Medida nº 448/94 em substituição ao Deputado Orlando Pacheco, passa a ser o Deputado

do Paulo de Almeida. (Titular) e como suplente permanece o Deputado Irani Barbosa.

Renovo os meus protestos de elevada estima e consideração a V. Ex^a.

Atenciosamente, Deputado **Paulo de Almeida**, Líder do PSD

SGM/P 424

Brasília, 18 de março de 1994

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao OF/GAB/I/Nº 172/94, da Liderança do PMDB, cópia anexa, a indicação do Deputado Zaire Rezende, como titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "destinada a apurar as irregularidades da TV Jovem Pan Ltda., Canal 16 UHF de São Paulo", em substituição ao Deputado Aluizio Alves.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. – **Inocência Oliveira**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 172/94

Brasília, 16 de março de 1994

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Inocência Oliveira
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Zaire Rezende passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "apurar as irregularidades da TV Jovem Pan Ltda", em substituição ao Deputado Aluizio Alves, em decorrência do seu afastamento.

Renovo, na oportunidade, protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

Of. 149/GLPSDB/94

Brasília, 16 de março de 1994

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, em substituição à indicação anteriormente efetuada por essa Presidência, indicar os nobres Senadores **Jose Richa e Albano Franco** Para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 447, publicada no **Diário Oficial** da União, de 11 de março de 1994.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Of/037/94

Brasília, 17 de março de 1994

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Reitero os membros da Bancada do Partido Socialista Brasileiro-PSB, que deverão compor a Comissão Especial destinada a

analisar a Medida Provisória nº 447/94, em substituição a indicação feita por esta Presidência.

Titular: Deputado **Jamil Haddad**

Suplente: Deputado **Uldurico Pinto**

Atenciosamente,

Deputado **Miguel Arraes**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Serão feitas as substituições solicitadas.

A Mesa agradece a colaboração do nobre Congressista **Aloizio Mercadante**. (Pausa)

A Presidência entende que muitas vezes a emoção domina os Srs. Congressistas na hora dos debates. Assim sendo, quero fazer um apelo para a observância do que reza o art. 19, letra a, do Regimento Interno, que diz ser vedado ao parlamentar usar expressões descorteses ou insultuosas.

A Presidência assim procede, a fim de evitar que depois tenha que se fazer a correção do texto na Taquigrafia.

Passa-se ao período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para Breves Comunicações, o nobre Congressista **Antônio Morimoto**.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PSC-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os recursos constitucionais do FNO, regulamentados pela Lei nº 7.827, de 1989, são administrados pelo BASA. Essa gestão, como já tive oportunidade de denunciar, tem sido desastrosa para os tomadores desses recursos porque utiliza correção diferenciada, com juros especiais para serem aplicados em áreas produtivas, rurais, agroindustriais, e assim propiciar maior desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas do País.

Sr. Presidente, o Banco da Amazônia, gestor desses recursos, procurou divulgar as especificações do financiamento, em termos de correção monetária, de juros e outros encargos com grande intensidade na mídia, por intermédio de panfletos e até cartilhas. E quando os tomadores de recursos foram assinar o contrato, alguns detectaram que as propostas feitas pelo BASA, nas suas cartilhas, haviam sido modificadas; outros assinaram os contratos que, na verdade, são do tipo adesão. De nada adiantou argumentar-se que aquelas não eram as condições que foram divulgadas como constantes do contrato.

O BASA procedeu a pequena modificação nas condições e nas propostas anunciadas da seguinte maneira: dividiu o crédito/dívida em duas partes, ou seja, 40% e 60%. Sobre os 40% estabeleceu-se que não incidiria correção; sobre os 60% do crédito/dívida incidiria a correção plena, tanto para os míni, pequenos, médios e grandes empresários. Na verdade, a proposta divulgada – que todos tiveram a oportunidade de observar na imprensa e na televisão – era a seguinte:

A correção monetária incidir-se-ia sobre o total do crédito/dívida da seguinte forma: para os miniempresários, 60% de correção mais 6% de juros; para os pequenos, 70% de correção monetária mais 7% de juros; para médios, 80% de correção monetária mais 8% de juros e, para os grandes, 100% de correção monetária mais 8% de juros.

No início, Sr. Presidente, aparentemente, esse critério era mais vantajoso para os tomadores, mas, no fim de cerca de 12 meses, a desvantagem ocorreria – principalmente no fim do financiamento – pois através de critério estabelecido pelo BASA em contrato haveria um aumento de dez, quinze, vinte vezes, como ficou demonstrado.

Sr. Presidente, estou fazendo uma representação à Procuradoria-Geral da República, a fim de que esse órgão faça a investiga-

ção, apure esses fatos, no sentido de se coibir o abuso e se favorecerem realmente os tomadores desses recursos do FNO. Estou com a cópia do documento encaminhado e requeiro seja transcrito na íntegra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AN-
TÔNIO MORIMOTO EM SEU DISCURSO:**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República

Antônio Morimoto, Deputado Federal e Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal, apresentar a presente

REPRESENTAÇÃO

contra a Diretoria do Banco da Amazônia S/A (BASA), para as providências cabíveis, para o que expõe e requer o seguinte:

I – a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bregulamentou o art. 159, I, c, da Constituição Federal, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, com o objetivo de "Contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das Instituições Financeiras Federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento" (art. 2º);

II – o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, nos termos do art. 16, do Diploma Legal já citado, ficou sob a administração do Banco da Amazônia S/A (BASA), entendendo por região Norte, os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins (art. 5º, I);

III – o Banco da Amazônia, no intuito de divulgar amplamente o novo programa de financiamento e orientar os Tomadores dos recursos do FNO, fez publicar na imprensa e distribuiu folhetos e até cartilhas sobre as condições e regras básicas de encargos financeiros, conforme cópias de documentos, devidamente autenticadas, em anexo, documentos intitulados "Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Programas de Crédito Rural e Industrial", "Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO – Proposta de Aplicação dos Recursos – 1990" e documento da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia – SICCT "Programas de Crédito: Rural, Industrial – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), às págs. 13 e 14";

IV – quanto aos encargos financeiros, em todos documentos anexos, ficou bem claro que o miniprodutor pagaria 60% de correção monetária mais 6% de juros ao ano o pequeno produtor 70% de correção monetária mais 7% de juros ao ano médio produtor, 80% de correção monetária mais 8% de juros ao ano, e, finalmente, o grande produtor 100% de correção monetária e 8% de juros ao ano;

V – acontece, entretanto, Senhor Procurador Geral da República, que o BASA mudou o critério constante da proposta de aplicação dos recursos, retromencionada, amplamente divulgada, quando da assinatura dos contratos de financiamento (cédula rural pignoratícia hipotecária), como pode se observar claramente no documento assinado pelo produtor rural João Correia de Oliveira (cópia de documento anexo), na parte relativa à cláusula de Correção Monetária, que dispõe: "É devida correção monetária mensal com base na variação diária do Bônus do Tesouro Nacional – STMF Fiscal, ou por outro índice que, em substituição, vier a ser estabelecido pelo Governo Federal, sobre o saldo devedor diário, referente a parcela equivalente a 60% do crédito, ficando isento de

qualquer reajustamento o saldo devedor diário referente à parcela de 40% de crédito equivalente ao percentual do benefício concedido, observadas as disposições da Cláusula inadimplemento";

VI – a Cláusula da Correção Monetária retromencionada, na prática, significa dizer que o crédito/dívida do Tomador em questão é dividido em duas partes, isto é, uma parte de 60% sobre a qual incide correção plena, e outra de 40%, que fica isenta de correção. Sob este critério, nos primeiros meses, existe uma vantagem ao Tomador de empréstimo, até empatar no 12º mês, conforme cálculo demonstrativo mês a mês, assim como do quadro gráfico comparativo, compreendendo o período de 30 de novembro de 1990, em que o saldo ofertado seria de CR\$3.661.417,94 (três milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dezessete cruzeiros reais e noventa e quatro centavos), e do saldo do contrato, CR\$2.223.506,20 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), até chegar ao absurdo, contra o Tomador, na data de 28 de fevereiro de 1994, Cr\$1.773.557,70 (Hum milhão, setecentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete cruzeiros reais e setenta centavos) e CR\$23.609.297,16 (vinte e três milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e noventa e sete cruzeiros reais e dezesseis centavos), respectivamente, de saldo ofertado e saldo do contrato;

VII – o BASA, como ficou plenamente demonstrado, ofertou e propôs o empréstimo dos recursos do FNO, com dizeres constantes da "Proposta de Aplicação dos Recursos" e fez constar da Cédula Rural Pignoratícia, condições completamente diferentes, induzindo o Tomador em erro, causando prejuízo incalculáveis ao mutuário João Correia de Oliveira, assim como a milhares de outros no Estado de Rondônia e em outros estados da região Norte;

VIII – o serviço prestado pelo BASA, como administrador do FNO, é do tipo previsto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que dispõe: "Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista".

IX – o BASA, que, como fornecedor de serviço dos recursos do FNO, divulgou amplamente e propôs as cláusulas e as condições, especialmente os encargos financeiros do programa de empréstimo, conforme documentação anexa, está obrigado, por imperativo do Código de Defesa do Consumidor, art. 30, a integrar as propostas de condições de financiamento, no contrato de empréstimo, como determina o dispositivo legal citado: "Toda informação ou publicidade suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor, que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado";

X – o BASA, que ofertou e propôs o empréstimo dos recursos oriundos do FNO, com todas as condições, especialmente os encargos financeiros, de modo claro e inofismável, e fez constar do contrato, do tipo de adesão, critérios diferentes, já demonstrados, incorreu nas sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

XI – requer, portanto, a investigação dos fatos e tomar as providências cabíveis, para salvaguardar o respeito à lei e a garantia dos consumidores-tomadores de empréstimos do FNO;

XII – outrossim, ficou demonstrado no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre dívida agrícola que o BASA não vem direcionando os recursos do FNO para as finalidades determinadas pela Constituição no seu art. 159, I, c, regulamentado pela Lei nº 7.827, 27 de outubro de 1989, pois no

período de 1990/1992, em que, conforme levantamento do Tribunal de Contas da União, ingressaram a fabulosa quantia de CR\$ 794 bilhões, enquanto que as aplicações ficaram na irrisória importância de Cr\$75 bilhões, significando que cerca de 90% ou mais dos recursos Constitucionais de Financiamento do Norte, que são do Tesouro, estão sendo girados no mercado financeiro pela instituição administradora (BASA), sem qualquer notícia de prestação de contas dos seus resultados;

XIII – o desvio da grande parte dos recursos oriundos do FNO, que são recursos do tesouro por parte do BASA, que é uma Empresa de economia mista, cujo caixa, portanto, inconfundível com o daquele, constitui, pelo menos, grave irregularidade administrativa, que deve ser investigada em profundidade e punidos os culpados.

Em face do exposto, eminente Procurador-Geral da República, submetendo os fatos articulados a Vossa Excelência, requer a apuração dos mesmos e tomar as providências cabíveis e necessárias em benefício dos milhares de Tomadores dos recursos do FNO.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília, 16 de março de 1994. – Antonio Morimoto.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência autoriza a transcrição solicitada pelo nobre orador.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, gostaria de fazer um apelo aos Deputados e Senadores que se encontram nos gabinetes e nas comissões para que venham ao plenário, porque haverá votação.

Em segundo lugar, gostaria que esta sessão, que é histórica, registrasse o documento que estou encaminhando à Mesa: trata-se do nome dos 432 parlamentares que estavam aqui na sessão de quarta-feira próxima passada, dia em que foi votado o aumento de salário dos Deputados, para que se faça justiça aos parlamentares que estão vindo ao plenário hoje, e a população saiba, no dia de amanhã, quais foram os 432 que estavam aqui no dia de votar o seu aumento e quais não quiseram votar o aumento de salário dos trabalhadores. Com essas duas listas, naturalmente impressas pela Casa, poderemos mostrar ao País quem é quem neste Congresso.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que os 432 parlamentares que aqui então estiveram hoje farão questão de votar, e será um orgulho para mim dizer que os Deputados e Senadores honraram seu compromisso, votando a medida salarial que trata da URV.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – O nobre Congressista está utilizando o tempo de que dispõe.

O SR. PAULO PAIM – É só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Não, a Presidência já concede a palavra a V. Ex^a até para justificar a sua presença na tribuna.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM – Então, eu vou usar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Após a conclusão do pronunciamento do Deputado Paulo Paim, que está falando no tempo correspondente à sua inscrição, para Breves Comunicações.

O SR. PAULO PAIM – Muito bem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Congressista, ao contrário do que alguns Líderes estão dizendo, entendo que esse Congresso hoje, nessa sessão histórica, vai votar a medida provisória que trata da URV e dos salários.

Eu não consigo acreditar e nem aceitar que essa Casa, mais uma vez, capitule ante uma decisão tomada pelo Executivo. Ouvi hoje no "Bom Dia Brasil", e li nos jornais, que o Governo já está anunciando que vai reeditar a medida provisória, quando o Congresso Nacional tem ainda o dia de hoje para votar essa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o projeto elaborado pelo Deputado Gonzaga Mota é equilibrado, garante que as perdas salariais sejam incorporadas na data-base de cada categoria; o referido projeto de conversão garante que o salário mínimo atinge 79 dólares somente em maio e 100 dólares no fim do ano, como propõe o próprio Executivo.

O projeto, Sr. Presidente, vai mais além, ele procura, de uma vez por todas, resolver o conflito, que considero forjado, criado pelos Três Poderes por causa de 10%, enquanto que o assalariado brasileiro, com a introdução da URV, teve perdas que vão acima de 60%.

Ouvi hoje declarações de Parlamentar, desta Casa, afirmando que nem garçom briga por 10%.

Esta Casa, dentro da sua competência e responsabilidade, tem obrigação, no dia de hoje, de votar o projeto de conversão; temos que debatê-lo aqui no plenário, para construir, com emendas ou não, o entendimento. Aqueles Parlamentares que quiserem votar na íntegra a Medida provisória do Governo, que o façam, mas assumam a responsabilidade.

Digo mais, surpreendem-me as Lideranças de alguns partidos que recomendaram aos seus liderados que não venham ao plenário. Pergunto, por que o PMDB, o PFL e o PSDB não deram essa orientação na quarta-feira passada? Hoje, quando se trata dos salários dos trabalhadores, estão orientando, estão as Lideranças trabalhando para que os Parlamentares não venham ao plenário. Confio na responsabilidade histórica dos Deputados e Senadores, que virão ao plenário, farão a votação, respondendo assim aos trabalhadores que não aceitam o arrocho salarial a eles imposto.

A própria Justiça, em face da indecisão desta Casa, já está decidindo e mandando pagar as perdas salariais. Falei hoje, no Rio Grande do Sul – que V. Ex^a muito orgulha na Presidência desta Casa, como Deputado Federal –, sobre o assunto e a resposta que recebi foi a seguinte: os empresários e os trabalhadores do Rio Grande do Sul entendem que, de fato, existem perdas que chegam a 60%.

Diziam-me os Líderes da necessidade de se fazer um apelo para que o Congresso Nacional assuma a sua responsabilidade e defina esta matéria, porque, caso contrário, Sr. Presidente, serão milhares de ações na Justiça, pela irresponsabilidade de o Congresso não votar a medida provisória que trata da URV.

É falácia, Sr. Presidente, pois estou cansado de ouvir – como hoje pela manhã –, o Líder do Governo, na televisão, dizendo que a Previdência vai quebrar. Lembro a V. Ex^as que esse discurso velho e surrado não tem mais crédito aqui. Quando esta Casa aprovou, à época do governo Collor, um aumento – não de 10% no salário mínimo, mas de 147%, disseram que a Previdência não aguentaria. Sendo assim, o Governo não pagou aos trabalhadores. A sociedade organizada: as entidades sindicais e os partidos políticos foram ao Supremo Tribunal Federal e conseguiram que o pagamento fosse feito aos aposentados, restando à Previdência pagar os 147%, e esta não quebrou.

Ainda, Sr. Presidente, no fim desse mesmo Governo, houve um debate sobre se o salário mínimo continuaria tendo um reajuste de 4 em 4 meses. Chegamos a um entendimento, já com a participação do Walter Barello no Governo, tornando bimestral o reajuste do mínimo, repercutindo também na Previdência, e de novo disseram que a Previdência iria quebrar, o que não aconteceu. Inclusive, o déficit da Previdência diminuiu.

Voltamos este ano ao debate do reajuste mensal, integral ou não. De novo veio a Previdência, falando em prejuízo de bilhões de dólares.

Aprovamos, nesta Casa, o reajuste mensal. O Governo votou, mas teve que aceitá-lo com o redutor de 10 pontos percentuais. E os aposentados e pensionistas, por obra do Congresso Nacional, pela sua fibra, pela sua raça, a sua competência e a sua soberania, tiveram assegurados o reajuste mensal para o salário mínimo. E, outra vez, a Previdência não quebrou.

Agora, a Previdência vem com os mesmos números, diz que não suportará um reajuste de 65 para 79 dólares no salário mínimo. Isto é totalmente imprecendente, Sr. Presidente.

Encerro, dizendo que para nós, que trabalhamos dia e noite, discutindo essa questão com a sociedade organizada, é muito importante a discussão da Medida Provisória nº 434.

Fala-se tanto que nesta Casa há picaretas e vagabundos, e discordo dessa afirmação. Aqui há Deputados eleitos pelo voto popular, e a maior prova disso é o documento que estou encaminhando a V. Exª, com os nomes dos 432 Deputados e Senadores, que, aqui, na quarta-feira passada, proporcionaram o **quorum** necessário à votação, mostrando que estavam aqui para votar até contra, mas, estavam aqui.

E, hoje, quando se vota o salário do trabalhador, tenho certeza de que os mesmos 432 estarão presentes para votar, na íntegra, a Medida provisória que trata da URV ou, então, o Projeto de Convenção do Deputado Gonzaga Mota.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que receba o impresso dessa relação e da outra relação que sairá no painel, mostrando quem são os Deputados e Senadores que estavam, aqui, na quarta-feira, e os que estarão aqui ou não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO PAIM EM SEU DISCURSO:

Lista de presença

Sim 333

Não 25

Abstenção 74

Total 432

Presente: Humberto Lucena – Abstenção

Obs: Por determinação do Deputado Adilson Mota, presidente a Sessão do Congresso Nacional, foi utilizado o programa Revisão Constitucional.

Sr. Presidente

Favor publicar nos anais esta relação junto com a relação dos deputados presentes na Casa na votação da medida provisória que enviou a URV

Roraima

Alceste Almeida – Bloco – Sim

Avenir Rosa – PP – Sim

Cesar Dias – PMDB – Sim

Francisco Rodrigues – Bloco – Sim

João Fagundes – PMDB – Sim

João França – PP – Sim

Luciano Castro – PPR – Sim

Marcelo Luz – PP – Abstenção

Marluce Pinto – PTB – Sim

Ruben Bento – Bloco – Sim.

Amapá

Aroldo Goes – PDT – Sim

Eraldo Trindade – PPR – Sim

Fátima Borges – Bloco – Sim

Gilvan Borgès – PMDB – Não

Henrique Almeida – PFL – Sim

Jonas Pinheiro – PTB – Sim

Lourival Freitas – PT – Não

Murilo Pinheiro – Bloco – Abstenção

Valdenor Guedes – PP – Sim

Murilo Pinheiro – Bloco – Sim

Valdenor Guedes – PP – Sim.

Pará

Alacid Nunes – Bloco – Sim

Coutinho Jorge – PMDB – Sim

Domingos Juvenil – PMDB – Sim

Eliel Rodrigues – PMDB – Sim

Gerson Peres – PPR – Sim

Giovanni Queiroz – PDT – Abstenção

Herminio Calvino – PMDB – Abstenção

Hilário Coimbra – Bloco – Sim

Jarbas Passarinho – PPR – Sim

Mário Chermont – PP – Sim

Mário Martins – PMDB – Sim

Nicias Ribeiro – PMDB – Abstenção

Osvaldo Melo – PPR – Sim

Paulo Rocha – PT – Sim

Paulo Titan – PMDB – Sim

Socorro Gomes – PCdoB – Sim

Valdir Ganzer – PT – Não.

Amazonas

Atila Lins – Bloco – Sim

Aureo Mello – PRN – Sim

Beth Azize – PDT – Sim

Carlos De'Carli – PPR – Sim

Euler Ribeiro – PMDB – Sim

Ézio Ferreira – Bloco – Sim

Gilberto Miranda – PMDB – Sim

João Thome – PMDB – Sim

Paudemey Avelino – PPR – Sim

Ricardo Moraes – PSE – Sim.

Rondônia

Amir Lando – PMDB – Sim

Aparicio Carvalho – PSDB – Sim

Carlos Camurça – PP – Sim

Edison Fidelis – PP – Sim

Mauricio Calixto – Bloco – Abstenção

Pascoal Novaes – PSD – Sim

Reditário Cassol – PP – Sim.

Acre

Adelaide Neri – PMDB – Abstenção

Aluizio Bezerra – PMDB – Sim

Célia Mendes – PPR – Abstenção

Francisco Diógenes – PMDB – Abstenção

João Tota – PPR – Abstenção

Nabor Júnior – PMDB – Sim

Zila Bezerra – PMDB – Sim

Tocantins

Darci Coelho – Bloco – Sim

Merval Pimenta – PMDB – Sim.

Maranhão

Alexandre Costa – PFL – Não

Cesar Bandeira – Bloco – Sim

Costa Ferreira – PP – Sim
 Daniel Silva – Bloco – Sim
 Eduardo Matias – PP – Sim
 Epitácio Cafeteira – PPR – Abstenção
 Francisco Coelho – Bloco – Sim
 Haroldo Saboia – PT – Sim
 Jayme Santana – PSDB – Sim
 João Rodolfo – PPR – Abstenção
 José Burnett – PRN – Abstenção
 José Reinaldo – Bloco – Abstenção
 Magno Bacelar – PDT – Abstenção
 Neiva Moreira – PDT – Sim
 Pedro Novais – PMDB – Abstenção
 Rosena Sarney – Bloco – Sim
 Sarney Filho – Bloco – Sim.

Ceará

Aécio de Borba – PPR – Abstenção
 Ariosto Holanda – PSDB – Sim
 Carlos Virgílio – PPR – Sim
 Cid Saboia de Carvalho – PMDB – Sim
 Edson Silva – PDT – Não
 Etevaldo Nogueira – Bloco – Sim
 José Linhares – PP – Sim
 Luiz Girão – PDT – Sim
 Luiz Pontes – PSDB – Sim
 Maria Luiza Fontenelle – PSTU – Sim
 Mauro Sampaio – PMDB – Sim
 Orlando Bezerra – Bloco – Sim
 Pinheiro Landim – PMDB – Sim
 Reginaldo Duarte – PSDB – Não
 Ubiratan Aguiar – PSDB – Sim
 Vicente Fialho – Bloco – Abstenção.

Piauí

B. Sá – PP – Sim
 Chagas Rodrigues – PSDB – Sim
 Ciro Nogueira – Bloco – Sim
 Felipe Mendes – PPR – Sim
 Hugo Napoleão – PFL – Sim
 João Henrique – PMDB – Sim
 José Luiz Maia – PPR – Abstenção
 Lucidio Portella – PPR – Não
 Murilo Rezende – PMDB – Sim
 Mussa Demes – Bloco – Sim
 Paes Landim – Bloco – Sim
 Paulo Silva – PSDB – Sim.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL – Sim
 Hernique Eduardo Alves – PMDB – Sim
 Iberê Ferreira – Bloco – Sim
 João Faustino – PSDB – Não
 Laíre Rosado – PMDB – Sim
 Marcos Formiga – PP – Sim
 Ney Lopes – Bloco – Sim.

Paraná

Adauto Pereira – Bloco – Sim
 Antonio Mariz – PMDB – Abstenção
 Efraim Moraes – Bloco – Sim
 Evaldo Gonçalves – Bloco – Sim
 Francisco Evangelista – PPR – Sim
 Humberto Lucena – PMDB – Abstenção

Ivan Burity – Bloco – Sim
 Ivandro Cunha Lima – PMDB – Abstenção
 José Luiz Clerot – PMDB – Sim
 José Maranhão – PMDB – Sim
 Rivaldo Medeiros – Bloco – Sim
 Vital do Rego – PDT – Sim
 Zuca Moreira – PMDB – Sim.

Pernambuco

Gilson Machado – Bloco – Sim
 Inocêncio Oliveira – Bloco – Sim
 José Jorge – Bloco – Sim
 José Mendonça Bezerra – Bloco – Sim
 José Múcio Monteiro – Bloco – Sim
 Mansueto de Lavor – PMDB – Sim
 Mavíael Cavalcanti – Bloco – Sim
 Miguel Arraes – PSB – Abstenção
 Ney Maranhão – PRN – Sim
 Nilson Gibson – PMN – Abstenção
 Osvaldo Coelho – Bloco – Não
 Pedro Correa – Bloco – Sim
 Roberto França – PSB – Sim
 Roberto Magalhães – Bloco – Abstenção.

Alagoas

Antonio Holanda – Bloco – Sim
 Divaldo Suruagy – PMDB – Sim
 José Thomaz Nono – PMDB – Sim
 Roberto Torres – Bloco – Sim
 Vitório Malta – PPR – Sim – Abstenção.

Sergipe

Albano Franco – PSDB – Sim
 Benedito de Figueiredo – PDT – Sim
 Djenal Gonçalves – PSDB – Sim
 Francisco Rollemberg – PMN – Sim
 Jeronimo Reis – PMN – Sim
 Jerônimo Reis – PMN – Sim
 José Teles – PPR – Sim
 Messias Góis – Bloco – Sim
 Pedro Valadares – PP – Sim.

Bahia

Alcides Medesto – PT – Sim
 Ângelo Magalhães – Bloco – Sim
 Clóvis Assis – PBDB – Sim
 Geddel Vieira Lima – PMDB – Não
 Jairo Azi – Bloco – Sim
 João Almeida – PMDB – Sim
 Jorge Khiury – Bloco – Sim
 José Carlos Aleluia – Bloco – Abstenção
 José Lourenço – PPR – Sim
 Luís Eduardo – Bloco – Abstenção
 Luiz Viana Neto – Bloco – Sim
 Marcos Medrado – PP – Sim
 Nestor Duarte – PMDB – Sim
 Prisco Viana – PPR – Sim
 Ribeiro Tavares – PL – Sim
 Sérgio Brito – PSD – Sim
 Sérgio Gaudenzi – PSDB – Abstenção
 Tourinho Dantas – Bloco – Abstenção
 Uldurico Pinto – PSB – Sim
 Waldir Pires – PSDB – Abstenção.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB – Abstenção
 Agostinho Valente – PT – Sim

Aracely de Paula – Bloco – Sim
 Armando Costa – PMDB – Sim
 Avelino Costa – PPR – Sim
 Camilo Machado – Bloco – Não
 Edmar Moreira – PP – Sim
 Elias Murad – PSDB – Sim
 Felipe Neri – PMDB – Sim
 Fernando Diniz – PMDB – Abstenção
 Genésio Bernardino – PMDB – Sim
 Getúlio Neiva – PL – Abstenção
 Humberto Souto – Bloco – Sim
 Irani Barbosa – PSD – Abstenção
 Israel Pinheiro – Bloco – Sim
 João Paulo – PT – Sim
 José Aldo – Bloco – Sim
 José Belato – PMDB – Sim
 José Geraldo – PMDB – Sim
 José Santana de Vasconcelos – Bloco – Sim
 José Ulisses de Oliveira – Bloco – Sim
 Júnia Marise – PDT – Sim
 Lael Varella – Bloco – Sim
 Leopoldo Bessone – Bloco – Sim
 Marcos Lima – PMDB – Sim
 Mário de Oliveira – PP – Sim
 Maurício Campos – PL – Sim
 Nilmário Miranda – PT – Abstenção
 Odelmo Leão – PP – Sim
 Osmânio Pereira – PSDB – Sim
 Paulino Cicero de Vasconcelos – PSDB – Abstenção
 Paulo Delgado – PT – Sim
 Paulo Heslander – Bloco – Sim
 Paulo Romano – Bloco – Sim
 Raul Belem – PP – Sim
 Romel Anísio – PP – Abstenção
 Ronaldo Perim – PMDB – Sim
 Ronan Tito – PMDB – Sim
 Samir Tannús – PPR – Sim
 Saulo Coelho – PSDB – Sim
 Sérgio Ferrara – PDT – Sim
 Sérgio Miranda – PCdoB – Abstenção
 Tarcísio Delgado – PMDB – Não
 Vittorio Mediolli – PSDB – Sim
 Wagner do Nascimento – PP – Abstenção
 Wilson Cunha – Bloco – Sim
 Zaire Rezende – PMDB – Não.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB – Sim
 Etevalda Grassi de Menezes – Bloco – Sim
 João Calmon – PMDB – Sim
 Jones Santos Neves – PL – Sim
 Jario de Barros – PMDB – Sim
 Nilton Baiano – PMDB – Sim
 Rita Camata – PMDB – Sim
 Rose de Freitas – PSDB – Sim.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco – Sim
 Amaral Netto – PPR – Sim
 Artur da Távola – PSDB – Sim
 Carlos Alberto Campista – PDT – Abstenção
 Carlos Lupi – PDT – Abstenção
 Carlos Santana – PT – Abstenção

Edésio Frias – PDT – Sim
 Flávio Palmier da Veiga – PSDB – Sim
 Francisco Silva – PP – Sim
 Hydekél Freitas – PFL – Não
 Jair Bolsonaro – PPR – Abstenção
 Jandira Feghali – PCdoB – Abstenção
 João Mendes – Bloco – Sim
 José Vicente Brizola – PDT – Não
 Junot Abi-Ramia – PDT – Não
 Laerte Bastos – PSDB – Sim
 Laprovita Vieira – PP – Sim
 Luiz Salomão – PDT – Não
 Marinho Clinger – PDT – Não
 Paulo Almeida – PSD – Sim
 Paulo Ramos – PDT – Sim
 Regina Gordilho – PRONA – Sim
 Roberto Campos – PPR – Sim
 Roberto Jefferson – Bloco – Sim
 Rubem Medina – Bloco – Sim
 Sandra Cavalcanti – PPR – Abstenção
 Sérgio Arouca – PDS – Abstenção
 Sérgio Cury – PDT – Não
 Vivaldo Barbosa – PDT – Sim
 Vladimir Palmeira – PT – Sim.

São Paulo

Alberto Haddad – PP – Abstenção
 Aloízio Mercadante – PT – Sim
 Armando Pinheiro – PPR – Abstenção
 Beto Mansur – PPR – Abstenção
 Carlos Nelson – PMDB – Abstenção
 Chafic Farhat – PPR – Sim
 Cunha Bueno – PPR – Sim
 Delfim Netto – PPR – Sim
 Diogo Nomura – PL – Sim
 Eduardo Suplicy – PL – Sim
 Ernesto Gradella – PSTU – Abstenção
 Euclydes Mello – PRN – Sim
 Fausto Rocha – PL – Sim
 Gastone Righi – Bloco – Sim
 Geraldo Alckmin Filho – PSDB – Sim
 Heitor Franco – PPR – Sim
 Hélio Bicudo – PT – Sim
 Irma Passoni – PT – Sim
 João Mellão Neto – PL – Abstenção
 Jorge Tadeu Mudalen – PMDB – Sim
 Jose Abrão – PSDB – Sim
 José Aníbal – PSDB – Sim
 José Cicote – PT – Abstenção
 José Dirceu – PT – Abstenção
 Koyu Iha – PSDB – Sim
 Luiz Máximo – PSDB – Sim
 Maluly Netto – Bloco – Sim
 Marcelino Romano Machado – PPR – Sim
 Marcelo Barbieri – PMDB – Sim
 Mario Covas – PSDB – Sim
 Maurici Mariano – PMDB – Sim
 Mauricio Najer – Bloco – Sim
 Mendes Botelho – PP – Sim
 Nelson Marquizezelli – Bloco – Sim
 Oswaldo Stecca – PMDB – Sim
 Paulo Lima – Bloco – Sim
 Paulo Novaes – PMDB – Sim

Pedro Pavão – PPR – Sim
 Roberto Rollemberg – PMDB – Abstenção
 Robson Tuma – PL – Sim
 Tadashi Kuriki – PPR – Abstenção
 Tuga Angerami – PSDB – Sim
 Vadão Gomes – PP – Sim
 Valdemar Costa – Bloco – Abstenção
 Wagner Rossi – PMDB – Sim
 Walter Nory – PMDB – Sim.

Mato Grosso

João Teixeira – PL – Sim
 Jonas Pinheiro – Bloco – Sim
 José Augusto Curvo – PMDB – Sim
 Louremberg Nunes Rocha – PFL – Sim
 Márcio Lacerda – PMDB – Sim
 Rodrigues Palma – Bloco – Sim
 Wellington Fagundes – Bloco – Sim.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS – Sim
 Benedito Domingos – PP – SIM
 João Brochado – PP – Sim
 Maria Laura – PT – Sim
 Meira Filho – PP – Sim
 Osório Adriano – Bloco – Sim
 Pedro Teixeira – PP – Sim
 Valmir Campelo – PTB – Sim.

Goiás

Antônio Faleiros – PSDB – Sim
 Délio Braz – Bloco – Sim
 Haly Margon – PMDB – Sim
 Irapuan Costa Junior – PP – Sim
 João Natal – PMDB – Sim
 Lazaro Barbosa – PMDB – Sim
 Mauro Borges – PP – Sim
 Mauro Miranda – PMDB – Sim
 Onofre Quinan – PMDB – Sim
 Paulo Mandarino – PPR – Abstenção
 Pedro Abrão – Bloco – Sim
 Roberto Balestra – PPR – Abstenção
 Virmondes Cruvinel – PMDB – Não.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB – Sim
 George Takimoto – Bloco – Sim
 José Elias – Bloco – Sim
 Levy Dias – PPR – Sim
 Marilu Guimarães – Bloco – Sim
 Nelson Trad – Bloco – Sim
 Rachid Saldanha Derzi – PRN – Sim
 Waldir Guerra – Bloco – Sim
 Wilson Martins – PMDB – Sim.

Paraná

Basílio Villani – PPT – Sim
 Carlos Roberto Massa – Bloco – Sim
 Carlos Scarpelini – PP – Sim
 Delcino Tavares – PP – Não
 Deni Schwartz – PSDB – Sim
 Edésio Passos – PT – Sim
 Edi Siliprandi – PSD – Abstenção
 Élio Dalla-Vecchia – PDT – Sim
 Ervin Bonkoski – Bloco – Sim

Flávio Arns – PSDB – Não
 Ivânio Guerra – Bloco – Sim
 Joni Varisco – PMDB – Sim
 José Felinto – PP – Abstenção
 José Richa – PSDB – Sim
 Luciano Pizzatto – Bloco – Abstenção
 Luiz Carlos Hauly – PP – Sim
 Matheus Iensen – Bloco – Sim
 Max Rosenmann – Bloco – Sim
 Moacir Micheletto – PMDB – Sim
 Munhoz da Rocha – PSDB – Sim
 Otto Cunha – PPT – Sim
 Paulo Bernardo – PT – Não
 Pedro Tonelli – PT – Sim
 Pinga Fogo de Oliveira – PDT – Sim
 Reinhold Stephanes – Bloco – Sim
 Sérgio Spada – PP – Sim
 Wilson Moreira – PSDB – Sim.

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR – Sim
 César Souza – Bloco – Sim
 Dejandir Dalpasquale – PMDB – Abstenção
 Décio Knop – PDT – Abstenção
 Edison Andrino – PMDB – Sim
 Esperidião Amin – PPR – Abstenção
 Hugo Biehl – PPR – Abstenção
 Jarvis Gaidzinski – PPR – Abstenção
 Luci Choinacki – PT – Sim
 Nelson Morro – Bloco – Sim
 Neuto de Conto – PMDB – Sim
 Orlando Pacheco – PSD – Sim
 Paulo Duarte – PP – Sim
 Ruberval Pilotto – PPR – Sim
 Vasco Furlan – PPR – Abstenção.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT – Sim
 Adroaldo Streck – PSDB – Sim
 Adylson Motta – PPR – Sim
 Aldo Pinto – PDT – Sim
 Amaury Müller – PDT – Sim
 Arno Magarinos – PFL – Sim
 Carlos Azambuja – PPR – Sim
 Carlos Cardinal – PDT – Sim
 Carrion Júnior – PDT – Não
 Fernando Carrion – PPR – Sim
 Fetter Júnior – PPR – Sim
 Germano Rigotto – PMDB – Sim
 Ivo Mainardi – PMDB – Sim
 João de Deus Antunes – PPR – Sim
 José Fogaça – PMDB – Sim
 Luis Roberto Ponte – PMDB – Sim
 Mendes Ribeiro – PMDB – Sim
 Nelson Proença – PMDB – Sim
 Odacir Klein – PMDB – Abstenção
 Osvaldo Bender – PFL – Sim
 Paulo Paim – PT – Sim
 Pedro Simon – PMDB – Não
 Telmo Kirst – PPR – Sim
 Victor Faccioni – PPR – Sim
 Waldomiro Fioravante – PT – Sim
 Wilson Müller – PDT – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Atendidos os limites regimentais, a Presidência autoriza a transcrição solicitada pelo nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DIRCEU – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, da qual faço parte, tem hoje uma reunião com a finalidade de julgar o voto do Relator no caso do Deputado Êzio Ferreira, que tem uma representação da Mesa da Câmara em curso por quebra do decoro parlamentar.

Pergunto a V. Ex^a qual é a posição da Mesa do Congresso Nacional sobre o funcionamento dessa Comissão, porque o Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, nosso colega, havia firmado um compromisso com os 17 Relatores da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação de que as sessões da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional seriam suspensas, dando prioridade aos julgamentos da Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de saber de V. Ex^a qual o encaminhamento que a Mesa do Congresso Nacional fará.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Nós estamos agora numa sessão do Congresso Nacional, mas, de qualquer forma, a Presidência vai honrar o compromisso do Presidente da Câmara; se esse julgamento ocorrer durante a Ordem do Dia, a sessão será suspensa, mas se não for durante a Ordem do Dia não há por que suspendê-la. Essa suspensão será na Comissão ou no Congresso, mas como da outra vez foi suspenso o Congresso deverá ser adotada a mesma medida.

O SR. JOSÉ DIRCEU – Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência quer comunicar aos Srs. Congressistas, aproveitando esta oportunidade, que hoje, às 14h, haverá sessão do Congresso Revisor; à noite – estou fazendo esta comunicação a pedido do Presidente da Câmara dos Deputados –, haverá sessão extraordinária da Câmara para apreciar o Decreto Legislativo de autoria do Deputado José Dirceu. Esse decreto já foi votado, mas, como sofreu alterações no Senado, deverá voltar para esta Casa para ser apreciado.

Hoje também, na mesma sessão, será apreciado um projeto de lei de iniciativa do Executivo e outro de iniciativa popular, através da coleta de 1 milhão de assinaturas. Esses projetos tratam dos crimes hediondos. Essas duas proposições serão apreciadas na sessão extraordinária da Câmara dos Deputados que será realizada, repito, logo após a sessão do Congresso Revisor.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB-RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os jornais estão noticiando que o Governo pretende retirar do plenário as suas "bancadas". Ora, entre essas bancadas, elenca-se a do PMDB, o meu Partido.

Quero dizer a V. Ex^a que não estou de acordo com essa decisão, ou seja, virei à sessão do Congresso para votar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Congressista Ribeiro Tavares.

O SR. RIBEIRO TAVARES (PL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez, volto a esta tribuna para tratar de importante problema que aflige principalmente a região do semi-árido no Nordeste brasileiro. Falo sobre a necessidade da imediata recuperação dos campos de sisal.

O sisal é o maior empregador de mão-de-obra. Também é a cultura que melhor se adapta às intempéries e resiste com facilidade aos rigores da seca.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, insisto na necessidade da recuperação dos campos de sisal, porque, apesar de pouco assistido pelas autoridades, o sisal é, há muitos anos, a segunda produção da pauta de exportações da Bahia, Estado maior produtor do País, hoje contribuindo com 60% da produção nacional.

Os produtores reclamam, com toda razão, da falta de apoio e da falta de incentivo por parte das autoridades governamentais, que deixaram de criar oportunidade de abertura de crédito especial para atender ao plantio e à cultura do sisal. Isso tem prejudicado grandemente os produtores, agora ainda mais desolados, porque se viram quase todos obrigados a dizimar os campos de sisal para alimentar o gado que estava morrendo de fome em consequência da seca que devastou grande parte dos Estados nordestinos.

Insisto, mais uma vez, Sr. Presidente, na necessidade da manutenção e na conservação dos campos de sisal, porque sua cultura e sua industrialização atraem e absorvem todos os membros da família, fornecendo trabalho e oportunidade de ganho ao velho, ao jovem, à mulher e à criança, enfim, a todos os cidadãos.

Sr. Presidente, há pouco estive visitando alguns Municípios da região sisaleira do interior da Bahia, que represento nesta Casa, e voltei estarelecido com o aspecto de abandono ali reinante. Como tive oportunidade de mostrar em recente pronunciamento aqui neste plenário, corremos o risco de sofrer o maior êxodo rural deste País se o Governo não se mostrar sensível aos problemas do campo e agir rápido, sobretudo abrindo crédito especial para socorrer os pequenos e médios produtores agrícolas, incentivando-os no plantio do sisal. Os pequenos e os médios produtores são as pessoas mais indicadas para a cultura sisaleira, porque empregam toda a família. Família que trabalha unida permanece unida também nas adversidades. Família que encontra trabalho vive satisfeita, e ninguém abandona sua terra à procura de emprego em outras regiões.

A médio prazo, o Brasil precisa ainda resolver o problema da produtividade, que é baixíssima. Se comparadas as áreas produzidas de nosso País com as de outros países produtores, como Portugal e o México, vemos que a produtividade média daqueles países é de 1.500 Kg por hectare, enquanto, no Brasil, não se consegue superar a casa dos 700 Kg por hectare de área plantada. Razões disso estão na falta de cuidados técnicos de conservação, plantio e adubação daquela cultura. Também o processo de desfiamento é feito com equipamentos rudimentares e altamente perigosos para os trabalhadores que os operam. Além do grande desperdício, essas máquinas são causadoras de acidentes graves porque deceparam dedos, mãos e braços de milhares de pessoas, as quais, mutiladas, vivem marginalizadas, impedidas de continuar trabalhando na mesma indústria. Acresça-se a isso o grande desperdício de subprodutos como a massa verde e o líquido resultante.

Sr. Presidente, a produção brasileira do sisal, com certeza, sofrerá grande baixa no período atual. Mas ainda tem um outro agravante a prejudicar-lhe a concorrência: é que o uso do plástico, como corda e fios para amarrar fardos na indústria agrícola, tem-se

revelado mais prático, porque esse material não apodrece com tanta facilidade. O fazendeiro que amarra fardos de produtos agrícolas e deixa-os expostos ao ar livre corre o risco de ver as cordas apodrecidas com as chuvas, enquanto as cordas de polipropileno apresentam a vantagem de maior resistência e durabilidade. Cumpre, então, ao Brasil encontrar novos usos para o sisal. Além da produção de cordas, fios, cabos, tapetes, cortinas, artesanatos diversos, atualmente também se aproveita o sisal na indústria do papel.

Além disso, grande perspectiva se abre à indústria brasileira do sisal, porquanto ele pode ser usado na fabricação de gases – indústria de biogás –, na produção de vinagre, na confecção de painéis de madeira e outros. Mas tudo ainda em fase experimental e nada em escala comercial.

Sr. Presidente, diante da grande devastação dos campos de sisal, causada principalmente pelos fazendeiros que se viram obrigados a alimentar seu gado no período da grande seca que vivemos há pouco, a recuperação desses campos sisaleiros é condição de sobrevivência para o povo nordestino.

Apelo mais uma vez para o bom senso das autoridades brasileiras. Salvem o sisal com o plantio e com a recuperação dos campos, socorram os campos de sisal, liberem o crédito agrícola para o plantio do sisal, porque isso significará, com certeza, a solução de um problema que aflige grande parte da região nordestina.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Sérgio Ferrara.

O SR. SÉRGIO FERRARA (PDT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, no próximo dia 31 de março, a primeira Igreja Batista de Belo Horizonte completará 82 anos de existência. Este é um fato auspicioso não só para os 1.530 membros da Congregação como para toda a comunidade batista e evangélica de Minas Gerais.

O transcurso do 82º aniversário do primeiro templo Batista erigido na Capital mineira, nos primórdios deste século, não é evento menor, como pode parecer, à primeira vista, circunscrito apenas aos círculos evangélicos da sociedade local. É algo que deve ser compreendido e avaliado dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, que abarque, numa visão retrospectiva, a trajetória do movimento batista no Brasil, cujas raízes remotas devem ser buscadas no ambiente de inquietação espiritual que deu origem à Reforma Protestante, no início do século XVI.

No Brasil, a primeira Igreja Batista foi fundada em Salvador, em 15 de outubro de 1882.

Dados estatísticos recentes revelam que, em 1991, as Igrejas Batistas do Brasil contavam com 850 mil membros; 4.593 igrejas; 4.065 Congregações, também conhecidas como Missões; 4.580 Pastores; mais de 600 missionários com participação ativa em missões nacionais e mundiais; 34 colégios; 18 juntas nacionais e 29 juntas estaduais; 38 instituições de ensino teológico, incluindo seminários, faculdades de ensino superior e institutos tecnológicos de nível médio.

A primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, ao longo de sua existência, teve apenas cinco Pastores. O penúltimo, Pastor Casemiro Gomes de Oliveira, manteve-se no cargo durante 38 anos, tendo desenvolvido um excelente trabalho pastoral.

Atualmente a Congregação tem o privilégio de ter como pastor e dirigente espiritual a venerada figura do Pastor Murilo Cassete, que está completando 35 anos de pastado, cercado do carinho, respeito e admiração dos fiéis.

O transcurso do aniversário de inauguração da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte é, portanto, um evento jubiloso,

preenche de significado de transcendência. E é precisamente dentro desse contexto maior que deve ser apreciado e comemorado.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de dar conhecimento a esta Casa da eleição do Pastor Nilson Amaral Fanini, da Primeira Igreja Batista de Niterói, como Presidente da Aliança Batista Mundial. Trata-se de grande honra para os batistas e, em particular, para os evangélicos do Brasil.

No próximo ano será realizada, na Argentina, a Convenção Batista Mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP-PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é flagrante a falta do cumprimento do art. 28 do Regimento Comum, que determina que, para abertura da sessão, devem estar presentes 1/6 dos Senadores e Deputados em plenário.

Invoco o art. 29, § 2º, do Regimento Comum, para que V. Exª tome as devidas providências com relação à flagrante falta do cumprimento do art. 28.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência quer dizer ao nobre Deputado que há número em plenário.

No entanto, se assim o desejar, poderão ser acionadas as campanhas para que se proceda à verificação de presença. Há, com certeza, número para a continuidade da sessão.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Barbieri, para contraditar.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o plenário está, a cada momento, enchendo mais.

Queremos chamar, Sr. Presidente, os Deputados do PMDB para virem ao plenário, com a finalidade de dar *quorum* na sessão.

É fundamental.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência só suspenderá a sessão se visivelmente não houver presença no plenário.

Se o Deputado insistir, a Presidência poderá proceder à verificação de presença, usando subsidiariamente o Regimento do Senado.

Concedo a palavra ao próximo orador, o nobre Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PC do B-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acompanhamos, preocupados, o desenrolar dos acontecimentos, fundamentalmente a atitude do Governo e dos Partidos de sustentação do Governo, em relação à crise, ou ameaça de crise, institucional que nos acompanha nos últimos dias. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência convida o nobre orador a utilizar o outro microfone, já que há defeito técnico.

O SR. ALDO REBELO – Sr. Presidente, espero que os defeitos técnicos não simbolizem a situação pela qual passa o Poder Legislativo no nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos o direito de desconfiar que a campanha sistemática, orquestrada por setores empresariais e por setores palacianos, contra o Poder Judiciário e contra o Poder Legislativo, esconde, na verdade, o único objetivo de dar retaguarda e proteção à aprovação de um Plano que contraria os interesses do País, os interesses do povo e os interesses desta Casa.

Todos temos consciência de que não é o aumento concedido, aliás, a forma de conversão encontrada pelo Poder Judiciário que ameaça o Plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso ou que ameaça a estabilidade econômica do País.

Mesmo que esta Casa tivesse derrubado o veto do Presidente da República, teríamos consciência de que o episódio não seria suficiente para ameaçar as instituições do País. O que ameaça, Sr. Presidente, e que infelizmente não vem à tona, é o fato de que, enquanto o Presidente da República ameaça o Poder Judiciário e o Ministro da Fazenda coloca no canto da parede o Poder Judiciário, um dos elaboradores do plano econômico, o Presidente do BNDES, o Sr. Pérsio Arida, vai a um seminário em Londres e declara a toda a imprensa internacional que os oligopólios não são os responsáveis pela inflação, que os oligopólios são apenas bode expiatório encontrados pelo próprio Ministro para encobrir as dificuldades de seu Plano.

Sr. Presidente, esse fato é muito grave: enquanto o próprio Ministro e a imprensa noticiam aumento de até 38% acima do novo indexador em alguns preços oligopolizados, um dos responsáveis pelo plano econômico reconhece, dá o seu aval e a sua absolvição à ação nefasta dos oligopólios em relação aos preços do nosso País.

É preciso que se destaque também o noticiário da revista *Veja* desta semana. Diz a revista *Veja* que os Parlamentares estão ganhando os salários mais baixos dos últimos 20 anos e que não haveria problema nenhum em se discutir o assunto. Diz, ainda, a matéria, citando o Deputado Luís Eduardo Magalhães, que se o Congresso estivesse trabalhando duro, fazendo a revisão da Constituição, a sociedade poderia ver o reajuste como contrapartida justa para políticos que cumprem as suas funções. Fica muito claro, portanto, que a campanha que se faz contra o Congresso não tem nenhum objetivo nobre, apenas o de colocá-lo de joelhos, de fazer com que se renda aos objetivos dos empresários, que é fazer, a qualquer custo, a revisão da Constituição, e fazer com que o Congresso aprove a Medida provisória do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

Não foi por outra razão que os Srs. Emílio Odebrecht, Jorge Gerdau e outros estiveram nesta Casa, tecendo loas e apoiando o Ministro e o Presidente na campanha contra o Poder Judiciário. Não é à toa o apoio do Presidente da Federação dos Bancos e o apoio do Grupo Votorantim.

Queremos deixar a nossa advertência no sentido de que esta Casa não se pode deixar intimidar; deve adotar o mesmo procedimento do Supremo Tribunal Federal. Não reconhecemos no Presidente da República, não reconhecemos neste Governo nenhuma autoridade para cercar e se impor diante do Poder Legislativo e diante do Poder Judiciário. O Ministro da Fazenda e o Presidente da República devem ter o mesmo sentimento de um sapateiro que não vai além de seus sapatos. E esta Casa deve dar resposta, votando hoje a Medida provisória para por cobro à arrogância e à petulância de um Executivo que não tem capacidade de dirigir o País, nem autoridade para determinar o que devem fazer as demais Instituições. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Antes de conceder a palavra ao nobre Congressista Luiz Gushiken para uma comunicação de Liderança, vou conceder a palavra ao Congressista

Amaral Netto. A preferência deve-se ao fato de S. Ex.^a estar com problemas de saúde.

O SR. AMARAL NETTO (PPR – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou aqui com um atestado do Departamento Médico que me aconselha permanecer três dias em repouso.

Como, desgrazadamente, nesta Casa, não se cumpre o projeto do Deputado Elias Murad, que proíbe o fumo no plenário, o fumo misturado com o ar-refrigerado acaba com um desgraçado que tem 72 anos – e espero chegar, no mínimo, à idade da minha mãe, que está fazendo 93 anos. Portanto, vou criar ainda muito problema para V. Ex.^{as}.

Mas não podia deixar de vir aqui, num momento como este. Peço desculpas, Sr. Presidente, mas gostaria de fazer um apelo aos meus companheiros. Deixei, inclusive, o Deputado Paulo Paim incumbido de trabalhar esta emenda, que apresentei e que obriga todos os industriais e todos os importadores a fazerem com que, indelevelmente, num rótulo, na embalagem dos seus produtos, conste o preço máximo de venda. Explico: se alguém marca o preço máximo, vai provar a quanto quer que ele seja vendido, no máximo, no varejo, já denunciando a sua ganância ou não. Em segundo lugar, quem vai comprar saberá que não pode passar daquilo que está ali, e naturalmente a concorrência vai ditar as normas.

Pediria que se desse atenção a essa emenda, não por mim, mas porque acredito que ela é de fato moralizadora e defende o interesse do consumidor.

Peço desculpas a V. Ex.^{as} e à Casa, mas, infelizmente, não posso ficar aqui, sob pena de perderem a minha presença, o que todos lamentarão muito.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência registra com louvor a atitude do nobre Deputado Amaral Netto, que, mesmo com problemas de saúde, vem a este plenário para justificar a sua impossibilidade de aqui permanecer.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, para uma comunicação de Liderança, pelo PT, Congressista Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa assiste, estarrecida e revoltada, a essa crise que se estabeleceu entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Uma crise que tem como centro uma discussão sobre salários que, a meu ver, ou está sendo gestada por um ato deliberado, e nesse caso manipulando a opinião pública, ou por razões de natureza aritmética, já que não se sabe quais são os cálculos corretos para a conversão dos salários.

Chamo a atenção de V. Ex.^{as} porque, na minha opinião, no que diz respeito aos critérios de conversão dos salários, baseado em um plano, o Supremo Tribunal Federal está correto, não por razões de autonomia administrativa dos Poderes, mas simplesmente por questões de natureza aritmética.

Peço a atenção de V. Ex.^{as} para a explicação que passo a dar: para se entender essa questão dos salários, em primeiro lugar, é preciso saber que a medida provisória instituiu formas diferenciadas para a conversão. Para o setor privado, adotou o critério da conversão em URV's, adotando o dia efetivo do pagamento; e para o setor público, incluindo fundações e autarquias, adotou um outro critério: o do último dia útil do mês. Resta saber qual desses critérios é correto, à luz do princípio básico do plano, à luz dos axiomas desse plano – e os axiomas desse plano estão presentes na exposição de motivos da medida provisória regulamentadora do salário que diz o seguinte:

A regra básica que está se propondo é a da conversão usando a média dos valores reais dos salários, no objetivo de manter o poder de compra médio dos salários.

Diz, mais à frente:

Desse modo, não há congelamento de salário, mas a garantia de seu poder de compra.

Srs. Congressistas, se a manutenção do poder de compra médio tem valor axiomático, o critério de cálculo só pode basear-se no salário, na data efetiva do pagamento, sob pena de causar deformações em seus valores. Está correto o cálculo adotado no Poder Judiciário e no Poder Legislativo! Está incorreto o Governo! Mente o Governo quando alega que haverá despesa sobre o suposto aumento do salário médio, porque não há aumento de salário médio; existe, sim, um critério que converte a partir do princípio básico que é a garantia do poder de compra dos salários médios. Penso que esta Casa deve tornar a insistir nessa questão, porque é um absurdo o que se faz com a opinião pública, manipulando a sua consciência a partir de afirmações incorretas.

Este não é um problema político, é um problema de aritmética. Se os propositores do plano são incapazes de mostrar qual é a consequência matemática de um princípio que eles firmaram, então é preciso ensinar um pouco de aritmética.

Por isso, Srs. Congressistas, esta crise está gestada de maneira ridícula e precisamos afirmar o princípio da verdade, baseada naquilo que o próprio Governo propôs.

De resto, é preciso também afirmar que esse novo plano congela o salário mínimo em valores degradantes; não protege os salários numa eventual inflação em moeda forte e joga as perdas para as calendas.

Portanto, esperamos que esta Casa, hoje, possa, no projeto de conversão, modificar essas questões que dizem respeito a milhões de trabalhadores e que o plano não contempla.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Congressista Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, insisto com esta Presidência, reiterando o que já fiz há pouco. Não está havendo o cumprimento do art. 28 para a manutenção desta sessão. Não temos um sexto de Deputados e um sexto de Senadores em plenário. Acabei de fazer a contagem de Parlamentares. Não passa de sessenta; não há oitenta e quatro Parlamentares. Quanto ao número de Senadores, é necessário quatorze; há cinco em plenário.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que use do mesmo critério de justiça que tem utilizado na condução das sessões, cumprindo os arts. 28 e 29.

Esta sessão é do Congresso Nacional. É distinto o **quorum** Senado do da Câmara. O **quorum** não é unificado.

Insisto com V. Ex^a que cumpra com o Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência pede a compreensão dos Srs. Deputados, independente de qualquer contestação. Esta Presidência jamais admitiu a dúvida nas sessões que preside; vai determinar a verificação de presença, embora considere que haja número.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 10h48min, a sessão é reaberta às 10h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Está reaberta a sessão.

Embora considere que exista o número necessário em plenário, a Presidência comunica...

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência faz um apelo aos Srs. Congressistas para que aguardem a manifestação da Presidência, pois enquanto o Presidente está falando, nenhum Congressista tem o direito de fazer uso da palavra.

Embora a Presidência considere que exista em plenário o número solicitado pelo art. 29, § 2º, para que não persista qualquer dúvida sobre a lisura do comportamento da Mesa, vai determinar a verificação de número em plenário. Não será verificação de **quorum**, porque a Presidência tem até mesmo o poder de ofício para indeferir; mas como recurso, para poder contar com a presença em plenário, irá desligar e acionar novamente o painel. Serão concedidos 10 minutos, usando subsidiariamente o Regimento do Senado, para que os Congressistas que estejam nas proximidades venham ao plenário e se proceda à verificação de presença.

A Presidência vai ser agora ocupada pelo Presidente titular. Logo após, poderão fazer uso da palavra os Congressistas que o desejarem.

O Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT– SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a fazer uso da palavra para chamar a atenção da Casa para este momento delicado, em que esta sessão não se pode transformar em um fato político!

Hoje, o Presidente da República, com declarações insensatas, não à altura do cargo que ocupa, tenta esvaziar a sessão do Congresso Nacional.

Se os meus colegas que, como eu, querem votar o projeto de conversão, aceitarem esse tipo de provocação, estaremos dando argumentos para aqueles que querem usar os fatos para denegrir ainda mais a imagem do Congresso Nacional.

Apelo aos meus colegas para que mantenhamos a presença em plenário e façamos uma discussão de alto nível. O Congresso Nacional não pode ser presa de uma provocação. Está orquestrada uma manobra política contra o Judiciário e contra o Congresso Nacional. O Presidente da República não está tutelado pelos militares, mas pelo Presidente da TELERJ, José de Castro! Esses aventureiros do Palácio do Planalto não podem usar o Congresso Nacional para os seus propósitos pessoais e egoístas! Vamos manter a calma! O Governo tem o direito regimental de obstruir, mas temos o direito regimental e democrático de chamar os colegas para garantirem a presença, a fim de votarmos o projeto de conversão. Responder a qualquer provocação é fazer o jogo de um Presidente instável, emocionalmente desequilibrado, que trata o Supremo Tribunal Federal e o Congresso como se fosse presidente de um diretório acadêmico.

Sr. Presidente, a situação é grave! Esta sessão não pode virar um "telecatch", ela tem que ser de alto nível! Temos que demonstrar ao País que o Congresso quer votar, que estamos aqui. Ao praticarmos qualquer ação fora das normas desta Casa, estaremos fazendo o jogo do Governo, que vai mostrar que o Congresso,

além de não votar por falta de **quorum**, estabelece uma relação de violência dentro do plenário.

Sr. Presidente, vamos responder às atitudes do Presidente da República, às suas declarações insensatas, com postura democrática de alto nível, para que esta instituição não seja uma presa nas mãos dos que querem ferir a democracia, a autonomia e a independência dos poderes. As negociações políticas fracassaram porque o Presidente da República não está à altura de uma negociação que envolva estadistas.

Não podemos fazer esse jogo. A situação é delicada, e vamos dar resposta, com a presença em plenário, votando o projeto de conversão à Medida Provisória.

Sr. Presidente, é este o apelo que faço, particularmente aos meus colegas de Bancada. Não devemos aceitar qualquer tipo de provocação, mas permanecermos calmos e tranqüilos, porque o Congresso Nacional não pode ser colocado diante de uma situação de vexame, tendo a Presidência da República governada por um Presidente desequilibrado emocional e pessoalmente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita seja restabelecida a tranqüilidade em plenário, fundamental para o prosseguimento desta sessão. Peço aos Srs. Senadores e Deputados que ocupem seus lugares nas bancadas.

Em segundo lugar, a Presidência apela a todos os Srs. Senadores e Deputados que estão em outras dependências da Casa, inclusive aos Srs. Líderes, para que venham ao plenário, a fim de apreciarmos a Medida Provisória nº 434, que institui a URV, assunto de fundamental importância para a vida nacional.

Solicitamos também aos funcionários encarregados do Serviço de Som do Senado e da Câmara que façam acionar as campanhas, a fim de que se possa divulgar o mais rápido possível a necessidade de presença em plenário de todos os Srs. Senadores e Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de elogiar a atitude da Presidência do Congresso por ter convocado esta sessão, a fim de permitir que o Plenário se posicione sobre matéria tão decisiva quanto a política de estabilização econômica.

A crise institucional que estamos vivendo só poderá ser resolvida, equacionada e superada se cada uma das instituições do País assumir as suas funções constitucionais com competência, seriedade e rigor.

Somente o Supremo Tribunal Federal tem o papel constitucional de interpretar as leis. Não podemos aceitar que quem quer que seja tente substituí-lo no papel constitucional de interpretação da legislação em vigor. É inaceitável a atitude da Presidência da República, estabelecendo um confronto ingênuo, irresponsável e de risco, diante da decisão do Supremo.

Ainda que concordemos que o Supremo não deveria ter tomado tal decisão – embora pudesse tê-lo feito –, nós, os democratas do País, não temos outra alternativa a não ser acatá-la. Isso porque, à medida que o Supremo não puder mais interpretar a legislação em vigor, não teremos mais democracia neste País; teremos uma tutela sobre os Poderes.

Sr. Presidente, esta Casa é o espaço da negociação; esta Casa é a possibilidade da estabilidade democrática; esta Casa pode ser o fórum de superação da crise econômica. Isso porque não há

candidato, não há qualquer pessoa, neste momento da História do País, que não tenha interesse na estabilidade econômica e na superação da crise. Porém, para esta Casa assumir o seu papel constitucional e político e a sua responsabilidade histórica, tem que mostrar neste momento a sua disposição de votar o Projeto de Conversão.

Posso aceitar que o Governo tenha um projeto alternativo, que tenha emendas, que tenha destaques, porque, infelizmente, o Executivo não fez a negociação necessária para poder chegar a um projeto de conversão consensual. Não posso aceitar a omissão. Não ouvi, até este momento, a voz do Governo, das lideranças do Governo, o que querem sobre este projeto e quais alternativas apresentam à Nação. Ou esta Casa vai sucumbir, mais uma vez, a mais de quinhentas medidas provisórias que o Executivo vai impondo ao Legislativo, como no passado fazia com os decretos-leis? Temos que nos afirmar como Poder da República, legislando, definindo posição, assegurando a estabilidade econômica, mas protegendo o salário dos que menos têm.

Por isso peço que iniciemos a verificação lamentável, que foi solicitada, mas que imediatamente passemos à votação para que possamos dizer ao País o que queremos do salário e da estabilidade econômica da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço aos Srs. Deputados que tomem assento em suas bancadas para iniciarmos a verificação requerida pelo Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que, quando fiz o requerimento – exercendo o papel de parlamentar da representação que tenho e como Vice-Líder do meu partido, o Partido Progressista, e como Vice-Líder do Governo –, democrática e decentemente, não teci nenhum comentário além do estrito cumprimento do Regimento Comum, invocando o art. 28 e 29. Ao terminar de fazer o requerimento, fui agredido verbalmente e afastado pelos meus companheiros. E quando estava preso pelos meus companheiros, fui agredido, vergonhosa e covardemente, pelas costas, e recebi um soco em meu rosto, desferido pelo Deputado José Cicote. Quero deixar registrada essa covardia, impetrada por alguém que defende a democracia a seu modo. Quando a democracia é exercida no processo parlamentar regimental que temos, não admite tais procedimentos. Acredito até que, se armado ele estivesse, eu teria sido atingido pelas costas, covardemente.

Sr. Presidente, tenho sempre pautado a minha vida pública pelo respeito, pela ordem e pela legalidade, principalmente na defesa da democracia. Durante vinte anos lutamos contra a ditadura, contra as arbitrariedades impostas ao povo brasileiro no livre exercício da democracia que desejávamos. Conseguimos a abertura democrática mas, lamentavelmente, alguns não conseguem exercer em plenitude as prerrogativas da democracia, da co-responsabilidade e da cidadania, do cumprimento da ordem e da lei.

Lamento este registro. Não vou revidar, porque não é do meu feitio. Todo o meu entusiasmo, toda a minha ênfase tem sido a favor da luta democrática, no exercício da minha função pública, aquilo que adotei como ministério de vida até agora. Esta é uma das passagens mais tristes que já presenciei em 22 anos de vida pública, tendo sido vereador, prefeito, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná; agora, com o honroso mandato de Deputado Federal, fui covardemente agredido pelo Deputado José Cicote, do Partido dos Trabalhadores.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que esses procedimentos não aconteçam mais dentro do plenário, quando estamos no exercício da nossa função pública, do nosso direito, da nossa obrigação, do nosso dever. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento nas suas bancadas para iniciarmos a verificação.

Quanto às palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly, a Presidência vai solicitar ao Presidente da Câmara dos Deputados que apure os fatos aqui ocorridos.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares. Vais fazer a verificação na Câmara dos Deputados.

Solicito aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Em seguida à verificação na Câmara, far-se-á a verificação no Senado Federal, para efeito de apuração de **quorum** com vistas à manutenção da presença.

(Procede-se à verificação de presença)

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estará havendo no Senado, neste momento, alguma palestra de Ministro, do Presidente do Banco Central ou reunião de Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Solicito aos Srs. Presidentes de Comissões do Senado Federal, particularmente de Assuntos Econômicos, que suspendam as reuniões que porventura estejam sendo realizadas para que os Srs. Senadores venham ao plenário.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, em desdobramento à questão de ordem, quero dizer que a verificação de presença do Senado deve ocorrer somente após a constatação do encerramento daquelas reuniões que estão sendo realizadas de maneira anti-regimental. Não poderiam ser feitas enquanto há uma sessão como esta. Ainda ontem V. Ex^a, respondendo a uma questão de ordem por mim levantada, inclusive com a presença do Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira, garantiu que não haveria reunião de Comissões hoje. E como V. Ex^a é homem que mantém a palavra – não tenho razão para duvidar disso –, requeiro a V. Ex^a só proceda à votação no Senado depois de verificado o encerramento dessas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Mais uma vez, peço aos Srs. Presidentes de Comissões do Senado, sobretudo da Comissão de Assuntos Econômicos, que suspendam as reuniões das Comissões, a fim de que os Srs. Senadores possam vir ao plenário. Estamos em processo de verificação.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está havendo reunião na Comissão de Justiça. Ontem, meu nome constou como tendo falta neste plenário, porque eu estava na Comissão de Justiça. Há um descompasso entre as reuniões do Congresso Nacional, do Congresso Revisor e há uma grande tolerância com a reunião no Senado.

Sr. Presidente, estou aqui para votar. Sou do PMDB, mas não sou caudatário do Governo. (Muito bem. Palmas!)

Faço minhas as palavras do Deputado Aloízio Mercadante: este é o grande fórum para se discutir e equacionar as questões.

O Governo é que está acovardado e quer humilhar esta Casa! Isso não vamos admitir. (Muito bem. Palmas!)

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, reitero de certa forma a questão de ordem que formulei a V. Ex^a. Sei que o País tem problemas complexos. É preciso aferir as responsabilidades. Todo santo dia se imputa a A ou a B delongas no sentido de permitir que parlamentares eventualmente acometidos de ilícitos usem de um expediente protelatório para se evadir de sessões. Não comungo desse entendimento, mas é preciso que fique claro, muito claro, que V. Ex^a, com a autoridade que tem, quer fazer, e faz, as sessões do Congresso Revisor e as sessões do Congresso Ordinário.

É extremamente constrangedor para nós sermos cobrados dos dois lados e não sermos ouvidos. Estou com a reunião da Comissão de Constituição e Justiça em andamento, respondendo à consulta da Câmara, e comunico a V. Ex^a que vou suspendê-la apenas por 10 minutos para vir votar, se V. Ex^a assim o exigir.

Não vou suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares a fim de ter início a apuração de presença pelo sistema eletrônico. Os Srs. Senadores serão chamados posteriormente. A sessão é bicameral.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram a sua presença queiram fazê-lo nos postos avulsos.

Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário, e aos Srs. Presidentes de comissão que suspendam as reuniões que porventura estejam se realizando, a fim de que os Srs. Senadores venham registrar sua presença.

O SR. CARLOS LUPI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CARLOS LUPI (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a providências no sentido de que sejam acionadas as campanhas, a fim de que os Srs. Congressistas venham ao plenário.

O SR. JOÃO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (PL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os Srs. Parlamentares registram sua frequência, gostaria de repetir, neste exato momento, um tema que abordei na terça-feira.

Assistimos pela imprensa brasileira ao início da desmoralização dos Poderes Legislativo e Judiciário pelo Executivo, que dessa forma acredita conseguir a recuperação de sua moral; que tenta de todas as formas se fortalecer e hoje promove uma ditadura branca no momento em que obedece aos militares. O Executivo está tentando mostrar uma força que não possui porque este Congresso se tornou enfraquecido.

O que acontece, Sr. Presidente, é que faltou liderança nesta Casa. Os líderes de acovardaram, se esconderam e deixaram os congressistas expostos às maiores humilhações. Ainda ontem, Sr. Presidente, os mesmos líderes que poderiam nos defender foram ao altar do supremo Poder desta Nação; lá se ajoelharam, se lamentaram e nos trouxeram o que deveríamos fazer, a pedido dele. Será que Sua Excelência também não tem um pouco de vergonha na cara? Será que pensa que somos comandados, ou acredita que não precisaria mais desta Casa? Continuará Sua Excelência a obedecer aos militares?

Sr. Presidente, temos o voto popular e, enquanto existir este plenário aberto, vamos exercer nossa função. Não nos vamos dobrar a essa ditadura branca; somos homens de bem e aqui estamos através do voto popular. Não nos vamos acovardar.

Para concluir, Sr. Presidente: Os Srs. Deputados que estão nos gabinetes, debaixo das mesas, escondendo os líderes, venham para cá e mostrem por que foram eleitos!

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não basta V. Ex^a recomendar pelo microfone que se suspendam as reuniões das comissões do Senado. C requerimento que faço a V. Ex^a talvez seja até dispensável. A experiência parlamentar de V. Ex^a já deve ter caminhado nessa direção. É preciso que se verifique diretamente, pelo telefone ou pela assessoria, se de fato foi cumprida a ordem da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Já providenciei neste sentido, nobre Congressista.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Então requeiro que V. Ex^a só abra o painel do Senado quando for cumprida a ordem de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto Líder do Partido dos Trabalhadores, quero lastimar o incidente que ocorreu há poucos minutos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que a melhor forma de resolver nossas diferenças é por intermédio do debate amplo, aberto e democrático neste plenário. Entendemos que a presença dos Srs. Parlamentares não só é um direito, mas também uma obrigação. Se temos posições a favor ou contra o plano econômico, devemos estar neste plenário para decidir majoritariamente qual será a posição do Congresso Nacional.

Entendemos que qualquer outro tipo de subterfúgio efetivamente não enaltece esta Casa. Mesmo o processo de obstrução, que é um processo democrático, deve ser declarado da tribuna desta Casa; a ausência vergonhosa de parlamentares de forma alguma enaltece o Parlamento brasileiro. A obstrução deve acontecer sim,

desde que os líderes venham a esta tribuna e coloquem a posição claramente.

Sr. Presidente, para finalizar, queremos dizer que de forma alguma desejamos que os ânimos se exaltem. Lastimamos mais uma vez o incidente que ocorreu e, da nossa parte, da parte do Partido dos Trabalhadores, queremos permitir a continuação dos debates e de todo o processo de deliberação da forma mais tranqüila possível.

Não podemos entrar na provocação do Poder Executivo; não podemos aceitar a provocação de alguns partidos políticos que tentam evitar a votação da Medida Provisória sem usar da tribuna e do argumento constitucional e democrático da própria obstrução.

Lastimamos que incidentes aconteçam. Esperamos que a calma e a tranqüilidade se sobrepujem para que esse tipo de ocorrido não abale principalmente a discussão deste Plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vou encerrar a verificação porque há número suficiente para manter a sessão na Câmara. Em seguida, farei a chamada nominal dos Srs. Senadores.

A SR^a JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PC do B – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento de crise, de disputa entre os poderes, de discussão entre Judiciário, Legislativo e Executivo, é inaceitável para o Congresso Nacional que a omissão de alguns parlamentares aprofunde esse processo de crise. Na verdade é inacreditável que pessoas que sempre tiveram um perfil e uma história democrática neste País, que foram expoentes da luta democrática não registrem o seu voto neste momento, aumentando o desgaste do Congresso Nacional diante da sociedade brasileira. O que querem esses parlamentares? Querem fazer com que o Congresso seja simplesmente colocado como uma sucata, que o povo vá às ruas dizer que esta Casa tem que ser fechada?

A charge política de hoje do *Correio Braziliense* traz o Presidente Itamar Franco usando um quepe militar, Sr. Presidente.

Este Parlamento precisa se afirmar democraticamente, como um poder constituído e não é possível que Sua Excelência continue mandando neste Congresso como se nós não tivéssemos nenhuma autonomia, nenhuma independência.

E neste momento figuras de perfil democrático da História desse País não têm a coragem política de registrar o seu nome no painel eletrônico do Congresso Nacional. O que é isso? É um Congresso que, por maioria, busca derrubar o veto pela isonomia e não tem coragem política de votar um projeto de conversão que regula o salário dos trabalhadores, evitando as suas perdas. Isso não será compreensível pela sociedade brasileira e aprofundará o nosso desgaste; é uma vergonha, uma covardia que tais figuras estejam aqui dentro do Congresso Nacional e não consigam honrar o mandato, colocando seu nome no painel eletrônico. Muito obrigada.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de indagar de V. Ex^a que Senador pediu verificação no Senado, porque a verificação foi fundamentada e pedida apenas na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A verificação foi de presença de Deputados e Senadores para manter a sessão. Mas V. Exª fique tranqüilo, pois há mais de 20 Senadores em plenário.

Proceder-se-á à chamada dos Srs. Senadores, a fim de que a sessão volte ao seu curso normal.

O SR. MAGNO BACELAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de alertar esta Casa e V. Exª, *data venia*, que acabamos de ver aqui a subversão da ordem, quando o Deputado José Thomaz Nonô, por quem tenho o maior respeito, assomou ao microfone e declarou que não encerraria a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que é da maior importância.

Queremos saber, Sr. Presidente: onde está a ordem? Até onde o Regimento é superior ou até onde queremos impor o respeito a esta Casa, fazendo valer o Regimento? Esta reunião da Comissão foi produto de uma convocação e de uma reunião de Liderança. Quem não tem compromissos com os trabalhadores e com este País, que se recuse a comparecer! Não podemos admitir, depois de uma cena de violência, uma violência maior contra o estatuto e contra a dignidade desta Casa, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência faz um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados para que S. Exª tome as providências. O Vice-Presidente, Deputado Adylson Motta, já esclareceu a questão, dizendo que, quando do início da Ordem do Dia, as Comissões deverão encerrar seus trabalhos.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Exª se a Comissão de Economia do Senado já encerrou sua reunião.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Já pedi ao Sr. Presidente daquela Comissão que tomasse as providências. Estou aguardando uma comunicação nesse sentido.

O SR. ODACIR SOARES – V. Exª transmitiu por telefone ou pelo microfone?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Por telefone.

O SR. ODACIR SOARES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço ao Sr. Vice-Presidente que proceda à chamada dos Srs. Senadores.

(Procede-se à chamada nominal do Srs. Senadores)

O Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência comunica que foi atingido o *quorum* mínimo necessário à continuidade da sessão. Não há necessidade de continuar a chamada nominal dos Srs. Senadores.

Aos Srs. Deputados e Senadores que não marcaram suas presenças, a Presidência quer ponderar que a sessão, para ter prosseguimento, tem que contar com a presença de 84 Parlamentares. Como existem 238 Srs. Deputados e 14 Srs. Senadores, está encerrada a verificação da presença e tem continuidade a sessão.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares para que obedeçam o Regimento. Existe uma lista de Parlamentares que vieram se ins-

crever cedo, pela manhã, e seu direito deve ser respeitado. A Presidência vai conceder a palavra pela ordem de inscrição.

O próximo orador inscrito é a Deputada Maria Luíza Fontenele.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – V. Exª tem a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, a Comissão de Orçamento da Casa está funcionando. Deve-se, então, mandar encerrar a reunião daquela comissão.

Segundo, faço um apelo aos oradores inscritos para que abram mão das suas inscrições e comecemos a Ordem do Dia com a discussão da matéria, visando a decidir se este Congresso deve votar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência comunica ao Deputado Miro Teixeira que não está havendo nenhuma decisão. Não podemos entrar na Ordem do Dia com as comissões funcionando.

Deputado Miro Teixeira, a Presidência não suspendeu a sessão por não estar havendo deliberação. Como existe uma reunião de julgamento, e para que não se dê a interpretação de que esta Casa está boicotando o julgamento na Comissão de Justiça, a Presidência prefere retardar a Ordem do Dia e permitir a viabilização da reunião.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Isso foi objeto de deliberação e questão de ordem na sessão de ontem. Na sessão de anteontem – quando o Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, estava sentado à esquerda do Presidente Humberto Lucena –, levantamos esta possibilidade e foi aqui deliberado que não haveria reunião de Comissão. No entanto, a Presidência pode rever essa decisão.

É claro que a Presidência pode rever! Um Presidente diz uma coisa e, em outra sessão, o outro diz outra, e o Plenário vai continuar convivendo com a instabilidade das deliberações da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência mantém a decisão.

Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Luíza Fontenele.

A SRª MARIA LUÍZA FONTENELE (PSTU – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, farei um breve registro, entendo que os fatos ocorridos hoje, aqui, não devem ser minimizados. Na verdade, na medida em que aumenta a crise, os trabalhadores vão às ruas, numa posição clara, contestar as medidas adotadas pelo Judiciário, contestar as medidas adotadas pelo Legislativo, quando parte deste votou, em benefício próprio, um reajuste que não era o que estava sendo discutido.

Os trabalhadores vão às ruas numa posição clara contra o projeto do Governo. Portanto, os Poderes estão sendo passados a limpo a nível do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. E quando os trabalhadores, mesmo com dificuldades de suas centrais sindicais, que não jogaram pesado na convocação das greves, vão às ruas, além de se posicionarem contra o Plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso, que é um plano do Governo, das elites brasileiras, um Plano contra os trabalhadores, posicionam-se também contra as atitudes que têm sido adotadas neste Parlamento,

seja a medida adotada em relação à questão salarial, seja toda essa farsa em relação à questão da Revisão Constitucional.

Delineiam-se, claramente, dois projetos no Brasil. E hoje constatamos, no que diz respeito àqueles que lutam em benefício dos trabalhadores, segundo a posição do Congressista Luiz Carlos Hauly, uma tentativa de manobra para que esta Câmara não possa discutir a situação, respondendo sobre a manifestação dos trabalhadores nas ruas. Portanto, trata-se de confronto de projetos.

O uso da força física é que, na verdade, não cabe neste plenário! O uso da força física tem que ser realizado em outro local. Aqui, deve prevalecer o confronto de idéias, de posições, a fim de que o povo brasileiro o conheça.

Estamos num ano eleitoral e não dá para, mais uma vez, através de manobras espúrias, tentar passar para o povo aquilo que, na verdade, não se está fazendo nesta Casa.

Portanto, que fique claro quem está do lado do povo e quem manobra os interesses da elite, respondendo a um Governo que implantou o "caos" neste País, diante de uma crise que está sendo mantida inclusive pelo Fundo Monetário Internacional.

Por que o Governo tem dinheiro para pagar o Fundo Monetário Internacional? Exatamente porque se trata de um projeto que atende aos interesses internacionais, atende à grande elite que manobra a economia no mundo todo e que, para isso, entende que é preciso arrasar com os trabalhadores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Maria Luiza Fontenelle, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. AMAURY MÜLLER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Exª

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já há número para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Ainda vou conceder a palavra a dois ou três oradores e vou iniciar a Ordem do Dia.

O SR. AMAURY MÜLLER – Exatamente isso que eu queria pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que observe e respeite, com rigor matemático, o prazo de 30 minutos estabelecido no art. 31 do Regimento Comum.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Líder do Governo.

O SR. LUIZ CARLOS SANTOS (PMDB – SP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo a tribuna neste instante para deixar, de forma bastante clara, a posição do Governo em relação à matéria hoje discutida. Peço a atenção dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados porque não queremos que paire nenhuma dúvida em relação à posição do Governo.

Aqui, ocorreram críticas a respeito da intransigência do Governo no que concerne ao procedimento de negociação em torno da Medida Provisória nº 434. Desde 22 de dezembro que o Gover-

no vem negociando nesta Casa. Todas as matérias foram discutidas exaustivamente. Desde que assumi a Liderança do Governo, todas as medidas provisórias foram sujeitas a uma ampla discussão com todos os partidos com assento nesta Casa. Chegamos a vários entendimentos, chegamos a projetos de conversão. O próprio Fundo Social de Emergência à Emenda Constitucional, que o Governo remeteu a esta Casa, foi longamente debatido, foi longamente alterado, sofreu 10 alterações em virtude de sugestões de Congressistas. Tudo isso com a finalidade de melhorar a redação do projeto que tratava do Fundo Social de Emergência. Portanto, o Governo coloca-se permanentemente aberto à negociação.

O Plano de Estabilização Econômica do Governo Itamar ou do Ministro Fernando Henrique Cardoso tem uma base democrática e diferencia-se dos planos anteriores, que eram impositivos, que promoveram confiscos de ativos financeiros, bloqueios e estabeleceram congelamentos. Todavia, agora, pela primeira vez, o Governo submete um plano à discussão desta Casa, acata sugestões do Congresso e da sociedade. Isso porque entendemos que, sem essa base democrática, não há nenhuma condição de o plano ter eficiência.

Dessa forma, não será hoje que o Governo vai recusar-se à negociação; não vai ser agora, diante dessa medida provisória, que o Governo vai fechar-se ao diálogo; não é agora que seremos acusados de intolerantes. Entendemos que é indispensável à base democrática o diálogo para que o plano tenha eficiência.

Portanto, quero conversar com os Srs. Congressistas a respeito. O que temos em mãos é um projeto de conversão do nobre Congressista Gonzaga Mota, do meu amigo Gonzaga Mota, que fez um excelente trabalho como Relator do projeto que tratava do Fundo Social de Emergência. Essa peça chegou às minhas mãos hoje e só agora estou tomando conhecimento da mesma.

Então, Srs. Congressistas, vamos apelar para o bom senso.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, hoje, em conversa com vários Líderes desta Casa – que vão poder atestar minhas palavras –, fez um apelo dramático para que este Plenário não aprove um projeto de conversão cujos efeitos e consequências ele desconhece. S. Exª fez um apelo dramático para possibilitar a reedição da medida provisória, porque esta reedição não vai – muito pelo contrário – fechar as portas ao entendimento.

O que é a reedição? É a possibilidade de se abrir para o entendimento uma nova comissão especial, a possibilidade de um novo projeto de conversão negociado com o Governo, mesmo porque este projeto é um salto no escuro. Não temos condições de avaliar as consequências da aprovação desse projeto de conversão. Creio que nem o nobre Relator pode afirmar, com segurança, os desdobramentos, as consequências que poderão advir da aprovação da sua medida.

As primeiras observações que chegam, precárias, afirmam que o setor da Previdência é onerado em aproximadamente 9 bilhões de dólares; o custo da União, com pessoal, em 14 bilhões de dólares. É o que se diz, não se tem certeza em relação a nada!

Como esta Casa vai poder aprovar um projeto de conversão sem conhecer as consequências advindas da sua aprovação?

O Governo quer continuar mantendo o diálogo, porque entende que, sem ele, o plano tem vida curta; sem apoio do Congresso e da sociedade, o Plano terá o destino dos outros.

Estamos abertos a negociações e fazemos um apelo, secundando o do Ministro, no sentido de não votarmos hoje, para que não seja obrigado o Governo a vetar parte deste projeto de conversão. Não sabemos – quero repetir – as consequências dramáticas da votação, no momento em que o País vive uma das suas piores crises. Ninguém desconhece a gravidade do momento que atravessamos; ninguém desconhece o risco que corre a continuidade de-

mocrática. A democracia nos custou muito, custou sacrifícios, custou vidas de brasileiros. Eu próprio fui preso em função de uma ditadura. Tememos pela democracia!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas – creio que não me estou estendendo demasiadamente na tribuna, uma vez que falo em nome do Governo –, faço um apelo a esta Casa, para que possamos nos entender. A reedição dessa medida será a continuidade do diálogo e do entendimento e poderá até contribuir para a solução da crise entre Governo e Supremo Tribunal Federal.

O meu apelo é no sentido de que o projeto de conversão, ainda desconhecido, não tenha o acatamento. Na reedição, o Governo continuará – esse é o compromisso – aberto a sugestões, atendendo, se necessário, a um novo projeto de conversão, e terá ainda tempo para avaliar o desenvolvimento da implantação da URV.

Portanto, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o apelo que faço a todos os Líderes desta Casa, secundando o apelo do Ministro Fernando Henrique Cardoso, é no sentido – repito – de não votarmos hoje o projeto de conversão. Assim, talvez possamos ter, com sensatez, a segurança de, reeditando a medida provisória, podermos continuar dialogando, nos entendendo a serviço da sociedade, para superar essa crise, pois é uma crise que ameaça a segurança nacional, a democracia, o estado de direito e o País, como nação civilizada e organizada.

Agradeço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, e a dos meus Pares.

O SR. EDÉSIO FRIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Ex^a já pôs o projeto de conversão em discussão. Gostaria de saber se V. Ex^a já deu início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Não, nobre Congressista. Vou dar início agora.

O SR. EDÉSIO FRIAS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de entrarmos na Ordem do Dia, vou conceder a palavra ao nobre Líder do Governo, Congressista Pedro Simon, atendendo a pedido de S. Ex^a

O SR. JOSÉ ALDO – Sr. Presidente, estou inscrito para falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Aldo.

O SR. JOSÉ ALDO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É apenas um registro, Sr. Presidente. Ontem, a Bancada da Agricultura esteve reunida com o Ministro Fernando Henrique Cardoso. Não posso deixar de registrar a minha decepção com o Ministro. Depois de 45 dias de conversas e negociações, estamos na estaca zero.

Já propus a toda a Bancada da Agricultura que não vote o Plano do Governo enquanto não for resolvido o problema da Agricultura.

Sr. Presidente, estimados Colegas, acreditamos que um Ministro que diz não poder aumentar a renda dos trabalhadores porque quebraria a Previdência não tem condições de administrar nada. Quem administra tem que saber administrar prioridades, e prioridade é dar renda ao brasileiro. O problema da Previdência fica para depois. Primeiro vamos resolver o problema da renda do

brasileiro. Precisamos aumentar a renda do cidadão. Para onde vamos? S. Ex^a quer enriquecer os bancos. Quem sabe será outro assessor dos banqueiros, como já o foi o Mailson da Nóbrega? Esses Ministros da Economia, o CMN – Conselho Monetário Nacional, estão trabalhando a favor dos banqueiros. E o produtor, o trabalhador está ao relento.

Sr. Presidente, o Ministro está querendo ser candidato à Presidência. Com que gabarito, se não sabe discernir quem tem prioridade: a renda do trabalhador ou a Previdência Social?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder Pedro Simon, antes de passarmos à Ordem do Dia.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra logo após o nobre Líder Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, atrevo-me a solicitar um pouco de silêncio no plenário.

Esta é a primeira vez que, nesta Casa, falo na qualidade de Líder do Governo.

Creio ser uma pessoa por demais conhecida pelo meu passado e pela minha biografia.

Acho que estamos vivendo uma hora muito importante na História deste País; acho que a responsabilidade é de todos; acho que não adianta colocarmos o Presidente, ou o Congresso Nacional, ou os partidos políticos, ou quem quer que seja, como responsável isoladamente. Cada um tem que dar a sua parcela.

Sou homem que viveu a vida inteira no Parlamento, de quem sou permanente defensor. Nas horas mais amargas e difíceis, na hora da ditadura, na hora do arbítrio, resisti, comandando a Oposição no Rio Grande do Sul, a todos os atos e a todas as violências. Lembro-me de que, muitas vezes, foi preciso raciocinar, foi preciso meditar, foi preciso refletir e foi preciso escolher o melhor caminho.

O nosso equívoco, das esquerdas ou das forças democráticas, é de, às vezes, nos deixarmos impulsionar pela paixão, enquanto que os nossos adversários deixam-se levar sempre pela razão. Enquanto eles agem friamente, buscando seus objetivos, agimos passionadamente, não buscando a realidade.

Estou, nesta tribuna, para dizer duas coisas: primeiro, o Ministro Fernando Henrique faz um pedido a esta Casa para que não vote o projeto de conversão hoje. Esse pedido S. Ex^a fez ontem, no Palácio do Planalto, na frente do Presidente da República, presentes 20 líderes desta Casa e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Ouvi pessoas dizendo: "Esta Casa vai se dobrar ao Ministro? Onde está a dignidade desta Casa? Então o Ministro vem e diz: não vota, e esta Casa não vota? Temos que mostrar a força desta Casa e responder: não à grosseria do Ministro".

É uma maneira de se conduzir os acontecimentos.

Ouvi líderes importantes falarem dessa maneira ontem, desta tribuna. É uma maneira. Mas será que é uma maneira correta? Será que é uma maneira verdadeira? Será que estamos encaminhando esta Casa para um melhor objetivo?

Acusem o Sr. Fernando Henrique do que quiserem; façam as condenações ao Sr. Fernando Henrique que bem quiserem; ninguém pode dizer...

(Manifestação fora do microfone)

O SR. PEDRO SIMON – Posso falar? Ninguém pode dizer que o Sr. Fernando Henrique, na história dos Ministros da Fazenda do Brasil, foi o que mais veio a esta Casa, foi quem mais

debateu, quem mais discutiu, quem mais abriu as portas aos Parlamentares de todos os partidos. Estou mentindo?

Então, Sr. Presidente, o que acontece? O Governo mandou a esta Casa...

O SR. JAIR BOLSONARO (fora do microfone) – O Ministro Fernando Henrique Cardoso tem é que respeitar o povo brasileiro!

O SR. PEDRO SIMON – Vamos respeitar, não é, doutor? Acho que o respeito é bom, é importante. (Pausa.)

Acho que esta Casa votou. Na hora de votar, o Sr. Fernando Henrique Cardoso esteve aqui, nesta tribuna, debateu e discutiu as medidas que S. Ex^a queria na reforma da Constituição. O que S. Ex^a queria? S. Ex^a queria tirar uma parcela dos Municípios, tirar uma parcela dos Governos Estaduais; queria um projeto que era dele. Esta Casa não aceitou, e entre o que o Sr. Fernando Henrique Cardoso pediu e o que esta Casa votou foi uma diferença enorme, e o texto que está na Constituição era aquilo que esta Casa quis; mas quis dialogando com o Ministro, quis discutindo, quando então chegou-se a um bom termo, chegou-se a um entendimento, chegou-se a uma forma racional, onde nem o Governo foi derrotado e nem a Casa esmagou o Governo, mas toda a imprensa aplaudiu e respeitou porque chegou-se a uma média comum. Os Prefeitos ficaram contentes; os Governos Estaduais aceitaram, a média deste Congresso aceitou.

Agora, estamos aqui. Vamos votar. Qual é a decisão que querem tomar? Vitória do Governo, derrota da minoria, derrota da oposição ou vitória do Congresso, esmagamento do Governo? Vitória do Governo e do Congresso.

Diz o Ministro: faço um apelo para que não votem hoje. E não sou eu que estou dizendo – peço aos Líderes que estavam ontem no Palácio do Planalto se o Ministro não disse, à viva voz, na frente do Presidente, aos Líderes e ao Presidente da Câmara: Peço que não votem amanhã, porque não chegamos ao entendimento. Peço mais tempo para que melhor possamos continuar a discutir. Tenho certeza de que chegaremos ao entendimento. Não tive nem condições de estudar com profundidade o relatório, porque só recebi hoje, às 16h. A minha equipe está em cima disso para debater e para discutir. Peço tempo! Peço tempo para discutir! Peço tempo para estudar! Peço tempo para sentar à mesa e, em conjunto, debatermos!

Mas será que esta Casa já não errou demais – perdoem-me – pelo voto da paixão, emocionado pela vitória do dia? Chega de vitória do dia ou derrota do dia. Vamos analisar e sair juntos em torno desta matéria. Todo mundo sabe. Não quero entrar em detalhes, mas todo mundo sabe que existe uma situação aí que tem que terminar – talvez o término dela passe pela elaboração da nova medida provisória que virá a esta Casa.

Será que os senhores não estão entendendo que isso é viável? Será que os senhores não estão sentindo que isso é real? E será que esta Casa tem o direito de impedir que haja essa chance e que o entendimento entre os Poderes passe por aqui?

Ora, meus amigos, não adianta dizer que o Presidente não devia dizer aquilo, que o Congresso não deveria fazer aquilo; o Tribunal não deveria ter dado o aumento. Não importa. Momento de crise é momento que cabe a quem tem sapiência, quem tem competência e cérebro para ajudar. Não importa buscar de quem é a responsabilidade: a responsabilidade é do Presidente; a responsabilidade é dos Federais; a responsabilidade é do Supremo; a responsabilidade é da Imprensa. Ao inferno a responsabilidade! A responsabilidade é nossa de buscar o entendimento. Esta Casa tem condições de viver hoje e ganhar a manchete amanhã: O Congresso Nacional entendeu a hora que está vivendo e não quer ser res-

ponsável, porque o Sr. Fernando Henrique Cardoso não vai poder dizer que irá renunciar ao Ministério amanhã; ir para o jornal e dizer que derrotaram seu Plano, que o Congresso não quis que o seu Plano desse certo; ou então – parece que alguns querem isso: O Plano foi aprovado, mas queríamos cem dólares para o trabalhador e aquela gente não votou.

Não é hora de buscarmos dividendos eleitorais. É hora de aprofundar. É hora de buscar a responsabilidade.

O apelo que faço, Sr. Presidente, não como Líder do Governo, porque a essa função até agora não me acomodei – sou um Líder do Governo que não nomeou um funcionário, nem do meu gabinete; sou um Líder do Governo que não se sente à vontade em ser Governo, porque na minha vida fui só Oposição –, mas digo de coração, no meu Congresso e falando à minha gente: Penso que esta Casa atendendo – e repito: o Ministro da Fazenda pede que eu venha aqui solicitar que o projeto não seja votado porque ele não teve tempo de estudá-lo profundamente; S. Ex^a entende que a redação altera o seu Plano, quer tempo para o diálogo –, mas a Casa atendendo: A responsabilidade é do Ministro! Esta Casa não aceitando: Não atendeu ao apelo do Ministro; votou!

Vale a pena esta Casa dizer: ganhou, derrotou o Ministro. Tinha uma chance de tentar fazer o diálogo dos Três Poderes na alteração da medida; cortou o diálogo, a possibilidade. Mas que vitória é essa!? Quem está ganhando com isso?

O SR. EDUARDO SUPLCY – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Se for possível, com o maior prazer.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Nobre Líder Pedro Simon, nestas últimas semanas, desde que foi colocada a Medida Provisória nº 434, houve um esforço de negociação por parte dos diversos segmentos da sociedade; seria importante que houvesse, da parte de V. Ex^a, o compromisso de que o entendimento, de fato, existe.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, gostaríamos de saber de V. Ex^a se o aparte é regimental, porque nós também queremos apartear o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Congressista, o aparte é regimental.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Em que medida, Líder Pedro Simon, há possibilidade de compromisso de entendimento? Ou seja, de não se estar reeditando a medida provisória, impedindo o projeto de conversão de ser votado, até que venha a terceira fase, através de outra medida provisória. O Ministro Fernando Henrique Cardoso acaba de dizer, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, que, do ponto de vista do acordo da dívida externa, S. Ex^a achou muito importante que houvesse a cooperação, a colaboração do Congresso Nacional e, em especial, do Senado, acompanhando aqueles passos. Ora, se considera importante que haja a cooperação Legislativo/Executivo, não se pode, unicamente, estar legislando através de medidas provisórias, impedindo que o Congresso Nacional esteja, de fato, participando das decisões sobre o programa de estabilização.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O aparte tem que ser rápido.

O SR. PEDRO SIMON – O aparte do nobre Líder Eduardo Suplicy é da maior importância e S. Ex^a está absolutamente correto.

Fui daqueles que passei a vida toda lutando contra decreto-lei. Acredito que o decreto-lei, à época do regime militar, foi o res-

ponsável por muita coisa que está acontecendo no Congresso Nacional. Principalmente porque o decreto-lei, não sendo votado no decurso de 30 dias, era considerado aprovado. A orientação da então ARENA era para que seus filiados fossem embora, não aparecessem: "Vocês não têm que vir votar, porque, não vindo votar, cumprem a obrigação de vocês." O Parlamentar se acostumou de tal maneira a isso, durante aqueles vinte anos, que o líder vota por ele e ele, para ajudar o Governo, não vota – e está aí a medida provisória.

Concordo com o Senador Eduardo Suplicy. Seria ridículo que, em uma matéria como esta, a intenção do Governo fosse legislar por medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Líder, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. PEDRO SIMON – Já vou concluir, Sr. Presidente. Quero dizer apenas que o Governo agora pede tempo, porque ontem, na última hora, surgiu o Parecer do Relator. Se for reeditada a medida provisória, o Sr. Ministro não terá como, futuramente, impedir que o Congresso vote, e vote como entender melhor.

Concordo com o Senador Eduardo Suplicy. Desta vez o Ministro tem razão, porque, tendo recebido o parecer ontem, não deve o Congresso votar hoje. Mas está aqui a próxima medida provisória; teremos a obrigação de votar, porque uma matéria como esta não pode ser legislada com medida provisória. Tem razão o nobre Líder.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Com a palavra o nobre Líder Tarcísio Delgado.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Já estava inscrito o nobre Líder Tarcísio Delgado. V. Ex^a está inscrito também.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR-SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Ex^a que para breve Comunicação de Liderança não há necessidade de inscrição. O art. 6º do Regimento Comum determina que ela pode ser feita a qualquer momento. Mas posso esperar que o nobre Congresso Tarcísio Delgado faça uso da palavra; em seguida, para uma breve Comunicação de Liderança, solicito a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Quando V. Ex^a me fez a solicitação, respondi que já haviam me solicitado, na seguinte ordem, os nobres Líderes Tarcísio Delgado, Miro Teixeira, Paulo Delgado, e depois V. Ex^a. Portanto, houve uma precedência.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, quero apenas dizer que posso até concordar com isso, porque há ordem de inscrição, mas para uma breve Comunicação de Liderança eu poderia pedir a palavra agora e falar. Mas, em respeito aos nobres Colegas, vou então obedecer à lista de inscrição que foi oferecida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Casa respeita o nobre Líder do Governo, Senador Pedro Simon, mas é preciso que o Governo en-

contre uma linha de equilíbrio que mostre estatura política e inteligência para conduzir os rumos do País, neste momento.

Muitas vezes, o Presidente da República, que saiu desta Casa, coloca-nos em posição delicada, achincalha-nos; é verdade que o Ministro da Fazenda vem aqui muitas vezes, mas, fora desta Casa, ele a desmoraliza, achincalha, diminui!

Para que haja entendimento entre os Poderes é preciso que o Líder Pedro Simon leve ao Governo esta advertência: que nos respeite, que respeite esta Casa!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder Tarcísio Delgado.

O SR. TARCÍSIO DELGADO (PMDB-MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito especialmente os membros da minha Bancada, o PMDB, nesta Casa:

Ao encaminhar, desta tribuna, a votação sobre o Fundo Social de Emergência, há poucos dias, daqui afirmávamos que, embora não tivéssemos chegado nem próximo do ideal, havíamos, na negociação, obtido importantes avanços a partir da proposta inicial do Poder Executivo.

Aprovamos o Fundo Social de Emergência, com muitas mudanças; embora longe de atingir o que desejávamos, alcançamos resultado muito positivo na apreciação daquela matéria.

Hoje volta a se reunir o Congresso Nacional para deliberar, para discutir a Medida Provisória nº 434, que é, sem dúvida, de todas as medidas provisórias enviadas a esta Casa, a mais complexa, a de maiores repercussões na vida do País, a que se insere num programa amplo do Plano de Estabilização Econômica. Em relação a ela temos mantido negociações permanentes, que hoje ainda não chegaram ao seu término e que devem avançar, para que possamos alcançar a solução dos problemas e não criarmos outros entraves, outras dificuldades.

Este não é o momento para aprovarmos a matéria desse Projeto de Conversão, que naturalmente prevê conquistas muito maiores, mas conquistas, na verdade, para a platéia, conquistas sobre as quais não chegaremos à negociação devida; são conquistas falsas, mentirosas, são pseudoconquistas. Queremos avançar na negociação; é possível que avancemos nos próximos dias, pois já vínhamos avançando.

O SR. MARCELO BARBIERI – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Assim que concluir meu raciocínio, concederei o aparte a V. Ex^a, caro companheiro e Colega de Bancada.

O prazo chega ao final. O PMDB, com sua Liderança, responsabilmente pensando no País, e não em Governo, em pessoas, não tendo como referência nem o Presidente da República ou Ministros, mas tendo como referência o nosso País e a crise que atravessa, está encaminhando a votação e proclamando os nossos companheiros, com grande empenho. Não podemos fechar questão, não é deliberação de Bancada; a Liderança do PMDB entende-se responsável, nesta hora, e recomenda a sua Bancada para que não vote a matéria nesta data, porque ela não se encontra em condições de votação. Não chegamos ao final das negociações; é o que temos buscado e vamos continuar avançando; é possível que alcancemos o objetivo daqui a dez ou quinze dias, na reedição da medida provisória. Poderemos recuperar o tempo perdido, as dificuldades hoje enfrentadas.

Desejo conclamar os meus companheiros do PMDB para que ajam dessa forma. E dirijo-me aos Líderes das outras Banca-

das, dos outros Partidos da Casa: estamos vivendo um momento difícil; obviamente, não é preciso que se repita isso, aqui da tribuna; gostaríamos que não fosse necessário expressar a situação em que nos encontramos, mas não podemos negar o óbvio. As negociações estão sendo mantidas; o Governo ainda pede um prazo para negociar.

Meus amigos Congressistas, temos tido uma repetição de medidas provisórias nesta Casa, sempre menos complexas do que esta que se apresenta. Essas medidas têm sido reeditadas várias vezes, e ninguém cria dificuldade. Está havendo problemas justamente nesta, que contempla a parte mais complexa, com maiores repercussões, inserida num plano do qual podemos até discordar, mas em lugar do qual não há outra alternativa para ser oferecida pela Nação e pelo Congresso neste momento. Não temos outro caminho. Há um plano, e temos, pelo menos, de torcer para que ele dê certo, se é que não queremos colaborar para que ele dê certo. Neste difícil momento de transição que estamos vivendo, caminhando para as eleições gerais, com tantas matérias neste Congresso, não é possível que um patriota, uma pessoa que pensa neste País, que alguém ainda torça contra o êxito de um plano que pode fazer com que a inflação baixe, restaurando a normalidade democrática.

Por que, em meio a tantas medidas reeditadas, de mínima repercussão, na mais complexa delas, na que tem maiores consequências, sobre a qual estamos debruçados dia e noite, tanta sofreguidão, tanta pressa? Por que não esperamos uma reedição, trabalhando nela, avançando para conseguirmos resultado melhor? Queremos negociar para avançar; não queremos confrontar para regredir!

O SR. MARCELO BARBIERI – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Congressista Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI – Nobre Líder, entendendo a sua colocação, gostaria de saber de V. Exª em que ponto o Governo cedeu na negociação, porque até agora a sua posição tem sido inflexível em não negociar essa medida provisória. Até o momento, não houve nenhuma negociação; ao contrário, o Ministro tem dito que não abre mão de nada, que não há negociação. Este é o questionamento que tem sido feito por muitos companheiros nossos: se não há abertura para negociação, o que negociar? Neste sentido, pergunto se V. Exª vê perspectiva de negociação neste momento, porque não estamos vendo nenhuma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Permita-me que responda ao aparte do Deputado Marcelo Barbieri; em seguida, com o maior prazer, ouvirei V. Exª

Quero dizer ao nobre companheiro, Deputado Marcelo Barbieri, que o exemplo da possibilidade de negociação e avanços nós o tivemos na apreciação do Fundo Social de Emergência, quando, no último instante, já na votação do segundo turno, conseguimos salvar o salário-educação.

O SR. MARCELO BARBIERI – Mas até agora não foi cumprido esse acordo, não foi encaminhado o Orçamento para esta Casa com a modificação dos 300 milhões.

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Nobre Deputado Marcelo Barbieri, há um equívoco de V. Exª. Esse acordo foi cumprido na própria votação do Fundo Social de Emergência, por uma emenda que o Líder de V. Exª fez, manuscrita, incluindo o salário-educação na hora da votação.

Ressalvado esse ponto, até o último instante temos que procurar a negociação, o entendimento. É da vocação desta Casa, é da vocação da democracia, é da vocação dos princípios básicos que consigamos dialogar até o instante final.

A grande crítica que se faz à medida provisória é que ela é muito forte contra o Legislativo, que ela obriga o Legislativo a deliberar em 30 dias, e que este é um prazo muito curto para a apreciação de uma matéria difícil, mais complexa. Esta é a grande crise: quando vem a medida provisória, a mais complexa delas, e se pede um tempo para análise, quer-se votar com sofreguidão, no primeiro prazo.

Há uma incongruência, há uma incoerência por parte daqueles que criticam, e até com justiça, a medida provisória. Se ela é draconiana contra o Poder Legislativo, porque o faz decidir com muita urgência – 30 dias –, por outro lado, há o expediente da reedição, para que possamos ganhar mais algum tempo, conversar sobre as matérias, discutir, dialogar, avançar, conquistar, e não levar a uma votação de plenário com conquistas magníficas, com conquistas que nos prometem tirar da terra e levar para o céu.

Votemos. Em vez de irmos para o céu, vamos para o inferno, porque vem veto, vêm complicadores que acabam fazendo com que tudo volte à estaca zero nas negociações que estamos fazendo.

Ouço o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Nobre Deputado Tarcísio Delgado, com todo o respeito a V. Exª, como Líder do PMDB – peço aos meus colegas que mantenham a calma –, os Líderes do Governo na Câmara e no Senado não deram uma resposta a essa questão, e é por isso que estou me dirigindo a V. Exª agora. O Presidente da República afirmou, hoje, que não aceita negociar. S. Exª não agiu de acordo com a dignidade do seu cargo e está sendo tutelado por uma figura de Juiz de Fora – V. Exª o conhece –, José de Castro. Pergunto ao PMDB, pergunto ao Senador Pedro Simon, pergunto ao Deputado Luiz Carlos Santos, se V. Exªs não vão se levantar contra essa atitude insensata do Presidente da República. Não estou me referindo ao Ministro da Fazenda, não estou me referindo ao discurso de V. Exª Estou-me referindo ao Chefe do Poder Executivo, que está tomando atitudes insensatas, tutelado, assessorado, repito, por um advogado de Juiz de Fora, Presidente da TELERJ. Nobre Deputado Tarcísio Delgado, manifeste-se sobre isto, pois esta Casa recebeu mal o pronunciamento do Presidente da República, que é manchete em todos os jornais. Não vamos tapar o sol com a peneira. Não adianta falar em negociação nesta Casa se o Chefe do Poder Executivo age como ditador e, pior, é um ditador que age sob a emoção e o chique, como bem disse o *Jornal da Tarde*. Quero ouvir V. Exª pronunciar-se sobre essas atitudes, repito, impensadas e insensatas do Presidente da República.

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Nobre Deputado José Genoíno, é uma alegria um aparte de V. Exª, estando na tribuna. Quero dizer a V. Exª e à Casa que antes havíamos afirmado que, para uma deliberação dessa, não temos referências pessoais, nem mesmo do Presidente da República ou de qualquer dos seus Ministros. Temos como referência a defesa desta Casa, que, ainda na semana passada, tomou uma decisão com grandes repercussões na imprensa, repercussões negativas, repercussões que nos comprometeram.

Agora, estou muito preocupado, estamos todos preocupados porque não queremos que a nossa decisão comprometa mais ainda a imagem da Casa. Não tenho como referência declarações infelizes de quem quer que seja, nem mesmo do Presidente da República. Se vem de lá uma declaração infeliz, a minha preocupação é que aqui não tenhamos decisões infelizes. Se de lá vêm declarações

es que comprometem, aqui vamos fazer tudo para ter decisões que não comprometem.

Alguém tem que ter compromissos com a democracia neste País. Alguém tem que ter compromisso com a estabilidade. Alguém tem que ter compromisso com o bom-senso, e o bom-senso indica que uma negociação a meio caminho não deve ser interrompida com uma votação precipitada. As negociações estão aí, vamos avançar, vamos buscar resultados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Líder, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Nobre Líder Tarcísio Delgado, permite-me V. Ex^a um aparte? V. Ex^a talvez não tenha ouvido, hoje, o *Bom Dia, Brasil*. É possível que o nobre Senador Pedro Simon também não tenha ouvido. Eu ouvi. O Líder do Governo, Deputado José Carlos Santos, foi claro, foi categórico. Ele disse: "A medida vai ser reeditada sem mudar uma palavra. Vai ser igual". Por isso, não estou entendendo por que não se quer que o Congresso vote. Quero dizer que gravei o programa *Bom Dia, Brasil* de hoje, e a declaração foi essa. Este País não pode ser governado por medidas provisórias, é preciso que o Congresso exerça o seu poder de legislar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Peço a V. Ex^a, nobre Deputado Tarcísio Delgado, que encerre seu pronunciamento.

O SR. TARCÍSIO DELGADO – Sr. Presidente, em consideração ao aparte do Senador Epitácio Cafeteira, gostaria de dizer a S. Ex^a que, em todos os debates, vem à baila a publicação da imprensa do dia e da véspera, e a imprensa faz especulações sobre as mais diversas formas.

O PMDB está comprometido e quer continuar negociando porque temos compromisso, queremos avançar a fim de evitar as perdas salariais na base dos salários. Temos menos compromisso com o salário equiparado pela cúpula, com o salário de marajá, com data de vencimento. Isso não é fundamental. Queremos continuar negociando porque, concreta e objetivamente, queremos evitar que haja perdas salariais na base do salário.

Agora, com o efeito desta medida, neste fim de mês, sabermos, com certeza, onde há perda, e sobre isso poderemos negociar para não permitir que continue a ocorrer.

Para concluir, Sr. Presidente, mais uma vez conclamamos os Líderes da Casa e os companheiros de Partido no sentido de que não votem essa matéria hoje, porque seria uma votação em meio a entendimentos que estão se travando e que poderiam produzir resultados favoráveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência recebeu o seguinte ofício:

Sr. Presidente:

Comunico a V. Ex^a que, na sessão de hoje do Congresso Nacional, quando, na Presidência da sessão, respondia a uma questão de ordem formulada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, houve um início de tumulto no plenário em que o referido Parlamentar foi agredido fisicamente.

A fim de preservarmos o decoro, que deve caracterizar a conduta dos Srs. Parlamentares, solicito a V. Ex^a que transmita ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o acontecido para as necessárias e cabíveis providências.

Renovo protestos de consideração,

Deputado Adylson Motta

1º Vice-Presidente

Concedo a palavra ao nobre Líder Miro Teixeira.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma questão muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apelar a V. Ex^a no sentido de que seja rigoroso com o tempo concedido aos oradores e com a não-concessão dos apartes, que não são regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a está equivocado. Primeiro porque, lamentavelmente, o pronunciamento do Líder, pelos regimentos que são aplicados subsidiariamente, é de 20 minutos cada um. Veja V. Ex^a que estou sendo rigorosíssimo. E, quanto aos apartes, se na Câmara não são permitidos, o são no Senado, que também subsidia regimentalmente o Congresso Nacional. O que precisamos é da colaboração de todos de forma que os Líderes falem pouco e não haja apartes.

Ouçó, com prazer, V. Ex^a, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo a presença dos Líderes do Governo na tribuna do Congresso Nacional, dando-nos a honra de ouvir sua opinião sobre o plano econômico, que está editado há quase um mês. Há quase um mês estamos nós pelo corredores, indo à Comissão Especial e a alguns companheiros em busca de informações na área do Governo e não descobrimos, dentro da Casa, em nenhum momento, um interlocutor que falasse pelo Governo.

Vamos saudar este momento! O Governo tem interlocutores dentro da Casa que vêm à tribuna para defender o quê? Não a obra, não o Plano econômico; vêm defender o autor, o Ministro Fernando Henrique Cardoso. Lamentável!

Acredito que o Ministro Fernando Henrique Cardoso não precisa que alguém o defenda aqui nesta Casa. Parlamentar de longa trajetória, brilhante, S. Ex^a tem qualidades para exercer a chefia de governo nos países mais avançados do mundo, entre os quais coloco o Brasil, em termos democráticos. É pessoa de grande qualidade, mas a fragilidade do Plano é tão saliente, tão grande, tão gritante, que preferiram, os líderes do Governo, discutir o autor e não a obra. Isso indica que temos a razão do nosso lado. Na ausência de maiores argumentações, chegaram ao extremo de dizer que o projeto de lei de conversão do Deputado Gonzaga Mota, que é do PMDB, tem dispositivos de palanque.

Não sou do PMDB. Fui do velho MDB, fui do PMDB e nunca vi, enquanto no PMDB ou no MDB, um Líder vir à tribuna atribuir falta de qualidade ou falta de seriedade ao trabalho de um liderado seu. Quero protestar! Não tenho procuração do Deputado Gonzaga Mota, mas, como S. Ex^a, sou Deputado e em nenhum momento do meu mandato exerço qualquer ação irresponsável. O mesmo acontece com o Deputado Gonzaga Mota. Li o seu parecer e não concordo com muitas coisas, mas o considero profundo, responsável, sério. Tem S. Ex^a a minha solidariedade por essa insólita agressão que sofreu por parte de pessoas de proa do seu Partido. (Palmas.)

O meu amigo, Senador Pedro Simon, falou da vocação que esta Casa tem para o entendimento. E tem! Que outra coisa desejamos nós além do entendimento? Quem está na postura de intransigência senão o próprio Governo?

Assisti, ontem, no gabinete do Presidente Inocêncio Oliveira à leitura de um dispositivo que poderia vir a acabar com a crise entre os poderes. O Presidente Inocêncio Oliveira estava entusiasmado; homem de boa-fé que é, havia chegado do Palácio do Planalto; imaginava que, na grande reunião em volta daquela mesa redonda, bonita, desprovida de poder todavia, se havia chegado de

fato a um entendimento. Disse-o a mim e ao Deputado Luiz Alfredo Salomão, Líder do meu Partido.

Saio eu do gabinete do Presidente Inocêncio Oliveira e que notícia recebo? Que o Presidente da República, que é a pessoa mais autorizada a falar em seu próprio nome, afirmou que o texto que estava com o Deputado Inocêncio Oliveira era uma brincadeira – o que é reproduzido no **Jornal do Brasil** de hoje.

Somos uma Casa que busca o entendimento, sim. Queremos esse entendimento; quem não quer é o Governo. O princípio, senhores, é indicado pelo próprio Governo, quando trata de adaptar à URV os seus próprios preços.

Ontem, tirou-se uma resolução com o critério de conversão das prestações do Sistema Financeiro de Habitação. Não sei se os jornais de hoje publicam isso. Sabe qual é o critério para a correção das prestações do Sistema Financeiro de Habitação? O maior valor. Para os salários, não; mas para o Governo cobrar os financiamentos que concedeu, sim.

No momento de discutir o mérito, chegaremos a cada um desses pontos. Mas não quero também me afastar da linha das preliminares adotada pelos Líderes que aqui falaram em nome do Governo, pela primeira vez desde que começou a tramitar nesta Casa a Medida Provisória nº 434.

Não queremos um Congresso Nacional cotado como uma Casa de irresponsáveis, como uma Casa incapaz de produzir um bom texto de lei. O princípio é que este Congresso é responsável e não produz uma lei demagógica ou nociva para o País.

Por que a tecnocracia tem essa supremacia na elaboração legislativa em relação ao Congresso Nacional? Não tem. Comete imperfeições, comete erros tão graves, tão grosseiros que, sobre o mérito da medida, nenhum Líder que usou a tribuna em nome do Governo falou.

Sr. Presidente, devemos comemorar esta data, devemos comemorar este 24 de março. Está aqui demonstrado: 340 Srs. Congressistas, ao meio-dia, já haviam marcado presença. Sempre que existe matéria relevante na Ordem do Dia, esta Casa tem **quorum**, os parlamentares estão presentes.

E o Governo ainda tem tempo. No princípio da responsabilidade, o Governo ainda tem tempo para encaminhar, por intermédio de seus Líderes, uma proposta de projeto de lei de conversão. Não precisa existir um só projeto de lei de conversão; pode haver 10, 20, 200 projetos de lei de conversão; mas onde está a proposta do Governo para negociação?

Sr. Presidente, façamos nós a proposta: que se abra a discussão, que se abra o encaminhamento e que, até o momento da votação, esta sessão não se encerre. O Congresso Nacional não pode permitir o encerramento desta sessão antes que essa matéria seja votada ou não por falta de **quorum**. Que as responsabilidades fiquem definidas e que os Líderes do Governo se afirmem como interlocutores do Governo na Casa, trazendo uma proposta concreta, porque a eles não reconhecemos o direito de censura ao exercício dos nossos mandatos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Miro Teixeira, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Congressista Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdoB – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo aos demais Líderes para que abram mão de suas inscrições – inclusive eu estou inscrito como Líder – porque, na verdade, todos os Parlamentares aqui presentes já estão suficientemente esclarecidos a respeito da questão em debate.

Nesse sentido, estou disposto a abrir mão, como outros, da minha inscrição para que se promova esta votação, porque o que queremos e estamos aqui fazendo é deliberar, e isto é o que precisa ser feito.

É este o apelo que queria fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Não há questão de ordem a ser decidida. Entretanto, a Presidência vai chamar os Líderes inscritos e se, à medida em que forem chamados, desistirem, será atendido o objeto da questão levantada pelo Deputado Haroldo Lima.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o nobre Congressista Marcelino Romano, que falará pelo PPR.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, na verdade, procurarei ser breve dentro deste encaminhamento em nome da nossa Bancada. Embora atentamente tenha ouvido os nobres Srs. Parlamentares que me antecederam e que, de uma certa forma, até extrapolaram o prazo regimental, quero mostrar aqui a posição do nosso Partido, a posição do PPR.

Lembro a V. Ex^a que o PPR alertava não só este Congresso, mas o povo brasileiro, com relação ao Fundo Social de Emergência, que aqui estava sendo discutido, dizendo que aquele Fundo proposto não era a solução nacional. Porém, a grande maioria acabou por optar pelo Fundo. O Governo, com uma estratégia de marketing bem desenvolvida, colocou perante a opinião pública que quem estivesse contra o Fundo seria considerado algoz da Pátria. Hoje, estamos exatamente verificando que aquele nosso alerta era verdadeiro.

Há um dito popular que muito bem se encaixa nesta situação, é aquele que diz que quem não tem competência não se estabelece. E o próprio Governo, com sua equipe econômica, embora estabelecido, demonstrou sua grande incompetência, pois deveria não somente propor somente o Fundo, já aprovado por este Congresso, como também a sua disciplinação.

Na verdade, Sr. Presidente, verificamos que aqueles autores do Plano Cruzado de 1986 não aprenderam o suficiente para trazer a este País um novo plano que levasse à verdadeira estabilidade econômica.

Na verdade, aquilo que o PPR dizia – que a medida provisória tinha sido editada apenas para dar satisfação ao povo, mas que, na verdade, o Governo não tinha competência para geri-la e que, ao final, ia solicitar ao Congresso que não a votasse – aconteceu.

Quando ontem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, viemos a este microfone de aparte para denunciar que os Líderes de Governo e os Líderes dos Partidos que dão sustentação ao Governo, a pretexto de analisarem a situação e a conjuntura nacional com o Presidente da República, no Palácio do Planalto, estavam lá para traçar um plano para que hoje não houvesse a votação da Medida Provisória nº 434, fomos contestados por alguns parlamentares que hoje defendem o Governo. Mas aí está a prova: em menos de 24 horas, os Líderes do Governo vêm à tribuna não só para confessar a incompetência do Governo, mas para fazer um apelo no sentido que a referida medida provisória não seja votada.

O Governo se declara incompetente quando pede a nós, Parlamentares, que não votemos aquilo que ele editou. É isso, Sr.

Presidente e nobres Congressistas, que devemos analisar. Hoje houve uma confissão de culpa e de incompetência da equipe econômica do Governo, que não está preparada para administrar um plano econômico que venha trazer a verdadeira estabilidade econômica para o nosso País.

Não vamos concordar com o apelo do Governo. O PPR quer votar. O PPR, há muito tempo, propõe essa votação. No entanto, não queremos, também, chegar às consequências máximas daqueles que, de uma certa forma, querem inviabilizar a estabilidade econômica. Queremos o bem do País, mas não queremos deixar para depois as soluções que poderiam ser dadas hoje. Não concordamos, de forma nenhuma, com o projeto de conversão proposto pelo nobre Relator Gonzaga Mota, pois, no nosso entender, existem muitos itens que não têm nada a ver com a medida provisória proposta pelo Governo. Mas queremos votar a medida provisória!

Oferecemos até um pedido de preferência que deverá ser colocado em votação, para votarmos, em primeiro lugar, o texto original da Medida Provisória nº 434 e, depois, os nossos destaques, principalmente aqueles que preservam o poder aquisitivo dos salários e aqueles que propõem o acionamento do gatilho, quando a inflação atingir 5%. Existe até quem diga que o gatilho é coisa de bandido, mas é verdade: o gatilho deverá ser acionado a cada 5% de inflação, para matar esses bandidos que estão querendo fazer com que a estabilidade econômica do nosso País não venha a existir e que, inclusive, estão querendo reduzir o poder aquisitivo do trabalhador brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vamos solicitar a votação hoje.

Pretendemos, também, proteger a caderneta de poupança, que o Governo quer, mais uma vez, surrupiar do povo ao implantar o Real, através das conversões. Ainda mais: queremos fazer com que o Sistema Financeiro de Habitação seja preservado, não permitindo que a prestação da casa própria suba mais do que o poder aquisitivo do salário do trabalhador. E queremos exatamente fazer com que haja uma votação clara e limpa dessa medida provisória. Entretanto, Sr. Presidente, não podemos concordar com o adiamento da votação. O que o PPR faz é pelo País. Vamos votar a medida provisória dentro da sua proposta original, mas, de forma nenhuma, vamos adiar essa votação, porque o Governo, ao pedir que não seja votada hoje a medida provisória, tentando esvaziar o plenário, como estamos verificando agora, estará dando ainda mais motivo para que a imprensa, amanhã, denuncie a falta de **quorum**, como vem fazendo nesses últimos dias. E o Governo acaba colocando a culpa no Congresso. Mas hoje estamos vendo, na realidade, quem é o culpado. Nossa posição ficou bem clara.

Pedimos a votação. Vamos trabalhar dentro da nossa proposição para que se vote o texto original da medida provisória, ressaltados os destaques, nos quais estão propostas as emendas que venham a corrigir as falhas que foram oferecidas.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que há sete Líderes inscritos. Para a discussão, estão inscritos dezoito Parlamentares. De acordo com o Regimento, teríamos 320 minutos, ou seja, cinco horas e vinte minutos.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está convocada uma sessão do Congresso Revisor para às 14h. Estamos em processo de manifes-

tação das Lideranças e, depois, haverá a discussão, quando falarão, no mínimo, seis Deputados e dois Senadores.

Qual é a previsão da Mesa em relação à possibilidade de adiar o Congresso Revisor para que esta sessão tenha o seu curso normal preservado e se possa garantir o desejo do Plenário de votar? Como a Mesa vai resolver esse problema? Vai entrar em contato com o Senador Humberto Lucena para adiar o início do Congresso Revisor?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência vai entrar em contato com o Senador Humberto Lucena. Esta Presidência poderia decidir a respeito, mas, por uma questão até mesmo de ética, uma vez que S. Ex^a queria fazer uma sessão do Congresso Revisor hoje à tarde, vai entrar em contato com o Presidente titular e dará uma resposta, dentro de alguns minutos, a V. Ex^a

O SR. EDUARDO JORGE – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Com a palavra o nobre Congressista Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de retirar a minha inscrição para acelerar a decisão deste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro uma fórmula para conciliar o direito de quem quiser se pronunciar com o interesse do processo de votação. Os companheiros que se inscreveram para falar como Líder devem retirar as suas inscrições neste momento e, iniciado o processo de votação, que não poderá ser interrompido, devem refazer as suas inscrições. Falarão no momento em que a sessão não puder mais ser interrompida.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra o nobre Congressista Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a me desculpe, mas não compreendi perfeitamente a decisão da Mesa em relação à questão de ordem do nobre Deputado Eduardo Jorge. Não me ficou claro – e creio que é importante ficar claro para a Casa – se V. Ex^a gestionará no sentido da manutenção da sessão do Congresso Revisor, que é indispensável para a votação das matérias que estão em pauta – o Congresso diz que já está atrasado –, ou se V. Ex^a simplesmente consultará o Presidente do Senado sobre a matéria para que S. Ex^a dê uma decisão, porque nos parece claro ser insofismável a necessidade da realização da sessão do Congresso Revisor, que não pode sofrer mais atrasos como vem sofrendo.

Por isso, eu pediria a V. Ex^a, por gentileza, o pleno esclarecimento dessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência vai fazer um contato com o Presidente titular, até para que não existam decisões conflitantes. Não sei qual o compromisso que teria assumido o Senador Humberto Lucena.

Porém, iniciando-se o processo de votação, a prorrogação é automática, independe de decisão. Não iniciado o processo de votação, dependerá de decisão, o que ficará ao arbítrio da Mesa.

Então, vou consultar o Presidente para dar uma informação precisa na questão levantada pelo Deputado Miro Teixeira.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre representante do PFL, Deputado Luís Eduardo, que a solicitou.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, evidentemente que a Mesa não poderia desconhecer as solicitações dos Líderes de Partidos que ocupam a tribuna, no sentido de que a votação seja iniciada para que, depois, seja dada a palavra aos Líderes. Evidentemente que isso seria uma inversão do processo. Entendo que a Mesa deve garantir o tempo regimental para debater a matéria, como o fez para os demais Líderes que já usaram da palavra. Aliás, o Congressista Miro Teixeira, que fez a proposta, já usou da palavra, para a satisfação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência quer fazer uma referência ao art. 23:

Ouvido o Plenário, o prazo de duração da sessão poderá ser prorrogado:

a) por proposta do Presidente;"

Seria o caso da consulta que farei.

"b) a requerimento de qualquer Congressista.

§ 2º – A prorrogação será sempre por prazo fixo que não poderá ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para prosseguimento de sessão."

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra o nobre Congressista Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª, então, que prorogue a sessão, cujo esgotamento seria, se não me engano, às 14h. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A sessão encerrar-se-á às 14h.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Então, requeiro a V. Exª que prorogue a sessão até as 18h.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – O requerimento deverá ser encaminhado no término da sessão. Falta, ainda, uma hora e dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Para mim, estamos bem próximos. Mas, de qualquer maneira, espero um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência pede a V. Exª que encaminhe quando estiver ultimado o prazo normal da sessão.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Peço aos companheiros que permaneçam em plenário para votarmos a prorrogação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Congressista Ernesto Graddella.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, atendendo ao pedido dos companheiros interessados numa votação rápida, utilizarei apenas uma pequena parte do nosso tempo de Liderança para, justamente, poder declinar a posição do PSTU.

Não aceitamos que os Líderes do Governo nesta Casa venham dizer que existem apenas duas alternativas para este País: democracia com arrocho salarial, miséria e desemprego ou ditadura.

Essas duas alternativas não foram colocadas pelas lideranças, ao contrário, quem garante a democracia é a população mobilizada, organizada. E se não houver por parte das instituições deste País ou deste Governo o propósito de defender o nível de vida da população; se não houver por parte deste Congresso o propósito de votar medidas a favor da população não haverá realmente pessoas interessadas em defender nem sequer a existência dessas instituições.

É é isto o que tem ocorrido: o desgaste do Governo, o desgaste do Congresso Nacional. Por quê? Porque repetidamente este Congresso tem votado contra os interesses da maioria da população. Isso é que tem levado ao desgaste que hoje se verifica e que é acompanhado pela sociedade.

Nós, do PSTU, na verdade, não lutamos por uma estabilidade econômica e política baseada no arrocho e na miséria, não queremos estar a um passo do cemitério. Queremos, sim, que haja mudanças, e que sejam em relação ao que está colocado hoje no País, deve haver outra proposta, outro plano econômico.

O plano econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso, que está referendado no Fundo Social de Emergência e baseada na Medida Provisória nº 434, não tem o apoio dos trabalhadores deste País. As manifestações de ontem, com milhares e milhares de trabalhadores na rua, mostraram que esse plano não é aceito pelos trabalhadores. Até do empresariado – parece-me – esse plano não tem o apoio incondicional. Reunidos durante esta semana, os empresários disseram que apóiam o plano desde que se faça a Revisão Constitucional e lhes seja dada a PETROBRÁS, as empresas estatais protegidas pelo monopólio estatal. Enfim, os empresários exigem que haja vantagens para que continuem apoiando o Plano. É esse mesmo empresariado que tem boicotado o Plano, subindo os preços sem nenhum controle, gerando, assim, a inflação.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esse plano é ruim, tem que ser rejeitado por esta Casa. Entendemos que, da mesma forma, o Projeto de Conversão também não muda de maneira substancial esse plano econômico. Entendemos que é necessário um plano econômico que recupere o emprego e os salários, que enfrente a questão da reforma agrária, que não se curve aos interesses do FMI.

O Plano do Ministro Fernando Henrique e o Projeto de Conversão não caminham nesse sentido, ao contrário, significam para os trabalhadores a continuidade do arrocho salarial e a não-recuperação das perdas salariais.

Por essa razão, nós, do PSTU, queremos afirmar que somos contra a Medida Provisória, contra o plano econômico e contra o Projeto de Conversão. Nenhum deles atende aos interesses dos trabalhadores, nenhum deles trará benefícios para a população. Essa é a posição do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, ao nobre Congressista Artur da Távola, que falará pelo PSDB.

O SR. EDÉSIO FRIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência já concedeu a palavra a outro orador. V. Exª só poderá falar com a permissão do orador.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Com a permissão do orador, concedo a palavra ao Deputado Edésio Frias.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V. Exª se já estamos no período destinado à Ordem do Dia, pois estou assistindo aqui à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência informa a V. Exª que estávamos no período das Breves Comunicações, mas o Líder tem preferência: poderá falar, a qualquer momento, por vinte minutos. Estamos concedendo a palavra aos Líderes inscritos.

O SR. EDÉSIO FRIAS – Então, na hora da votação, os Líderes voltam novamente a falar sobre o mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Já há 18 Parlamentares inscritos para a discussão da matéria, sendo assegurados dez minutos a cada um, pelo Regimento.

Concedo a palavra ao Congressista Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já avançamos bastante nessa forma curiosa de tomada de consciência que a Casa consegue através desse esforço final de plenário.

Mediante as gestões de um dos Deputados mais ilustres desta Casa, o Deputado Roberto Freire, a discussão dessa matéria nos últimos sessenta minutos está a obter um avanço considerável, um avanço do bom senso. V. Exª, nobre Deputado, quer um aparte? Eu o concedo, com muito prazer.

O SR. CHICO VIGILANTE – V. Exª, primeiro, como está obstruindo, devia ter marcado presença.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Pois não, agradeço a V. Exª a qualidade do aparte e a colaboração para o meu discurso.

Avança a Casa na direção da consciência de que há um problema central: a crise pela qual o País passa. É muito difícil discernir, num momento como este, as várias faces das crises paralelas e concomitantes que a classe política está sendo obrigada a deslindar. Desde logo, uma crise de natureza econômica que se procura corrigir, ainda de modo inicial, com o projeto econômico do Governo. Paralelamente, há crise de natureza institucional, que – sejamos francos e leais uns com os outros – ocupou praticamente 100% da preocupação dos Srs. Parlamentares, pelo fato de estar inserida entre aquelas que, num desdobramento fatídico, podem nos conduzir à exceção.

Não creio que estejamos a um passo disso, mas acredito que a natureza da crise favorece os que defendem a sua idéia. Aqui, Srs. Congressistas, entramos no âmago da matéria. Há quem queira a exceção. E os que alimentam essa idéia à sombra das crises já se utilizam de todas as formas possíveis. Não tenhamos ilusões, essas foram as conversações entre os parlamentares esta semana, hipóteses várias começaram a ser aventadas na Casa.

Portanto, estamos diante da administração de crises concomitantes, o que torna extremamente difícil a decisão deste momento. Por quê? Porque setores do Parlamento que não concordam com o projeto econômico, setores que dariam solução diversa ao encaminhamento dado – e o fazem sinceramente – fazem de acordo com as suas convicções e com o desejo de suas bases. Esses setores estão a lutar pela modificação de conteúdo da Medida Provisória, expressa no Projeto de Conversão do nobre Deputado Gonzaga Mota.

Esses setores, por justas razões internas – não as discuto, respeito-as inclusive –, têm essa luta como fundamental. Ela faz parte do seu compromisso com segmentos importantes da vida sin-

dical brasileira, dos trabalhadores brasileiros. Daí, o fato de ser esta luta priorizada neste momento.

Setores outros, dentre os quais o Partido que tenho a honra de liderar, não desconsideram em momento algum o sentido social dessa luta, tão-somente pretendem que a regulação da questão econômica se dê pelo estancamento das causas primárias da inflação, pela correção do déficit público. São causas que devem ser enfrentadas num primeiro momento, para que a luta social possa se dar dentro de um clima de possibilidade de atendimento às justas reivindicações do tão sacrificado operariado brasileiro. E para tal consideram que o déficit público é, nesse momento, não apenas a causa primária da inflação mas também a causa da falência do Estado na possibilidade de atender a programas mínimos, a investimentos na área social, a expansão, enfim, da economia brasileira que até hoje, na História deste País, sempre contou com o Estado como principal incentivador.

Esses setores não desconhecem nem desvalorizam o conteúdo social da reivindicação dos outros setores, porém consideram, dada a dificuldade deste momento, que a questão prioritária é a da viabilidade de uma solução para a crise. Por quê? Porque é uma crise, de certa forma, já superada, quando ontem o Senado Federal corrigiu uma decisão da Câmara e todas as lideranças que apóiam o Governo...

O Sr. Chico Vigilante – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Com muito prazer.

O Sr. Chico Vigilante. – Nobre Deputado Artur da Távola, essa crise a que V. Exª se refere, e que a imprensa brasileira tem noticiado para a maioria desta Casa, é artificial. Por que é artificial? Porque não foi a Câmara que aumentou o salário dos Deputados. Portanto, essas verdades precisam ser colocadas. O Governo mandou para esta Casa uma Medida Provisória negociada com todos os integrantes do Governo, o Ministro Romildo Canhim estava negociando pelo Governo Federal, o General do EMFA estava representando os militares, o Dr. Sabino representava os funcionários do Poder Legislativo. Foi feito um acordo com o Governo, com o Ministro Fernando Henrique Cardoso e com o Presidente Itamar Franco. O General Canhim veio a esta Casa e conversou pessoalmente com o nosso Presidente Inocêncio Oliveira e disse que estava tudo acertado em cima daquela medida de conversão, que fazia a equiparação dos salários dos Deputados aos de Ministro do Supremo. Nós, do Partido dos Trabalhadores, aqui nos posicionamos contrários, mas ninguém do Governo nem de partido que dá sustentação ao Governo colocou qualquer objeção naquele momento. Quarenta e oito horas depois, o Governo Federal, através do Presidente da República, veta aquele artigo, e nós estamos de acordo com o veto, tanto é que nós, do Partido dos Trabalhadores, não participamos daquela votação. E depois aparecem o Ministro Fernando Henrique Cardoso e o Presidente da República, todo mundo imputando uma coisa a esta Casa que não é de responsabilidade dela. Ao invés de ter sido criada esta crise pré-fabricada, esta crise artificial, o correto seria o Governo Federal ter orientado a sua Bancada de Senadores, no mesmo dia, para votar pela manutenção do veto, e não teríamos crise alguma. Com relação ao Supremo, também não existe crise. O que existe, nesse instante, é uma crise de desrespeito do Presidente da República para com o Supremo Tribunal Federal, que é a Corte Suprema da Justiça brasileira. Portanto, estão fazendo uma tempestade em copo d'água e criando uma crise artificial que poderá, sim, nobre Deputado Artur da Távola, gerar uma outra crise de maiores proporções. Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Agradeço a V. Exª o aparte e concordo com grande parte do diagnóstico de V. Exª

Realmente, a crise é artificial, nascida de um descompasso entre a decisão inicial, quando se votou a isonomia, e a decisão posterior, possivelmente até tenha o Presidente ouvido os argumentos do Partido de V. Ex^a, que votou contra, para vetar aquela matéria.

Mas, sem dúvida, V. Ex^a tocou com muita precisão numa forma de desarticulação existente no roldão das atividades políticas que acabou engendrando a crise. Mas isso nos leva, Deputado e Srs. Congressistas, à reflexão sobre a natureza dessa crise e sobre aquilo que procurei enfatizar, e agora repito, sobre o fato de que sabemos existirem no Brasil segmentos sempre ávidos de ampliar uma crise, sempre desejosos de transformar uma crise, ainda que com aspectos de artificialidade, como disse V. Ex^a, numa crise real. E é justamente aí que está o nosso esforço nesse momento.

É verdade também, e V. Ex^a tem razão quando passa para o País a idéia da intransigência do Presidente da República – essa, chamarei de aparente e espero que a Casa, por momentos, dê o crédito a essa palavra "aparente".

Essa aparente intransigência do Presidente da República foi, ontem, conversada na reunião com os Líderes que apóiam o Governo e que compareceram a uma reunião com Sua Excelência. Ouvimos do Presidente da República uma colocação para a qual chamo a atenção da Casa. Disse o Presidente Itamar Franco: "Se eu não permanecesse firme na decisão que não ceder no tocante à data, não estaríamos a viver esta crise – e disse com a responsabilidade da Presidência da República –, estaríamos a viver uma crise muito mais grave."

Qual é a natureza da "crise mais grave"? São duas naturezas. Agora, sou eu falando ao interpretar as palavras do Presidente da República. A primeira é a de que a exacerbação de um conflito que, sem dúvida, é grave na relação de isonomia entre Forças Armadas, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Essa exacerbação poderia nos conduzir a caminhos perigosos.

A segunda consequência é que o projeto econômico do próprio Governo seria fendido, cortado, impedido de prosseguir, exatamente por uma decisão de vacilação do Presidente da República. E o que estaria a ocorrer, neste momento, não fosse a atitude do Presidente? Teríamos uma crise institucional, possivelmente civil, com base militar – não escondamos essa realidade porque ela está presente nas nossas preocupações diuturnas – e teríamos também uma crise no seio da equipe econômica, com a possibilidade de, mal o plano ameaça estabelecer-se, desde logo, pelo ato do Presidente da República, estar sendo alterado.

O Sr. Paulo Ramos – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – As palavras do Presidente, ontem, a mim e aos Deputados presentes, impressionaram muito. O Presidente da República não estava ali pregando a intransigência, estava ali pregando a firmeza da posição. E aqui está a importância, a meu ver, das gestões que o nobre Deputado Roberto Freire tem tentado fazer neste plenário no dia de hoje.

Não se trata de remover o Presidente da sua firmeza, trata-se de retirar dessa questão os aspectos intransigentes que porventura nela estejam inseridos. Claro que a intransigência não ajuda o diálogo, mas claro que a firmeza do Presidente é a base para que o entendimento possa se estabelecer.

Cedo o aparte com muito prazer ao Congressista Paulo Ramos.

O Sr. Paulo Ramos – Já passou o momento, mas agradeço a V. Ex^a Estou acompanhando só o pronunciamento. É só para fazer o registro que o Presidente da República, através do Decreto nº 1.042, de 12 de janeiro de 94, estabeleceu que a partir de julho de 94 o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executi-

vo, obviamente, seria até o segundo dia útil ao dia vinte do mês de competência, isto é, Sua Excelência agora fixa o dia 30 para a conversão, estabelecendo perdas para todos os Poderes e impossibilitando que, a partir do mês de julho, todos os servidores de todos os Poderes estivessem em situação de igualdade. A bem da verdade, o Presidente da República labora com má-fé, estabeleceu uma crise para, numa espécie de manobra diversionista, empurrar o conjunto da sociedade contra o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. As entidades representativas e os trabalhadores estão contrários ao Plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso. O Governo está, inclusive, atribuindo aos Ministros militares posicionamentos que não tiveram. Estão colocando na boca dos Ministros militares afirmações que não fizeram. Portanto, essa crise foi provocada para melhorar a imagem do Governo junto à opinião pública e, certamente, fortalecer a candidatura Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, já que S. Ex^a deixa o Governo no próximo dia 30. Era esta a observação que gostaria de fazer.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Agradeço o aparte de V. Ex^a Embora não tenha trazido um dado novo ao tema por mim abordado, é uma posição que respeito e da qual, evidentemente, discordo.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de concluir, nos cinco minutos que me restam, dizendo que todas as questões aqui levantadas, no tocante à discussão do mérito da matéria, ganharão possibilidade de avanço, se não cometermos a insensatez de fecharmos a porta para um entendimento no dia de hoje, no bojo de uma crise, artificial ou não, e, sobretudo, como instrumento que invalidaria de plano o esforço da equipe econômica e a proposta que traz ao País.

O que se está a propor para uma Casa política é abrir a chance do entendimento, o que é da sua natureza. Verifiquem como na Casa política, muito mais complexa na sua formação – Deputados, Senadores, vários partidos, conflitos doutrinários e ideológicos –, a classe política soube eliminar, com habilidade, com sabedoria e com espírito público o lado da crise que tocava ao Parlamento.

O que nos cabe agora é não estender os tentáculos dessa crise. O que nos cabe agora é abrir o espaço da negociação, para que o Governo, seguramente acatando algumas das mais legítimas reivindicações feitas por alguns partidos nesta Casa, possa ter a oportunidade do diálogo, num prazo que se abre a partir da emissão de uma nova medida provisória.

Há, portanto, uma razão fundamentada, respeitável, sincera, por parte dos partidos que defendem a não-votação dessa matéria no dia de hoje. É um apelo à reflexão, é um apelo a nunca abrimos mão daquilo que nos caracteriza, qual seja, a capacidade de negociação até o último momento.

Quantas e quantas vezes assistimos aqui, desde o processo constituinte de 1988, a magnas decisões estabelecerem-se no instante final dos entendimentos, e a importantes passos dados por esta Casa, exatamente por saber metabolizar as crises, por saber absorvê-las dessa forma.

Estamos, portanto, senhoras e senhores, a defender a continuidade do processo. Há os que se aproveitam do fomento de crises, sempre dispostos a denegrir o Parlamento. Neste País existe uma campanha sistemática contra o Estado, que o quer mínimo, e que tem na desmoralização do Parlamento um dos seus pontais. Não! O Parlamento, ainda que agônico, ainda que malferido, ainda que diante de críticas severas, na medida em que, neste momento, viabilizar o espaço, a ponte para o entendimento, estará se agigantando na sua tarefa, estará ajudando a preservar o processo democrático. E, mais do que isso, estará dando aos setores que têm

reivindicações concretas na política econômica a oportunidade de que as negociações continuem.

Felizmente, temos um Ministro da Fazenda que, ao discutir a política econômica, fê-lo em contato com as forças políticas, com as forças sindicais, jamais seguindo os caminhos do passado, quando a política econômica era imposta de modo vertical.

Estamos, portanto, diante de atitudes democráticas, as quais temos o dever de incentivar, levando adiante a hipótese da negociação, que só a não-votação hoje do Projeto de Conversão poderá permitir.

Agradeço a V. Ex^{as} a atenção e à Presidência a gentileza do tempo que me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Haley Margon.

O SR. HALEY MARGON (PMDB – GO – Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, um grande governo é, normalmente, julgado pelas grandes obras que realiza e pela quantidade de benefícios que leva para a população.

Em quatro anos de mandato, o Governador Iris Rezende colecionou vitórias tais que, pode-se dizer sem medo, hoje Goiás é o Estado da Federação onde o trabalho governamental rendeu mais frutos.

Foram várias conquistas, tanto no aspecto da construção de escolas e estradas, hospitais e postos de saúde, de capital importância para o povo goiano.

Agora, Sr. Presidente, o Governador Iris Rezende entrega ao Estado a quarta etapa do complexo hidrelétrico de Cachoeira Dourada, verdadeiro marco de uma administração dinâmica que, sem perder os estreitos horizontes da probidade, soube investir no Estado.

Com a conclusão da quarta etapa da hidrelétrica, Goiás ganha mais energia. Mais precisamente, cento e noventa megawatts, o que significa um acréscimo de quarenta e três por cento ao potencial elétrico para as cidades do Estado.

A firme determinação do Governador em entregar ao povo goiano a tão esperada hidrelétrica, Sr. Presidente, pode ser medida pelo tom de suas palavras na ocasião. Diz o Governador que "Aqui está na verdade, o resultado da fé, da confiança e da garra de um povo que, com seus próprios recursos, conseguiu concluir esta obra".

Mais do que a energia que gerará, a obra de Cachoeira Dourada serve para mostrar a capacidade de trabalho de um governo competente, voltado para o enfrentamento dos mais graves problemas do povo.

Ao assumir o Palácio das Esmeraldas, Iris arregaçou as mangas e partiu para o grande mutirão, cujos resultados já estão sendo constatados por todo povo de Goiás, e do Brasil.

CACHOEIRA DOURADA, UMA OBRA DE TREZENTOS MILHÕES DE DÓLARES, CONSTRUÍDA COM RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL, É UMA CLARA DEMONSTRAÇÃO DE QUE QUANDO O GOVERNO PROCURA A COMPETÊNCIA, AS SOLUÇÕES APARECEM.

Cada cidadão goiano, Sr. Presidente, tem uma parcela da obra, tem uma participação em sua conclusão. Isso ficou provado na inauguração quando nada menos que quinze mil pessoas compareceram, compreendendo a importância do fato para o Estado.

O contraste entre o fim da atual administração e a anterior é enorme. Enquanto o Governador Iris encontrava o Estado falido e

sucateado, com hospitais ineficientes e precários, certamente seu sucessor tomará posse com um quadro bem diferente.

Os salários estão em dia, o sistema educacional ajustado e eficiente e os hospitais são verdadeiro modelo de eficiência.

Agora, além de tudo isso, o futuro governador encontrará **superávit** na área energética, graças à conclusão das obras da quarta etapa da hidrelétrica de Cachoeira Dourada.

Ao acionar a turbina, análoga o Governador Iris Rezende mostrou o que fez com o restante do Estado, uma verdadeira turbina que, apenas precisava ser ligada, para ajudar a impulsionar o Brasil.

Está de parabéns a CELG, que agora conta com um instrumento poderoso no fornecimento de energia para o interior do Estado. Está de parabéns o Governador Iris Rezende, pela coragem de seguir trilhando o caminho do desenvolvimento e, por fim, está de parabéns o povo goiano que, dando um exemplo ao País, soube escolher seu Governador e hoje pode constatar isso.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Múcio Monteiro.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a estatização econômica começou a ser amplamente praticada a partir deste século, principalmente na Europa.

O socialismo de Estado, na União Soviética e a concentração do poder político nas mãos de um partido ou das forças armadas, como ocorreu, a partir da terceira década, com o nazismo alemão, o fascismo italiano e suas versões na Espanha e em Portugal, espalhou-se no mundo, aplicando-se, finalmente, nas nações subdesenvolvidas.

A partir de 1940, o Governo Vargas começou a utilizar essa interferência maior do Estado, como processo de indução econômica.

Onde as empresas privadas não tivessem recursos para custear iniciativas renovadoras, nos setores da produção, cumpria ao estado empreender essa tarefa, mesmo sob a forma de monopólio, ou de simples dirigismo.

O Instituto do Açúcar e do Alcool e, depois, o Instituto Brasileiro do Café serviram de instrumentos para a setorização e o contingenciamento econômicos.

Já a criação da Usina de Volta Redonda, com o beneplácito do Presidente Roosevelt, assumia aspectos mais vigorosos desse controle estatal.

Entretanto, a prática estatizante começou a ampliar-se através do monopólio da PETROBRÁS, que coroava a campanha do "petróleo é nosso".

Não se pode negar que, entre 1940 e 1980, o incremento do intervencionismo estatal foi defensável.

Mas, na medida em que os trustes e cartéis coexistem com o capitais privados nacionais, em todo o mundo, o problema deve neutralizar qualquer influência ideológica, encarando-se sob o aspecto da conveniência nacional.

Se estatização foi eficiente, como processo indutivo da iniciativa privada na modernização econômica, hoje a maior conveniência está justamente na privatização, em que se possam aliar, no mesmo processo produtivo, os capitais estrangeiro, nacional e estatal, predominado, em alguns casos, a posição majoritária do Estado no conglomerado acionário.

Ao defendermos essa tese, queremos manifestar nosso apoio à presença do Estado, não como forma de monopólio, em setores como da produção de energia elétrica, das telecomunica-

ções e, principalmente dos combustíveis, mas como regulador das atividades privadas, tendo em vista a característica estratégica destas atividades.

Devem permanecer com as suas características, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS e a EMBRATTEL, no entanto com a presença concorrencial da iniciativa privada.

Mas é inadmissível a estatização dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos, por serem investimentos inevitavelmente deficitários, pelo menos na conjuntura brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a nobre Congressista Maria Valadão.

A SRA. MARIA VALADÃO (PPR – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, peço a atenção dos meus ilustres pares, no tocante às considerações que a seguir farei sobre pontos importantes da legislação em vigor, que me servem de suporte jurídico para no final deste pronunciamento apresentar uma séria denúncia.

Diz o art. 37 da Constituição Federal: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, os Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade".

Estabelece também o § 1º desse artigo que "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

A lei eleitoral – 1.994, em seu art. 57 tipifica os crimes eleitorais e os recursos considerados para os fins desse artigo, entre os quais destaca "a difusão de propaganda, por qualquer meio de comunicação ou o pagamento das despesas necessárias à sua produção ou veiculação". No caso de ser o próprio candidato o responsável pelo crime, "está sujeito às penas indicadas no art. 57 e à cassação do registro de sua candidatura ou do diploma, se já eleito, observadas as disposições legais e constitucionais em vigor".

De igual forma, o art. 59 da mesma lei estabelece que "A propaganda eleitoral somente é permitida após a escolha do candidato pelo partido ou coligação em convenção". No seu § 2º estatui que "a violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda, bem como o beneficiado, à multa de dez mil a vinte mil UFIR".

O art. 65 está assim redigido: "A propaganda eleitoral no rádio e televisão é restrita ao horário gratuito, definido nesta lei, vedada a veiculação de propaganda paga".

A citação de tais dispositivos legais tem por escopo demonstrar o flagrante desrespeito praticado de forma ostensiva e acintosa pelo Governador de Goiás – Iris Rezende Machado, que tem utilizado de todos os veículos de comunicação, notadamente o rádio e canais de televisão, para, de forma abusivamente subliminar fazer uma "prestação de contas" de seus três anos de administração. Trata-se de uma propaganda desenfreada de sua própria pessoa e de seu candidato "forjado" para a sucessão estadual.

No dia 10 de março último, quando da inauguração de um conjunto habitacional no município de Senador Canedo, na região do Aglomerado Urbano de Goiânia, a Televisão Brasil Central, ligada ao CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e notícias do Estado, transmitiu ao vivo o verdadeiro comício montado no palanque onde o Governador, pessoalmente, entregava o microfone para cada Prefeito do interior deixar sua invariável "mensa-

gem": "este é o melhor Governador que o Estado já teve. Iris para Presidente da República e Maguito e Naphthali para o Governo do Estado". Também Secretários de Estado e dirigentes dos órgãos estaduais como da Secretaria do Planejamento, dos Transportes, CELG, EMOP, EMCIDEC, BEG, e tantos outros, todos cuidadosamente orientados, alardeavam seu apoio aos "candidatos", ora lançando o Governador para a Presidência da República, ora para o Senado. Um dos Diretores do BEG, enganando a população daquela periferia, disse em sua mensagem: "estamos aqui pra em prestar dinheiro pra vocês com juros baratinhos".

No dia seguinte, no Domingo, o Governador ocupou uma cadeia de televisão, usando do subterfúgio de estar fazendo um balanço de sua administração para se promover politicamente e o seu partido.

Os dois episódios mereceram representações junto à Procuradoria Regional Eleitoral que, timidamente, solicitou ao TRE a intimação do presidente do CERNE "para que adote providências no sentido de que as emissoras de Rádio e TV da estatal se abstenham de divulgar qualquer propaganda eleitoral direta, indireta ou subliminar, durante suas transmissões".

Apenas do flagrante desrespeito à Constituição e à legislação eleitoral, transmitida para todo o Estado, a Procuradoria Regional não tomou a iniciativa de coibir os abusos na forma da lei. Só agiu, tomando por base o art. 867 do Código de Processo Civil, motivada por representações encaminhadas pelo PT e pelo PFL das Bancadas estaduais.

A representação do PT afirma que o Governador utilizou cadeia de rádio e TV para "sob o pretexto de prestar contas, fazer propaganda eleitoral de sua pessoa e, ainda, propagandear seu candidato ao Governo do Estado". A do PFL afirma que "durante a inauguração do Conjunto Habitacional Morada do Morro em Senador Canedo, houve propaganda política, veiculada pela TV em favor dos pré-candidatos Maguito e Naphthali".

Ao tomar conhecimento da representação do PT o Governador declarou à imprensa que considera "idiota" a crítica da oposição, afirmando que não tomará conhecimento do assunto, o qual dá por encerrado.

Continuaram, como de fato continuam, na mesma intensidade, todas as divulgações e chamamentos à população para as festas inaugurações, ocorrendo principalmente em relação à TV Etapa da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, que incluiu show com a presença de vários artistas.

Esta é a situação vivenciada em Goiás. Todos os meios de comunicação estão a serviço da máquina administrativa estadual. As inaugurações diárias são regadas a shows artísticos com cantores e duplas que cobram regamente por uma apresentação em "showmícios".

Pergunta-se: Quem está custeando as despesas com a mídia e com essas apresentações artísticas milionárias? Qual a qualidade da estrutura das obras feitas em tempo recorde para permitir a inauguração antes do dia 2 de março? A população não correrá risco ao frequentar os inúmeros ginásios de esportes, o Centro de Convenções de Goiânia, as casas do programa Mutirão, construídos às pressas para renderem votos? A CELG – Centrais Elétricas de Goiás, honrará os compromissos assumidos com os pequenos produtores que pagam, a duras penas e antecipadamente, pelo serviço de eletrificação rural, que não é prestado como prometido ao usuário? A propósito deste questionamento recebi pessoalmente reclamações na região do Vale do São Patrício, de proprietários que depositaram confiança no Governo Estadual, pagaram pelo serviço e temem não receberem o benefício.

Ficam registrado aqui o meu protesto e a minha indignação pelo que está ocorrendo em meu Estado, ao arrepio da lei, aguard-

dando da Justiça Eleitoral o cumprimento de suas atribuições, aplicando com severidade as penalidades legais.

Quero, ainda, solidarizar-me com os Deputados Estaduais que ingressaram na justiça contra o abuso de poder e os crimes eleitorais praticados em Goiás pelo Governador, seus auxiliares e pelo PMDB.

Requeiro a esta Presidência que o teor do presente pronunciamento seja remetido aos órgãos judiciais competentes no Estado de Goiás, a fim de que tomem as medidas legais pertinentes contra os atos agora denunciados, enquadrando os responsáveis nas disposições aqui citadas, sem prejuízo de outras cominações legais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Romano.

O SR. PAULO ROMANO (PFL - 6 MG.) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, em Sessão Administrativa, de determinar dos vencimentos de seus Ministros e servidores pela média do dia 20 dos últimos quatro meses provocou reações violentas por parte do Poder Executivo e da imprensa. Estas reações partem de algumas afirmativas que refletem, na melhor das hipóteses, graves equívocos. Basicamente, são três os tipos de afirmativa "O STF aumentou os seus salários em 10,9%", "O STF acabou com a isonomia" e "O STF está descumprindo a lei". Analisemos cada uma delas.

Em primeiro lugar, o STF não concedeu qualquer tipo de aumento para os seus vencimentos. Os servidores do Poder Judiciário recebem a sua remuneração, já há muitos anos, em torno do dia 20. A única coisa que o Tribunal fez foi calcular a média pelos valores efetivamente pagos nos últimos quatro meses.

Esta é a regra geral do Plano econômico. É o que a equipe que o elaborou tem dito que é o seu objetivo. A conversão para a URV, para ser correta, deve ser neutra do ponto de vista distributivo, isto é, o salário em URV não pode trazer perdas nem ganhos para o trabalhador, em relação à média do salário efetivamente recebido nos quatro meses anteriores à conversão.

Qualquer pessoa com uma calculadora poderá verificar que, se os servidores do Supremo recebem em torno do dia 20 de cada mês, converter os seus vencimentos pelo dia 31 não é uma regra neutra, pelo contrário, trar-lhes-á perdas reais. Por outro lado, a conversão pelo dia 20 não traz qualquer ganho, com relação ao que foi efetivamente recebido nos últimos quatro meses. Esta é a regra que foi aplicada a todos os trabalhadores. A conversão foi feita pelo dia em que o salário foi pago. É que manda o art. 18 da Medida Provisória nº 434/94. Com relação aos servidores públicos do Poder Executivo, MP também manda aplicar esta regra. É o que diz o § 4º do seu art. 21 sobre os Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional, que recebem uma parte da sua remuneração antes do dia 31 de cada mês. Aqui, é determinado que a conversão se faça pelo dia do efetivo pagamento.

Ou seja, ao determinar a conversão pelo dia 20, o STF não deu qualquer tipo de aumento e, simplesmente, aplicou aos seus servidores a mesma regra geral da conversão, a mesma que o Poder Executivo mandou aplicar aos seus servidores que recebem antes do último dia de cada mês.

Quanto a dizer que a decisão do Supremo Tribunal acabou com a isonomia entre os Três Poderes, é outro equívoco. Se havia isonomia, ela dizia respeito, exclusivamente, ao valor nominal do vencimento, uma das parcelas da remuneração. E, mesmo assim, era uma falsa isonomia, uma vez que uma tabela se referia a cruzeiros reais do dia 20 e a outra a cruzeiros reais do dia 2 do mês

seguinte. A diferença – de cerca de 11% – já existia e não foi alterada.

Na verdade, se verificarmos o valor das tabelas em cruzeiros reais – que é, ainda, a moeda em que o vencimento é pago – do dia do pagamento, constataremos que elas continuam idênticas. Aliás, com a aceleração da inflação, provavelmente, a tabela do Poder Executivo é que ficará maior.

Esta diferença do valor dos vencimentos provocada pela diferença no dia do pagamento sempre foi de conhecimento do Governo. Tanto que no dia 13 de janeiro deste ano o Presidente Itamar Franco assinou, juntamente com os Ministros Fernando Henrique Cardoso e Romildo Canhim, o Decreto nº 1.043, no qual se comprometia a partir de julho, antecipar a data de pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo para o mesmo dia da dos outros Poderes até o dia 22 de cada mês concedendo aí sim, isonomia com relação a este ponto. Assim, quem está de fato recusando a concessão da isonomia e o Governo, ao determinar a conversão pelo último dia de cada mês quando para cumprir o seu próprio compromisso, a conversão teria que ser feita pelo dia 20.

A não ser que a MP encubra uma manobra para se desobrigar do compromisso feito aos servidores do Poder Executivo e, além disso, reduzir a remuneração dos servidores dos outros Poderes. Mas, então, ela não seria neutra do ponto de vista distributivo e a equipe econômica não estaria sendo correta em suas afirmativas.

Finalmente, a afirmativa de que o Supremo Tribunal Federal estaria descumprindo a lei seria risível se não fosse tão grave. O STF, por determinação constitucional, é o intérprete último e definitivo da lei. Por definição, ele não descumpra a lei porque a sua interpretação desta é a que é válida para todos. Em tese, o Supremo pode mesmo se considerar que a Medida Provisória que criou a URV fere a Constituição, sustar a sua validade na íntegra. Estaria, aí, também descumprindo a lei? Ou, apenas, cumprindo o seu dever, que lhe foi atribuído pela sociedade?

Quando o STF toma uma decisão, podemos, certamente, discordar dela. Entretanto, é ela a decisão válida e a interpretação correta, do ponto de vista constitucional, da lei. Qualquer outro órgão que se arrogue em interpretar da lei, acima da mais alta corte de justiça do país, é subversivo e ameaça as instituições, devendo, inclusive, sofrer, por isso, as penas previstas na legislação de defesa do Estado democrático.

A Democracia exige instituições fortes e responsabilidades divididas. Entregar a um único órgão o poder de fazer as leis, executá-las e interpretá-las é, sem dúvida, o passo mais rápido no sentido da destruição do Estado de direito entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL - MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, cinco navios de grande porte, de propriedade do Fundo de Marinha Mercante do Ministério dos Transportes, encontram-se ancorados na Baía de Guanabara. Ali estão há tanto tempo que parecem já incorporados àquele belíssimo cenário. No entanto, essa composição do engenho humano e dos caprichos da natureza, sob o manto da placidez, revela um prejuízo diário de 5 mil dólares para a Nação. Esse é o custo da simples manutenção dos navios, bancada pelos bolsos dos contribuintes, ao qual se deve somar o prejuízo decorrente da ociosidade, uma vez que a construção de tais embarcações foi financiada com recursos públicos.

Recente reportagem publicada pelo jornal **O Globo** nos remete ao ano de 1983, quando o Fundo de Marinha Mercante financiou 400 milhões de dólares para que quatro armadores privados pudessem contratar a construção de dez navios, entre os quais es-

tão os cinco a que nos referimos. Problemas de ordem conjuntural, especialmente a crise que se instalou no mercado de granel, levaram os armadores a desistirem das encomendas, possibilidade que era prevista nos contratos. Assim, o Fundo de Marinha Mercante acabou tomando-se proprietário das embarcações e, não podendo operá-las, pois não tem essa competência, tentou aliená-las por meio de licitação pública.

Tal licitação jamais se concretizou, em função de ações cautelares que encontraram guarida no Poder Judiciário. A pendenga arrastou-se, e o Fundo de Marinha Mercante optou por afretar as embarcações como forma de amortizar, ainda que minimamente, o valor do financiamento.

Não há aí, Srs. Senadores, qualquer atitude irregular. O que não se concebe é que, vencidos os contratos de afretamento e não havendo interesse em sua renovação, tais embarcações, sobre não gerarem lucros, ocasionem gastos com sua manutenção. Volto a reportar-me ao jornal **O Globo**, que, na matéria já referida intitulada "País perde bilhões com navios parados", assinala o seguinte:

"Segundo o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Sérgio Salomão, em 1985, o Fundo começou a requisitar a alienação das embarcações. Porém seis ministros já deixaram o Governo sem concluir o edital de licitação".

"Dez anos depois – acrescenta a reportagem, assinada por Andréa Dunningham –, os navios do Fundo são sinônimo de despesa e depreciação, à exceção dos graneleiros "Trombetas" e "Jaguaripe", afretados a 190 mil dólares mensais. Os graneleiros "Rio Apa" e "Rio Açú" e o navio "Jaqueline" estão sendo operados pelo Lloyd desde 1985, mas a empresa só pagou o aluguel até 1989, somando hoje uma dívida de 10 milhões de dólares. E os outros cinco navios estão parados há quase três anos na Baía de Guanabara, a um custo diário de mil dólares cada". A reportagem acrescenta que o Fundo de Marinha Mercante, embora tendo pago 400 milhões de dólares pelos navios, só recebeu até hoje, pelo aluguel dos mesmos, 70 milhões de dólares.

Um País como o nosso, que vive uma crise econômica e social gravíssima, que tem 32 milhões de pessoas em estado de extrema penúria, não pode deixar seu patrimônio ocioso e, muito menos, assumir gastos sem retorno, só para retardar a deterioração dos seus equipamentos.

A reportagem a que nos referimos, ao afirmar que seis Ministros já deixaram o governo sem concluir o edital de licitação, não esclarece certos pormenores. Alega o Fundo de Marinha Mercante que só recentemente foram vencidos os últimos óbices na área judiciária, que impediam a realização do processo licitatório. Não entraremos nesse tipo de discussão, mas reafirmamos nossa convicção de que o patrimônio público, formado com o sacrifício das classes trabalhadoras, não pode ser depreciado dessa maneira, seja por que motivo for. Além disso, Senhores Senadores, causa estranheza a decisão das autoridades de incorporarem à frota do Lloyd Brasileiro cinco dessas embarcações, se a empresa de navegação é inadimplente e tem junto ao Fundo de Marinha Mercante uma dívida de 10 milhões de dólares. E mais ainda: não se compreende porque essa incorporação se faz agora, justamente às vésperas do leilão de privatização da Cia. Lloyd Brasileiro, já marcada para o dia 30 próximo.

São, portanto, dois aspectos que justificam nossa estranheza: primeiro, o fato de o Fundo de Marinha Mercante, que anda ameaçado com cortes orçamentários, entregar cinco embarcações para aumentar o patrimônio de uma companhia da qual é credor; depois, por fazê-lo nas proximidades do leilão de privatização, no qual será admitido o pagamento da quase totalidade das ações em moeda podre, quando o Fundo de Marinha Mercante, ao financiar a construção dos navios, o fez em dinheiro corrente. O fato revela-

se tão absurdo, que o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima solicitou a alienação das embarcações Rio Apa, Rio Açú, Docevale, Doceduna e Docepraia, a exemplo do que ocorrerá com os outros cinco, que hoje estão afretados. Afinal, se já foram removidos os obstáculos à licitação, não há motivo para alienar apenas a metade dessa frota.

Ficam registrados, portanto, nossos apelos para que as autoridades do Fundo de Marinha Mercante e do Ministério dos Transportes, do qual faz parte, encontrem uma solução que seja tão urgente quanto correta para evitar a dilapidação do erário e a depreciação de um patrimônio que custou tão caro aos bolsos do contribuinte.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) Concedo a palavra ao nobre Congressista Everaldo de Oliveira.

O SR. EVERALDO DE OLIVEIRA (Bloco – PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há possibilidade de o Ministro da Integração Regional, Deputado Aluizio Alves, anunciar amanhã a extinção das Frentes de Trabalho no Nordeste. Ocorre que as chuvas ainda não chegaram a toda a região e a suspensão das Frentes, no atual contexto, seria uma tragédia para o sertanejo sergipano.

O Ministro preside amanhã, no Recife, a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE. Sabe-se que ele deve propor a extinção das Frentes, por considerar que as chuvas começaram a cair no Nordeste. Há, porém, um fato a destacar. Na verdade, as chuvas não começaram em meu Estado, Sergipe. Não choveu no dia 19, dia de São José, quando a tradição popular espera as chuvas, tanto para garantir plantio do milho, que será colhido no São João, quanto para determinar a safra a plantar.

Ainda não choveu no sertão sergipano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o necessário para que as frentes sejam suspensas. Na reunião de amanhã o Governador sergipano, engenheiro João Alves Filho, que não só conhece a fundo o problema das secas como tem visitado constantemente as áreas mais afetadas, vai apresentar moção pedindo que as frentes sejam mantidas, até começar de fato a chover no sertão.

Conclamo os demais parlamentares do Nordeste, que conhecem a realidade da região, que também sabem que ainda não nos libertamos totalmente do flagelo da seca, que estabeleçam uma corrente em favor da manutenção das frentes, até que se possa retomar o ciclo de plantio, com a distribuição de sementes e chegada efetiva das chuvas.

A propósito, quero registrar que entreguei correspondência ao Ministro Aluizio Alves, ao Governador sergipano, João Alves Filho, e aos Presidentes dos Bancos do Nordeste do Brasil e do Estado de Sergipe, pedindo a liberação, em caráter emergencial e com urgência, de recursos subsidiados para financiar o custeio de alimentos básicos nas áreas sertanejas, para que o micro e o mini-produtor da região possam se preparar para, quando a chuva chegar, trabalhar a terra.

Vamos todos fazer ver ao Ministro da Integração Regional, também nordestino e igualmente conhecedor da nossa problemática, que ainda não é chegada a hora de suspender as Frentes de Trabalho, única alternativa para os sertanejos, pais de família, manterem-se enquanto aguardam a ocasião correta para voltar a plantar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Piauhyllino.

O SR. LUIZ PIAUHYLLINO (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, moti-

vações menores, de caráter político, sempre provocam prejuízos, e isto mais uma vez fica provado com o que aconteceu em relação a uma obra importante, porque se trata de abastecimento d'água, fundamental numa região como o Nordeste, onde a carência de serviços básicos traz tantos problemas para a população.

Emenda de minha autoria foi aprovada no Orçamento de 1993, destinada à ampliação da barragem de Poço Fundo, em Santa Cruz do Capibaribe, no agreste de Pernambuco. Essa barragem foi construída no Governo Miguel Arraes, para minimizar as dificuldades enfrentadas pelo povo daquele município no que diz respeito à questão da água.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que para a liberação dos recursos, por parte do Ministério da Integração Regional, tornava-se necessário que a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, fornecesse informações, o que foi solicitado pelo DNOCS, órgão encarregado da execução desse tipo de serviço.

Sem as informações, não haveria como instruir o processo e liberar a verba em tempo hábil. E foi isso exatamente o que aconteceu. A COMPESA não respondeu à solicitação do DNOCS, como comprova ofício que recebi do Ministério da Integração Regional.

No entanto, a COMPESA se manifestou sobre outra emenda, de autoria do Deputado José Mendonça. Só que essa emenda propõe a construção de nova adutora, em substituição a que já existe, e reconhece que a mudança redundaria em redução no abastecimento de água.

É visivelmente absurdo que, ao invés de defender a ampliação de uma obra já existente, a COMPESA tenha optado por outra, nova, e cujo custo é de cinco milhões de dólares, além de diminuir a oferta de água. Um gasto exagerado para um país que enfrenta tantas dificuldades financeiras. Este dinheiro poderia ser aplicado em diversas obras, com um efeito muito mais amplo para a população carente do interior de Pernambuco.

Para condenar a obra anterior, utilizou-se o argumento de que, por ser um canal aberto, está havendo desvio da água e risco de contaminação. Se isto for verdade, poderia ser facilmente sanado com a elevação do seu paredão e com um melhor tratamento da água.

Não se resolve um problema, se é que ele existe, simplesmente abandonando uma obra e partindo para outra. Por todos estes motivos, deixo registrado meu protesto e a minha solidariedade à população de Santa Cruz, que se vê prejudicada por uma prática de falta de sensibilidade social e desperdício de recursos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUIZ
PIAUHYLINO EM SEU DISCURSO:**

Ofício/SDR/MIR/Nº 80/94

Brasília, 15 de março de 1994

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Luiz Piauhyllino
Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Deputado,

Em atenção ao OF.GAB/001/94 encaminhado por Vossa Excelência a este Ministério, estamos apresentando as informações requeridas acerca dos processos referentes ao abastecimento de água em Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

A aprovação do projeto para construção de uma adutora no Município de Santa Cruz do Capibaribe, de que trata o segundo parágrafo do OF.GAB/001/94, efetivou-se através de emenda à Lei Orçamentária da União. Sua classificação Orçamentária está

sob o código 43.101.07.076.0447.1730.0001, assim especificada aproveitamento de mananciais para reforço de sistemas de abastecimento de água existentes.

Após aprovação da emenda foi aberto em 28-7-93, no MIR, o processo de nº 01600.009143/93-17 que contempla, entre outros projetos de adução, o do Município em pauta. Coube ao Ministério, de acordo com a Instrução Normativa nº002/93 a análise do plano de aplicação, que mostrou-se satisfatório. Cumpridas as formalidades legais, procedeu-se à liberação dos recursos, realizada em 28-12-93, cuja aplicação será objeto de fiscalização.

O 6º parágrafo do ofício supracitado trata da emenda orçamentária de autoria de Vossa Excelência, que tem como objeto a ampliação da barragem do Poço Fundo em Santa Cruz do Capibaribe. A aprovação da emenda deu origem a um processo neste Ministério, com tramitação no DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

A Dotação Orçamentária destinada ao sub-projeto em referência, de nº 43.206.04.054.0297.0458, inicialmente no valor de CR\$ 12.375.000,00 foi reduzida para Cr\$6.061.411,00.

O quadro demonstrativo sofreu de despesas alteração, com a modalidade de aplicação sendo modificada de transferências a municípios para aplicações diretas. O processo, inicialmente na Administração Central do DNOCS, foi transferido para a 3ª Diretoria Regional (Recife/PE), onde se encontra.

A fim de instruir o processo, o DNOCS solicitou a COMPESA informações sobre a barragem de Poço Fundo em 29-6-93, via telex nº 215/DG/GAB. Como não as obteve, tornou-se inviável a emissão da nota de empenho.

Dessa forma, os recursos orçamentários no valor de Cr\$6.061.411,00, destinados à execução da obra, não foram empenhados no exercício financeiro de 1993. Serão, entretanto, reprogramados para o exercício de 1994, logo após a aprovação do Orçamento Geral da União/94.

Quanto ao 5º parágrafo do ofício em referência, informamos a Vossa Excelência que concentraremos esforços, no âmbito de nossas atribuições, no sentido de acompanhar de forma mais próxima a concepção do projeto e a sua implantação. Assim, nos propomos a procurar a solução adequada às questões suscitadas por Vossa Excelência.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Por oportuno, receba Vossa Excelência nossas manifestações de consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Lourenço Vieira da Silva**, secretário de Desenvolvimento Regional SDR/MIR

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Edésio Frias.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, os portugueses ao ocuparem o Brasil, trataram de guarnecer seu litoral para preservar toda a vasta área que haviam conquistado. Assim o interior levou tempo para ser ocupado.

O Estado do Rio de Janeiro não foi diferente em termos de apuração. Ao norte, o litoral campista foi colonizado, enquanto o interior seguia dominado pelos índios. Só em 1780 começou a região do atual município de São Fidélis a ser ocupado por luso-brasileiros, os quais foram duramente atacados pelos aborígenes. As moradias dos colonos eram esparsas pelas matas.

Por estranho que possa parecer, foram os próprios índios coroados que pediram às autoridades campistas que lhes enviasse um sacerdote. O Vice-Rei Marquês do Lavradio determinou a fundação de um aldeamento.

Foram incumbidos dessa missão os frades capuchinhos Frei Vitório de Cambiasca e Frei Angelo Maria de Luca, que chegaram ao local em 1791.

Ergueram aqueles freis um oratório, em torno do qual reuniram-se os indígenas, fazendo surgir um novo povoado.

A população da aldeia, logo após a chegada dos primeiros contingentes indígenas, passou a progredir e adensar rapidamente, graças em grande parte à bondade dos dois frades, que atraíam, com sua carinhosa proteção e com seus sábios conselhos, os índios de toda a redondeza.

Passados oito anos, após a chegada dos capuchinhos a essas plagas, já a povoação florescia, ensejando a que Frei Vitório de Cambiasca e seu novo auxiliar, Frei Tomás da Cidade do Castela projetassem a construção de majestoso templo. A pedra fundamental foi lançada em 1799. Essa igreja, inaugurada em 1808, ainda hoje existe como atestado eloquente da coragem, da abnegação e da fé que animaram aqueles bravos missionários.

Freguesia em 1840, São Fidélis recebeu a visita de D. Pedro II em 1847. Diante da majestade do templo o Imperador decidiu que a localidade ganhasse o predicado de vila e se transformasse em município, o que ocorreu em 19 de abril de 1850.

Representava então a agricultura o principal fator de progresso da região. Existiam muitas fazendas e também grande era o número de roças indígenas. Havia ainda a exploração de madeiras de lei, abundantíssimas na localidade.

Entrando na posse plena de sua autonomia, São Fidélis recebeu novo impulso. Suas terras valorizaram-se ainda mais e suas lavouras progrediram, pelo que em 1870 o governo deu à vila os foros de cidade.

Hoje ainda os fidelenses continuam no seu labor de produzir o progresso a partir dos frutos da terra.

Saúdo a população de São Fidélis e suas autoridade pelo êxito que têm alcançado e pelo aniversário de sua emancipação política.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o mundo está marcado pela falta de honestidade, seriedade e ética. Fica cada vez mais difícil ao trabalhador brasileiro a realização de um projeto de vida familiar e convivência fraterna, se para isso os homens que governam o País não colaboram em nada.

A forma irresponsável que o atual Diretor-Presidente da CELPA – Centrais Elétricas do Pará, adota para negociar as perdas salariais dos funcionários da empresa, é simplesmente condenável, ridícula e autoritária. O Sr. Maurício Benedito Barreira Vasconcelos, que foi assessor do então ministro da Ação Social (hoje um dos "anões" da CPI do Orçamento), Sr. Ricardo Fiúza, não aceita negociar com o Sindicato dos Urbanitários do Pará.

Por outro lado, o Governador do Estado, Sr. Jader Barbalho, também vem demonstrando que está mais interessado em privatizar a CELPA, do que indicar uma pessoa de reconhecida moralidade e competência para administrar a empresa. E não adianta distorcer palavras e tentar pegar carona na luta dos trabalhadores.

Com a luta da população brasileira por justiça, honestidade e ética na gestão da coisa pública muitos personagens da política brasileira, desonestos e ligados a esquemas de corrupção, tentam se utilizar do disfarce e do discurso da moralidade para assim se manterem no poder. Segundo o Sindicato dos Urbanitários do

Pará, o Sr. Maurício Vasconcelos, envolvido em várias maracutaias durante sua gestão passada, é comprovadamente integrante do esquema de corrupção das empreiteiras.

A diretoria do Sindicato dos Urbanitários tem farta documentação que comprova todas as denúncias feitas até hoje pelo Sindicato, de irregularidades ocorridas nestes últimos anos da CELPA. Aliás, graças a estas denúncias do Sindicato, a Assembleia Legislativa do Estado abriu no ano passado uma CPI para apurar irregularidades e a corrupção existente na CELPA.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, infelizmente o Brasil, e particularmente o Pará, vive a era do desmando público. E é assim, com o mesmo cinismo que se utiliza de palavras tão importantes como ética e verdade, a diretoria da CELPA afirma que a "empresa não está sendo privatizada", contestando as próprias palavras do governador Jader Barbalho que não esconde seu projeto de privatizar a empresa.

Quem estaria escondendo a verdade e interesses escusos? É a pergunta, até agora sem resposta, que faz a diretoria combativa do Sindicato dos Urbanitários do Pará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Pedro Corrêa.

O SR. PEDRO CORRÊA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o meu Estado de Pernambuco, também conhecido como o Leão do Norte, tem tradição de oferecer ao Brasil grandes homens vinculados às Ciências Jurídicas.

O primeiro curso jurídico fundado no Brasil surgiu nas terras pernambucanas, mais precisamente na secular cidade de Olinda, e foi o marco pioneiro inconfundível da vinculação jurídica que até hoje revela os mais destacados nomes das letras jurídicas.

Da Faculdade de Direito do Recife, de fama e respeito nacional e internacional, saíram grandes nomes que prestaram as mais sérias e importantes contribuições às Ciências Jurídicas. Das suas bancas universitárias saíram homens que, no Poder Judiciário, já presidiram o próprio Supremo Tribunal Federal; no Poder Executivo, ocuparam os mais destacados cargos a exemplo do Ministério da Justiça; e, no Poder Legislativo, além de presidirem a Câmara e o Senado, bem como suas respectivas Comissões de Constituição e Justiça, formaram com destaque e altivez as mais importantes Comissões Parlamentares de Inquérito.

E na advocacia?

Na advocacia vários e vários foram os que se destacaram com brilhantismo, dentre os quais, na contemporaneidade, destaco o Dr. José David Gil Rodrigues.

O advogado José David Gil Rodrigues, formado pela Faculdade de Direito do Recife, é, hoje, um dos mais conhecidos, destacados, sérios, responsáveis e atuantes profissionais do Direito.

Ao longo do tempo também teve a oportunidade de prestar serviços à causa pública, exercendo os mais importantes cargos na sua área. Foi Delegado do Ministério da Justiça em Pernambuco, Interventor na Delegacia Regional do Trabalho, Delegado do SAM – Serviço de Assistência ao Menor, Delegado do Ensino Supletivo, Diretor do IPSEP (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco), e, ainda, Procurador Judicial do Estado de Pernambuco.

Criminalista que atuou e atua defendendo os seus constituintes nas mais afamadas e destacadas questões, com ampla repercussão na imprensa escrita, falada e televisada, conta com cerca de trinta anos de formatura e de firme atuação.

É o chefe do escritório de advocacia José David Gil Rodrigues, integrado por quase vinte dos mais destacados profissionais do Direito conhecido como um dos maiores e melhores da região.

Como profissional e chefe de família vê seus filhos, sob sua lúcida orientação, a exemplo de Mário Gil, Carlos Gil, José David Filho e Irene Gil Ricarte, com brilhantismo, no mesmo escritório, acompanhar os seus passos e, alguns deles, já terem sido, relevantemente, por exemplo, advogados de bancos, a exemplo do BAN-DEPE; Presidente e Diretor da Imprensa Oficial do Estado (CEPE); Diretor do Centro Municipal de Cultura da Cidade do Recife; Oficiais de Gabinete da Prefeitura do Recife e em Secretarias de Estado; Diretor do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco; e, Procurador Judicial do Estado de Pernambuco.

Vêem, Srs. Congressistas, que nós estamos, assim, nos referindo a pessoa de altos predicados e seriedade. Mas, em Pernambuco, por questões meramente políticas e ideológicas, algumas entidades, desinformadas, ou melhor, informadas erroneamente, subscreveram Nota Oficial, publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 6-3-94, criticando o advogado José David Gil Rodrigues, quando ele atuava no Tribunal do Júri da Comarca do Recife, e criticou a atuação de uma determinada promotora, a qual, inclusive, da Tribuna do Júri, além de denegrir o CREMEPE (Conselho Regional de Medicina de Pernambuco) e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, disse, dentre outras temerárias palavras, "que se envergonhava de pertencer ao Ministério Público de Pernambuco".

Entretanto, tal Nota Oficial não deixou de ter resposta. Através da matéria anexa, publicada no **Diário de Pernambuco** do dia 13.03.94, o Advogado José David Gil Rodrigues, fato por fato, demonstrou a verdade de tudo.

Diante do exposto, ocupo a Tribuna desta Casa para evitar que se faça injustiça a um dos maiores advogados da contemporaneidade brasileira, requerendo que passe a constar dos seus Anais a verdade dos fatos; que se dê ciência deste discurso ao advogado José David Gil Rodrigues, ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, e ao CREMEPE, transcrevendo-se, na íntegra, a Nota anexa, cujo título é **A Verdade Sobre o Caso Ângela**.

Muito obrigado.

O SR. PAULO RAMOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que, possivelmente às 14h, será decretado o fim desta sessão, porque seria o horário do Congresso Revisor. Portanto, quero pedir a V. Ex^a que dê início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Os Líderes estão inscritos para falar. Se desistirem, assim o farei, caso contrário, não posso negar a palavra a S. Ex^{as}. Estão inscritos os Líderes Roberto Freire, Luiz Carlos Hauly, Nelson Trad, Luís Eduardo e Haroldo Lima, sendo concedidos a cada um 20 minutos.

O SR. PAULO RAMOS – Gostaria que V. Ex^a, como rotineiramente o faz, interessado em promover a votação, solicitasse aos Líderes inscritos que deixassem de usar da palavra, tendo em vista o avanço da hora, porque só temos mais 40 ou 50 minutos para votarmos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não. Transmito o apelo de V. Ex^a aos Srs. Líderes.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP-PR Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que essa matéria é muito importante. Não entendo por que estão querendo encerrar a sua discussão agora. O arrazoado tem que ser discutido.

O nobre Congressista Paulo Ramos quer encerrar a discussão dos Líderes, quando temos o maior interesse em nos pronunciar a respeito do assunto, que é da maior importância para o País. Também estamos querendo esclarecer essa situação em definitivo, com profundidade, ouvindo todas as Lideranças e, se possível, a maior parte dos Parlamentares. Este é o nosso desejo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder Roberto Freire.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra, com a permissão do orador inscrito.

O SR. EDUARDO JORGE (PT-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em conjunto com a Liderança do PDT, encaminhei um pedido de prorrogação da sessão, que já deve estar na Mesa. A minha questão de ordem é para saber quando V. Ex^a submeterá ao Plenário esse pedido de prorrogação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Congressista, gostaria eu de poder fazê-lo, mas o Regimento da Revisão diz o seguinte:

Art. 1º.

§ 3º – Os trabalhos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, inclusive reunião de Comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões de revisão.

A sessão ordinária da Revisão começa às 14h, eu só poderia prorrogar os trabalhos se às 14h tivesse sido iniciado o processo de votação. Mas, infelizmente, os Líderes estão ocupando a tribuna.

O SR. EDUARDO JORGE – Sim, Sr. Presidente, mas veja bem V. Ex^a que não podem coincidir, evidentemente, porque os membros do Congresso Revisor são exatamente os mesmos do Congresso Nacional, inclusive V. Ex^a é Presidente dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Às 14h inicia-se a sessão ordinária do Congresso Revisor.

O SR. EDUARDO JORGE – Correto, Sr. Presidente. Mas a nossa argumentação é a de que os componentes do Congresso Revisor são os mesmos do Congresso normal, o Presidente é o mesmo, não pode haver coincidência. Porém, a critério dos membros do Congresso, que são os mesmos do Congresso Revisor, presidido por V. Ex^a, pode haver uma prorrogação do início do Congresso Revisor: ao invés de começar às 14h, pode começar às 16h.

Por isso, Sr. Presidente, apelo para que o nosso requerimento seja levado em conta, tendo em vista o adiamento do início da sessão do Congresso Revisor. É claro que não é uma coincidência.

Eu peço que o Presidente reflita sobre esse assunto e dê uma resposta, em breve, a minha questão de ordem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Para contradição. Sem revisão do orador.) – Eu pediria ao nobre Líder Luiz Carlos Hauly que ouvisse: nós estamos aqui numa negociação envolvendo o Líder do Governo, Luiz Carlos Santos, o Deputado Roberto Freire, o Deputado Miro Teixeira, o Deputado Luiz Eduardo Magalhães, procurando o Deputado Tarcísio Delgado, numa negociação já relativamente avançada, para encontrar uma saída, ainda hoje, sobretudo para a crise institucional entre os três Poderes, decorrente da interpretação da medida provisória.

Achamos que encontramos pelo menos uma possibilidade concreta de solucioná-la e de o Congresso Nacional arbitrar esta questão hoje, independentemente da discussão de mérito da política salarial e da medida provisória.

Eu pediria à Presidência da Mesa que, em confiança a essas lideranças, que estão há algum tempo formulando essa proposta, e ao próprio Líder do Governo, que foi fazer consultas a ela atinentes, que fosse adiado o prazo de início da sessão do Congresso Revisor para as 15 horas, com a segurança de que nós poderíamos encontrar uma solução alternativa.

O SR. JOSÉ ABRÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a respeito do requerimento, o Regimento do Congresso Revisor é bastante claro ao dizer que não pode haver coincidência de sessões da Câmara, do Senado ou das Comissões.

Ora, o adiamento agora, antes do processo de votação, implicaria em preestabelecer que haveria uma reunião contrariando o Regimento Interno. Portanto, não deve nem ser discutido o requerimento pela sua inépcia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência gostaria de consultar, já que está havendo, segundo o Congressista Aloizio Mercadante, um entendimento entre os Líderes com vistas a encontrar uma saída para a crise entre os três Poderes, através da votação dessa medida provisória, os demais Líderes, o Líder do PMDB, do PFL, os outros Líderes, se concordam em que a sessão da Revisão se inicie às 15 horas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se quisermos chegar ao entendimento que está sendo buscado, o caminho está trilhado, e podemos fazer isso agora. O problema de prorrogarmos a sessão até às 15h, podemos definir essa questão imediatamente. Podemos decidir agora, porque a questão está bem encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vamos esperar o entendimento, para depois decidir sobre este assunto.

Com a palavra o nobre Líder Luís Eduardo.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu Partido não concorda com a prorrogação da sessão a partir das 14h. Seria, em primeiro lugar, uma quebra do Regimento, em função de determinar o horário da sessão do Congresso Revisor.

Em segundo lugar, estou trabalhando e ajudarei, dentro do possível, para que possamos chegar a um entendimento. Chegando a um entendimento, após a sessão do Congresso Revisor, V. Ex^a pode convocar uma sessão do Congresso Nacional, e estaremos aqui para votar esta e outras matérias importantes que constem da pauta.

Em terceiro lugar, entendo que é importante, fundamental, o entendimento. Estarei, juntamente com o meu Partido e com o Líder no Senado, Marco Maciel, trabalhando permanentemente em função de encontrar a saída. Mas isso, necessariamente, não passa por interromper o início da sessão do Congresso Revisor.

Portanto, Sr. Presidente, a posição do meu partido é contra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, não creio que hoje estejamos reunidos apenas para discutir a medida provisória que instituiu o plano econômico do Governo. Não é possível que alguém na sociedade brasileira não esteja percebendo uma crise institucional que se avoluma, muitas vezes de forma premeditada, artificialmente, em cima de um fato menor. Agora mesmo, um representante do Governo, que é responsável pelas forças de segurança, admite que não vai cumprir decisão do Supremo se, por acaso, o Supremo determinar a prisão de qualquer autoridade deste País que não esteja cumprindo a lei. Isso foi declaração pública.

Avolumam-se declarações de que não se negocia, numa insensibilidade, numa falta de responsabilidade com o exercício do poder. Poderes que querem dialogar através de notas pelos jornais, de forma incompatível, porque pelos jornais discutimos nós, discute a sociedade civil, mas não um poder da República. Estamos numa escalada em que podemos colocar em risco o estado de direito. Talvez não com os golpes tradicionais, mas com a tutela militar que se está exercendo. E me desculpe o nobre Deputado José Genoíno, não é por força de uma personagem que não sei nem se manda na TELERJ. É algo mais sério, e esta Casa tem responsabilidade, não se pode confundir a discussão das lutas sociais da questão do plano econômico, como se algo não estivesse ocorrendo no País que não fosse de responsabilidade desta Casa. Até porque em qualquer solução de força, o Poder Executivo é forte, o Poder Judiciário fica subalterno, mas esta Casa não existe.

Nós precisamos tentar discutir se temos ou não competência, não competência constitucional, competência política para representar a cidadania, encontrando uma saída para esta crise. Este é um fato, não podemos ficar com medo de dizer que não conseguimos dismantlar das sombras os sediciosos e golpistas. Nós tivemos o desprazer de assistir ao Presidente da República receber da mão de ministros militares uma nota de grupos sediciosos que deveriam estar sendo processados, pregando o fechamento do Congresso e o fim do Judiciário. Não é uma crise qualquer.

Portanto, esta Casa tem que ter a competência política, tal como teve ontem, de esvaziar aquilo que deu origem a uma indignação justa da população – e a partir dessa indignação produziu-se a crise –, mantendo o veto ao aumento do salário de parlamentares.

Se tivemos essa competência, por que não sentarmos hoje e separarmos algo que vai continuar, até porque essa crise não é artificial, a crise social, a crise econômica, a discussão e o debate irão continuar, e nos fixarmos em como encaminhar uma solução para a crise? E ela existe. Esta Casa já deu soluções para crises muito maiores, até porque eram crises reais. É muito fácil saber se todos queremos que este País continue a sua ventura democrática.

Há possibilidade de se discutir decreto legislativo que possa sustar os atos do Executivo que regulamentaram a aplicação da medida provisória no tocante à conversão dos salários para os servidores públicos, sustando aquilo que significou um abuso do Governo de não cumprir com a transferência que era determinada pelo Supremo e também por esta Casa. E, ao mesmo tempo, encontrarmos um instrumento legal que fixe o trigésimo dia do mês

para se fazer a conversão, e esta crise institucional deixará de existir, e a crise social e econômica continuarão sendo matéria de apreciação nossa, numa medida provisória, no seu conteúdo, no seu mérito, ou num projeto de conversão. Esta Casa tem capacidade para fazer isso. Nós já fizemos muito mais, e o País espera que todos nós sejamos responsáveis nesta hora.

Talvez muitos não entendam o papel de um Congresso, de um Parlamento – é muito fácil criticar – em virtude da transparência que o seu pluralismo encerra. Este é um Poder que só é amado ou lembrado quando está fechado. Enquanto estiver aberto, será palco das contradições, será palco das incompreensões, mas também poderá ser palco das soluções, até porque representamos toda a sociedade.

Não podemos assistir, passivamente, aos Poderes da República se tratarem como se fossem propriedade privada de seus Presidentes, como algo que pudesse ser tratado como os partidos se tratam, porque podem passar notas agressivas para a sociedade e podem receber respostas mais agressivas ainda. Eles podem até ser adversários, podem não ter relacionamento, mas a independência entre os Poderes não prescinde da harmonia no seu relacionamento.

Precisamos encontrar um caminho na discussão da medida provisória, do projeto de lei de conversão, e encontrar também uma solução para esvaziar essa crise, que, se é artificial, começa a ter um conteúdo golpista. Não vamos pensar que é o ibope do Presidente que está conduzindo a sua atitude de não querer negociação; não é por aí! Precisamos dizer muito claramente: há uma perspectiva de tutela militar, e temos que barrá-la! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Campos, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. Wilson Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdoB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se o adiamento da sessão, que foi requerida por alguns Líderes, vai ser deliberado por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – É um requerimento e só pode ser submetido ao Plenário. Agora, como vários Líderes não concordam, como é o caso do Líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães, e do PMDB, Luiz Carlos Santos, não vejo possibilidade da aprovação.

A SRA. BETH AZIZE – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. BETH AZIZE (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acabei de ouvir, com muito respeito, a resposta que V. Exª deu ao nobre Líder Haroldo Lima.

Mas faço, respeitosamente, um questionamento a V. Exª: por que não colocar em votação o requerimento que propõe a prorrogação desta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vou colocar em votação.

A SRA. BETH AZIZE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Mas estou dizendo de antemão que, pela posição dos Líderes que já falaram contra, não vamos conseguir o adiamento.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra.

A SRA. BETH AZIZE – Com licença, Sr. Presidente, ainda estou com a palavra, se V. Exª me permite.

Apenas ouvimos a manifestação do Líder do PFL e, me parece, do Líder do PMDB. Isso não impede que V. Exª coloque em votação o requerimento que propõe a prorrogação desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vou pôr em votação o requerimento. O Plenário decidirá.

A SRA. BETH AZIZE – É exatamente isto que queremos: que o Plenário decida.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A proposta feita pelo Congressista Aloizio Mercadante é a prorrogação até as 15h.

O SR. WILSON MÜLLER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. WILSON MÜLLER (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão de ontem, com o devido respeito e acatamento a V. Exª, advertimos que haveria problemas hoje na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação em relação ao julgamento...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Já terminou.

O SR. WILSON MÜLLER – Eu sei, Sr. Presidente.

Não bastasse a crise gerada no País pela incompetência do Presidente da República, internamente, sou obrigado a dizer que V. Exª tem colaborado para isso também, porque aqueles julgamentos não vão terminar, e a Nação tem que saber o que é mais importante: julgar aqueles colegas ou fazer, a qualquer custo, as reuniões da Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, não há condições de se fazer reunião da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação às 10h da manhã, interrompendo-a a qualquer momento, reiniciando-a sem **quorum**. Lá não acompanhamos a acusação nem a defesa e aqui não acompanhamos os argumentos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Gostaria de lembrar a V. Exª que o nobre Deputado Adylson Motta, Vice-Presidente do Congresso Nacional, já esclareceu que, enquanto não se iniciar a Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional ou do Congresso Revisor, poderá haver reunião da comissão. Nada obsta.

O SR. WILSON MÜLLER – Sr. Presidente, sem querer estabelecer discussão com V. Exª, parece-me que não é um procedimento regular e ético, com parecer final aos membros da Comissão apenas para votar. É um julgamento, Excelência! Como vou firmar convicção sobre o mandato de um parlamentar indo lá apenas para votar?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Exª não está entendendo.

O SR. WILSON MÜLLER – Estou entendendo; V. Exª é que não está compreendendo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Estou mantendo a decisão do Vice-Presidente Adylson Motta, que disse que

a comissão poderá se reunir e interromperá os trabalhos por ocasião da Ordem do Dia. Então, há muito tempo para isso.

O SR. WILSON MÜLLER – Excelência, vou me permitir derrubar todas as sessões enquanto estiver funcionando o Congresso. Não é ético, não é regular, não é jurídico nem democrático apenas votar pela absolvição ou pela condenação sem ouvir os argumentos da acusação e da defesa. V. Exª não tem o direito, data venia, de permitir que continue esse estado de coisas. V. Exª precisa tomar uma decisão. Não é mais possível continuar, Sr. Presidente. Não bastasse a protelação para se trazer ao plenário a Medida Provisória, agora V. Exª mistura julgamento com medida provisória e Revisão Constitucional. Isto não é mais possível, Sr. Presidente, porque está levando ao último estágio a desmoralização do Congresso, e V. Exª é responsável por isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – É o entendimento de V. Exª, que não aceito.

O SR. GASTONE RIGHI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é regimental e constitucional a questão de ordem. Temos hoje, na realidade, quatro instituições: Câmara dos Deputados, Senado da República, Congresso Nacional e Congresso Revisor, que são perfeitamente estanques e separadas por regimentos próprios.

O Congresso Revisor tem o seu regimento, votado pelo Congresso Revisor. Nesses estatutos todos está prevista a impossibilidade de realização de sessões simultâneas, e a preferência é regimentalmente estabelecida, com todas as letras, ao Congresso Revisor. Ele está convocado para as 14h, Sr. Presidente, e não se pode realizar sessão do Congresso Nacional enquanto se realiza sessão do Congresso Revisor. Se este tem preferência sobre todos os outros, só uma decisão plenária do Congresso Revisor poderia adiar ou suspender ou anular a sua própria sessão.

Não é possível que uma decisão da Câmara, do Senado, ou do Congresso Nacional, que é inclusive bicameral, tenha o condão de modificar o regimento, para o que necessitamos de projeto de resolução. Isso é específico, está na Constituição o ordenamento das leis. Nem mesmo uma decisão plenária momentânea, com um requerimento, pode extrapolar o regimento interno. Não pode agredir a lei que existe entre nós.

Sr. Presidente, é anti-regimental o requerimento, é inconstitucional, inadmissível! Isso tem que ser proclamado e reconhecido pela Presidência, que não pode dar curso a um requerimento anti-regimental, um requerimento inconstitucional, senão passaremos a ter diuturnamente, a todo instante, requerimentos irracionais, anti-regimentais. A Presidência escoima os vícios e defeitos. A inconstitucionalidade e anti-regimentalidade têm que ser declaradas por V. Exª.

A minha questão de ordem é absolutamente cabível, não tento jogar sobre seus ombros a responsabilidade da decisão, mas ela é inerente a seu cargo, a sua função. Lamento muito. V. Exª tem a nossa solidariedade, mas, por favor, não se dispa do direito e do dever de julgar, de escoimar o que é viciado, o que é anti-regimental e inconstitucional.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a argumentação ora expandida pelo Deputado Gastone Righi é evidentemente incorreta, é mais uma manobra de obstrução que S. Exª faz já há algum tempo.

Na nossa opinião, o Poder da República chama-se Congresso Nacional e não Congresso Revisor, ele é que tem a prioridade na marcação do tempo, na deliberação das questões, no encaminhamento das crises por que passa o País. Agora não se trata de recorrer a um outro organismo, como o Congresso Revisor, que não tem autoridade primacial para encaminhar a solução de crise e nem é o Poder da República, porque o Poder da República é o Congresso Nacional, do qual V. Exª é o Presidente.

A legitimidade do Congresso Revisor é questionada até por 83 membros do Congresso Nacional. Não poderíamos aqui, agora, estar beirando para uma prioridade de valor de um Congresso que inclusive tem a sua validade discutida pelos seus próprios membros, o que não ocorre com o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o Regimento determina que não pode existir coincidência no funcionamento desses organismos. Ora, se isso ocorre, cabe ao Congresso Nacional, que está reunido neste instante, deliberar sobre o que deve prevalecer: se ele, Congresso Nacional, deve prorrogar a sessão, ou o Congresso Revisor deverá ter início.

Por esta razão, Sr. Presidente, insisto que não poderemos, inclusive por essa questão de ordem do Deputado Gastone Righi, introduzir uma outra questão extremamente grave no País. É que não é mais o Congresso Nacional o Poder supremo Legislativo, mas, sim, o Congresso Revisor, que é um Poder derivado, organismo derivado, questionado em sua legitimidade e que não pode ter prioridade diante do Congresso Nacional, que está em funcionamento.

Peço à V. Exª que ponha inequivocamente sob a consideração do Plenário do Congresso Nacional, que coincidentemente é o mesmo Plenário do Congresso Revisor, o nosso requerimento, deliberando se essa prorrogação deve ser feita ou não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de tanta obstrução ao Congresso Revisor, acho até que já aprendemos a fazê-la. E aí o Congressista Haroldo Lima verá como é difícil trazer Congressistas ao plenário, uma luta, aliás, permanente nossa no Congresso Revisor.

Logo, Sr. Presidente, entendo que a questão de ordem do Congressista Gastone Righi é clara, tranqüila, pois não se pode colocar um requerimento em votação para interromper uma outra sessão. Evidentemente que V. Exª pode indeferir de pronto, e tenho certeza de que o Plenário aguarda esta lúcida decisão de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra, para contraditar, ao nobre Congressista Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria reafirmar que o Congresso Nacional é um Poder soberano da República, que tem funções constitucionais claras.

Pediria aos nobres Líderes que resistiram à proposta de prorrogação do prazo da sessão do Congresso que refletissem em quantas oportunidades a Câmara dos Deputados já suspendeu suas atividades para convocar o Congresso ou uma outra instância, e o Plenário é o mesmo. Este Plenário soberano deve se posicionar, neste momento, sobre a crise institucional.

Gostaria de lembrar aos nobres Congressistas Luís Eduardo e Gastone Righi da gravidade do momento que estamos vivendo, na medida em que o Poder Executivo desautoriza o Supremo Tribunal Federal a interpretar as leis que esta Casa deveria elaborar e, no caso, a Medida Provisória. Só este Plenário pode corrigir, só este Plenário pode restabelecer, neste momento, as instituições democráticas.

Quero lembrar o art. 49, V, da Constituição, que diz:

Art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa...

E o ato do Ministro da Fazenda sustando o pagamento do Poder Judiciário é um ato que exorbita o papel do Poder Executivo.

Portanto, temos que prorrogar esta sessão para corrigir essas distorções e superar a crise institucional e, aí, sim, votaremos a Medida Provisória da questão salarial, que tem interesse político-social. Peço à Presidência que a coloque imediatamente em votação, respeitando a vontade soberana deste Plenário. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ ABRÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JOSÉ ABRÃO – (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a questão de ordem, gostaria de chamar a atenção dos Colegas para o que estabelece o § 3º do art. 1º do Regimento da Revisão Constitucional:

§ 3º Os trabalhos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, inclusive reunião de Comissões, não poderão coincidir com os horários, e não com as sessões, não poderão coincidir com os horários das sessões da Revisão.

Portanto, a convocação do Congresso Revisor é para o horário específico 14h, e o adiamento, que pudesse ser votado aqui, implicaria coincidência de horário, infringindo, portanto, o § 3º do art. 1º da Resolução nº 1, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência tem que decidir a questão suscitada.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que V. Exª tome qualquer decisão, gostaria de externar a opinião do nosso Partido, o PPR.

Sr. Presidente, se for decidido pela continuidade desta sessão ou pela convocação do início da sessão do Congresso Revisor às 14h, é evidente que em nenhum dos casos vai haver número regimental para a continuidade da sessão. Isto está evidente. Entretanto, regimentalmente, o Congresso Revisor tem preferência.

O PPR já externou a sua posição de que deseja votar hoje a Medida Provisória. Agora cabe a V. Exª decidir. Se V. Exª entender que devemos dar início aos trabalhos do Congresso Revisor às 14h, pelo menos garanta que, posteriormente, haverá uma convocação para a votação da Medida Provisória ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência vai decidir as questões de ordem.

Diz o Regimento Comum, que é subsidiário do Regimento da Revisão, em seu art. 23:

Art. 23 – Ouvido o Plenário, o prazo de duração da sessão poderá ser prorrogado:

- a) por proposta do Presidente;
- b) a requerimento de qualquer Congressista.

A Presidência não pode se furtar a colocar em votação a matéria. A soberania do Plenário é que vai decidir. O requerimento é no sentido da prorrogação da sessão até às 15h.

Os Srs. Deputados que aprovam o pedido de prorrogação permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

O SR. PAULO RAMOS – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O requerimento foi rejeitado pela maioria dos Líderes.

O SR. HAROLDO LIMA – Não existe voto de liderança, por isso, solicitamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vai ser feita a verificação requerida. Inclusive, o Senado tem que votar.

O SR. PAULO RAMOS – Vai ser feita a verificação, mas é preciso registrar que a votação simbólica depende da observação visual do Presidente e não existe voto de liderança. V. Exª está habituado a trazer um molde e tenta adequar o resultado à decisão anterior, que traz no bolso do colete. Lamentavelmente, temos que registrar esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A votação simbólica é feita pelos Líderes.

Vai-se fazer a verificação. Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal solicita aos seus membros que não votem. Estaremos em obstrução. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque discordamos dessa votação, quando faltam menos de 10 minutos para o início da sessão do Congresso Revisor. Segundo, na medida em que se encontra a solução, pela qual os Líderes, os Srs. Deputados e Senadores estão trabalhando, nada impedirá V. Exª de suspender a sessão do Congresso Revisor e convocar uma nova sessão do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, peço aos Congressistas do PFL que não votem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – PFL em obstrução.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT – RS) – Sr. Presidente, o PT apresentou o requerimento para que a sessão fosse prorrogada. Entendemos que, de um lado, está a grave crise institucional que se abate sobre o País; de outro, encontra-se o problema salarial, que é concreto para os trabalhadores. Estas duas questões não podem deixar de ser analisadas.

Fica muito claro nesta votação quem efetivamente deseja um tipo de Revisão Constitucional, que é contra apenas os traba-

lhadores, que só deseja atingir os grandes monopólios, os oligopólios nacionais e internacionais através dos seus interesses.

Aqueles que desejam prorrogar a sessão para analisar a crise, para analisar a questão salarial, para analisar as questões que hoje estão na Ordem do Dia tentam utilizar-se, de qualquer forma, da Revisão Constitucional para retirar de cena as grandes questões que afligem o País.

Por isso, a Bancada do PT está presente e votará a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PC do B?

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA) – Sr. Presidente, o PCdoB vota favoravelmente à prorrogação desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PMDB?

O SR. TARCÍSIO DELGADO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pelas razões já expostas, o PMDB declara-se em obstrução, recomendando aos seus membros que não votem esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PT?

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT – RS) – Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PTB?

O SR. NELSON TRAD (PTB – MS) – Sr. Presidente, pelas razões que peço sejam incorporadas neste momento às justificativas do Deputado Gastone Righi, de forma irrisignada, o PTB não concorda com a decisão da Mesa. Trata-se de um requerimento, na realidade, despido das roupagens da legalidade e que, neste momento, abre um gravíssimo precedente. Certamente ainda irão colocar obstáculos enormes em trabalhos do Congresso Revisor e do Congresso Nacional.

O PT está em obstrução; não votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PPR?

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP) – Sr. Presidente, o PPR está verificando agora que as obstruções mudam de lado. Mas não vamos entrar em obstrução. O PPR vota "não" pelo seguinte motivo: uma hora não será o suficiente para que, o Congresso Nacional vote a Medida Provisória nº 434. Mas uma hora seria o suficiente para que aqueles que estão contra o processo revisor continuem a obstrução da Revisão da Constituição.

Então, por este motivo, o PPR vota contrário ao requerimento e solicita até que V. Exª, posteriormente ao término da sessão do Congresso Revisor, convoque o Plenário para votar a Medida Provisória nº 434.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não. O PPR vota "não".

Como vota o Líder do PSDB?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o PSDB declara-se em obstrução, basicamente, por infringência do § 3º do art. 1º do Regimento da Revisão, que não permite o paralelismo de sessões com as sessões do Congresso Revisor e pelo fato já exposto ao longo do dia exaustivamente.

Solicitamos, portanto, à Bancada do PSDB que se mantenha em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o Líder do PP?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR) – Sr. Presidente, foi dada a oportunidade a todas as demais Lideranças de se pronunciarem, o que não ocorreu com esta Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Houve um acidente de percurso.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Mas eu gostaria de encaminhar.

O Partido Progressista entende que, no momento que estamos vivendo, essa crise dos três Poderes, que é grave – e este aspecto foi muito bem abordado pelos Líderes que me antecederam – tem que ser resolvida, e o Parlamento pode dar uma contribuição.

Em relação à verificação deste momento, entendemos que a matéria precisa de mais tempo para ser discutida. Faltam apenas três minutos para o término. Portanto, o nosso Partido entende que não há tempo suficiente.

Votamos "Não" e pedimos aos nossos Companheiros que não votem, que façam obstrução. Esta é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PDT?

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ) – Sr. Presidente, o PDT votará "Sim", conclamando V. Exª a que acione as campanhas, chamando os Parlamentares ao plenário.

O PDT manifesta também a sua estranheza por verificar que os Partidos que compõem a maioria de apoio ao Governo estão propondo a obstrução. O pronunciamento do Congressista Luiz Carlos Hauly provoca-nos uma profunda estranheza, porque a maioria tem que comparecer e dizer "Sim" ou "Não", derrotando ou aprovando a proposta. O que não pode ocorrer é a maioria usar a arma da minoria, que é a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PSTU?

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU – SP) – Sr. Presidente, o PSTU está votando "Sim".

O SR. PRESIDENTE – Como vota o PV?

O SR. SIDNEY DE MIGUEL (PV – RJ) – Sr. Presidente, o Partido Verde vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Os Srs. Congressistas que se encontram nas bancadas queiram registrar seus códigos de votação. Queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem.

Como vota o PSB?

O SR. ROBERTO FRANCA (PSB – PE) – O PSB vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Como vota o PC do B?

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA) – Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para convocar os membros da Bancada do PC do B a comparecerem para votar "Sim" e pela não-desmoralização do Judiciário e do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Os Srs. Congressistas que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

Como vota o PSD?

O SR. EDI SILIPRANDI (PSD – PR) – Sr. Presidente, o PSD deixa a questão em aberto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito o período de votação para fazer um apelo e um alerta à maioria.

Com essa obstrução, estamos derrubando a sessão e, na prática, inviabilizando o papel mediador que o Congresso Nacional poderia ter neste momento de crise institucional.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa que o ato do Ministro da Fazenda sustando o pagamento definido pelo Supremo Tribunal Federal, na prática, é uma exorbitância das funções constitucionais do Executivo; em última instância, uma desautorização ao Supremo Tribunal Federal de exercer, com toda a soberania e plenitude, a sua função constitucional de interpretar as leis em vigor no País. A única alternativa que teríamos seria o Poder Legislativo corrigir esta matéria, sustando esse ato do Poder Executivo e, concomitantemente, definindo regras de interpretação da Medida Provisória no que se refere à data para o cálculo do salário médio real.

Essa era a proposta que estávamos negociando. Mas, infelizmente, a falta de estatura desse Governo, sua falta de grandiosidade, sua falta de visão histórica jogam o País numa crise institucional por causa de 10% de salário.

Não temos hoje um estadista na Presidência. E pior ainda: não temos lideranças de Governo no Congresso que tenham o mínimo de competência e de visão política para saber, num momento grave como este, exercer a função negocial do Poder Legislativo para que possamos superar, com grandiosidade, com sabedoria e seriedade, a crise institucional que o País vive.

Portanto, mais uma vez o Congresso abdica das suas funções, impedindo o exercício do papel que a democracia e o povo brasileiro dele esperam; assim, vai sucumbindo diante da crise institucional, desaparecendo do cenário nacional e perdendo legitimidade, credibilidade e popularidade.

Quem sabe seja exatamente essa a perspectiva que as forças conservadoras do País tentam imprimir à crise, agravando o quadro institucional e permitindo que as vozes que há trinta anos tomaram de assalto o poder político do País possam mais uma vez se manifestar, crescer e ganhar corpo nesse lodaçal, nesse cipoal, nesse impasse, nessa encruzilhada em que se encontram as instituições democráticas.

Tínhamos que assegurar uma saída ao Supremo; tínhamos que assegurar o novo papel do Executivo, tínhamos que afirmar o nosso papel como Poder, arbitrando essa crise. A Constituição só a este Poder delega instrumentos para a superação deste momento delicado das instituições do País.

Não o fizemos mais uma vez. O Plenário mostra a irresponsabilidade da maioria. Não se trata de obstrução; trata-se de ausência, pois os Parlamentares já foram para os seus Estados, quando deveriam estar aqui, exercitando, com toda a grandiosidade e responsabilidade cívica, o mandato popular que se lhes confere.

Por isso tudo, quero registrar nos Anais desta Casa o meu protesto, a minha preocupação e o meu alerta a este Plenário.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUÍS EDUARDO (PFL – BA. Como Líder.) – Sr. Presidente, o PFL está em obstrução e solicita à sua Bancada que não vote.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O PFL em obstrução.

(Procede-se à votação)

O SR. CARLOS LUPI – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CARLOS LUPI (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, registro que a Bancada do PDT vota "Sim" ao requerimento, porque acha extremamente urgente e necessário que esta Casa se pronuncie sobre a Medida Provisória que trata de corrigir os graves erros cometidos contra os salários do trabalhador brasileiro.

Gostaria que a Presidência informasse se já foi convocada a sessão do Congresso Revisor e qual o seu horário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A sessão do Congresso Revisor será realizada logo em seguida a esta. Estamos em processo de votação. Logo em seguida, terá início a sessão do Congresso Revisor.

O SR. GASTONE RIGHI – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB já se anunciou em obstrução. A sessão deveria ir até às 14h. A partir daí, dever-se-ia iniciar o Congresso Revisor. V. Ex^a já apelou: os que deveriam votar votaram. Peço a V. Ex^a – há 91 presentes – que declare encerrada a votação. Vamos nos alongar inutilmente.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo está anunciando, há quase um mês, que gostaria desse tipo de não-decisão. Na verdade, estamos dando, neste plenário, ao Governo o poder de interferir sobre o Congresso Nacional, para depois – como vem acontecendo – de maneira desabrida e perigosa para as instituições políticas, acusar o Congresso Nacional de não ter querido a decisão.

Se o Governo não estivesse anunciando pelos seus Ministros – o Líder Pedro Simon falou desta tribuna – que queria a reedição da Medida, que queria que não fosse votado o Projeto de Conversão, eu até acreditaria na boa vontade do Governo em resolver a crise.

Estamos assistindo a um processo perigoso de conversão do Congresso Nacional em convenção de partidos políticos, visando a sucessão presidencial, em conflito com outra convenção que se está realizando no Palácio do Planalto, também de partidos políticos, para produzir candidatos à eleição presidencial. Sr. Presidente, o que menos está contando é a questão salarial e o problema dos trabalhadores brasileiros.

Ao mesmo tempo, a crise foi agravada pela posição do Poder Judiciário, que há 10 anos é privilegiado no processo de recebimento dos seus salários. O Supremo Tribunal Federal foi pilhado no privilégio, pela conversão no dia 30. Ao ser pilhado no privilégio, o Judiciário não teve a grandeza de dizer à Nação que

recebe antes de o mês terminar, como nenhum outro trabalhador deste País.

Recuamos da decisão incorreta; podemos inclusive recuar mais, mas como um Poder que tem força e não medo de recuar. O Poder Executivo está esticando a corda mais do que é possível tolerar, pois há um clima de fragilidade hoje em nosso País. A História não se escreve de maneira otimizada, mas se escreve pelos atores que estão em cena. É preciso que o Governo diga, nesta Casa, o que está dizendo lá fora, ou pare de dizer lá fora o que não diz aqui com todas as letras.

É possível negociar, sim. Podemos inclusive negociar, mas não aceitamos a idéia de que, ao derrubar esta sessão por essa obstrução que consideramos injustificável, o Governo usará o argumento contra o Congresso Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vamos encerrar a votação.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a V. Exª que mantenha o mesmo período de votação do dia do aumento do salário dos Deputados, que foi de uma hora e 45 minutos.

Peço a V. Exª que mantenha a sessão por uma hora e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência vai encerrar a votação.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, V. Exª está usando dois pesos e duas medidas. V. Exª usou dois pesos e duas medidas no dia da votação...

O SR. GASTONE RIGHI – Com 102 presentes, alguém ainda tem dúvida? São 102 presenças, não há dúvida nenhuma.

(Prossegue a votação)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Amapá

Lourival Freitas – PT – Sim

Pará

Hermínio Calvino – PMDB – Sim

Paulo Rocha – PT – Sim

Paulo Titan – PMDB – Sim

Socorro Gomes – PCdoB – Sim

Amazonas

Beth Azize – PDT – Sim

Ricardo Moraes – PT – Sim.

Tocantins

Leomar Quintanilha – PPR – Sim

Maranhão

Haroldo Sabóia – PT – Sim

José Burnett – PPR – Não

Neiva Moreira – PDT – Sim

Samey Filho – Bloco – Sim.

Ceará

Gonzaga Mota – PMDB – Sim

Maria Luiza Fontenele – PSTU – Sim

Piauí

José Luiz Maia – PPR – Não

Paraíba

Lúcia Braga – PDT – Sim

Vital do Rego – PDT – Sim

Pernambuco

Inocêncio Oliveira – Bloco – Não

Renildo Calheiros – PCdoB – Sim

Roberto Franca – PSB – Sim

Roberto Freire – PPS – Sim

Alagoas

José Thomaz Nono – PMDB – Não

Sergipe

Benedito de Figueiredo – PDT – Sim

Bahia

Alcides Modesto – PT – Sim

Beraldo Boaventura – PSDB – Sim

Haroldo Lima – PCdoB – Sim

Jaques Wagner – PT – Sim

Prisco Viana – PPR – Não

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT – Sim

Aloisio Vasconcelos – PMDB – Sim

José Aldo – PTB – Sim

Neif Jabur – PMDB – Abstenção

Paulo Delgado – PT – Sim

Sandra Starling – PT – Sim

Sergio Ferrara – PDT – Sim

Sérgio Miranda – PCdoB – Sim

Tilden Santiago – PT – Sim

Espírito Santo

Helvécio Castello – PT – Sim

Rita Camata – PMDB – Não

Rio de Janeiro

Artur da Távola – PSDB – Não

Carlos Lupi – PDT – Sim

Edésio Frias – PDT – Sim

Jair Bolsonaro – PPR – Sim

Jandira Feghali – PCdoB – Sim

Junot Abi-Ramia – PDT – Sim

Luiz Salomão – PDT – Sim

Márcia Cibilis Viana – PDT – Sim

Marino Clinger – PDT – Sim

Miro Teixeira – PDT – Sim

Paulo Ramos – PDT – Sim

Sidney de Miguel – PV – Sim

Vivaldo Barbosa – PDT – Sim

Vladimir Palmeira – PT – Sim

Wanda Reis – PMDB – Sim

São Paulo

Aldo Rebelo – PCdoB – Sim

Aloizio Mercadante – PT – Sim

Armando Pinheiro – PPR – Não

Chafic Farhat – PPR – Não

Eduardo Jorge – PT – Sim

Ernesto Gradella – PSTU – Sim
Hélio Bicudo – PT – Sim
Irma Passoni – PT – Sim
João Melão Neto – PL – Não
José Cicote – PT – Sim
José Genoíno – PT – Sim
José Benedito – PT – Sim
Liberato Caboclo – PDT – Sim
Luiz Gushiken – PT – Sim
Marcelino Romano Machado – PPR – Não
Marcelo Barbieri – PMDB – Sim
Tadashi Kuriki – PPR – Não

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS – Sim
Benedito Domingos – PP – Abstenção
Chico Vigilante – PT – Sim
Maria Laura – PT – Sim

Mato Grosso do Sul

Valter Pereira – PMDB – Sim

Paraná

Carlos Roberto Massa – PTB – Sim
Edésio Passos – PT – Sim
Edi Siliprandi – PSD – Sim
Joni Varisco – PMDB – Sim
Luiz Carlos Haully – PP – Não
Otto Cunha – PPR – Não
Pedro Tonelli – PT – Sim
Pinga Fogo de Oliveira – PDT – Sim

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR – Sim
Dercio Knop – PDT – Sim
Luci Choinacki – PT – Sim
Paulo Duarte – PPR – Sim

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT – Sim
Adylson Motta – PPR – Abstenção
Amaury Muller – PDT – Sim
Arno Magarinos – PPR – Sim
Carlos Cardinal – PDT – Sim
Celso Bernardi – PPR – Sim
Eden Pedroso – PT – Sim
Fetter Junior – PPR – Sim
José Fortunati – PT – Sim
Osvaldo Bender – PPR – Sim

Paulo Paim – PT – Sim
Telmo Kirst – PPR – Sim
Valdomiro Lima – PDT – Sim
Wilson Muller – PDT – Sim

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Encerrada a votação.

Votaram SIM 85 Srs. Congressistas; e NÃO 14.

Houve 3 abstenções.

Total de votos: 102.

Foi rejeitado o requerimento.

O SR. EUCLYDES MELLO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EUCLYDES MELLO (PRN – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo declarar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a pode declarar.

O SR. EUCLYDES MELLO – Meu voto é "Sim".

O SR. CHICO VIGILANTE – Isso é picaretagem! Isso é picaretagem!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vou mandar uma representação contra V. Ex^a ao Presidente da Câmara, por falta de decoro parlamentar. V. Ex^a não pode tratar assim a Presidência. V. Ex^a não tem esse direito.

O SR. CHICO VIGILANTE – Isso é picaretagem! Isso é picaretagem!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Haverá representação contra V. Ex^a ao Presidente da Câmara, por falta de decoro. V. Ex^a me respeite! V. Ex^a me respeite!

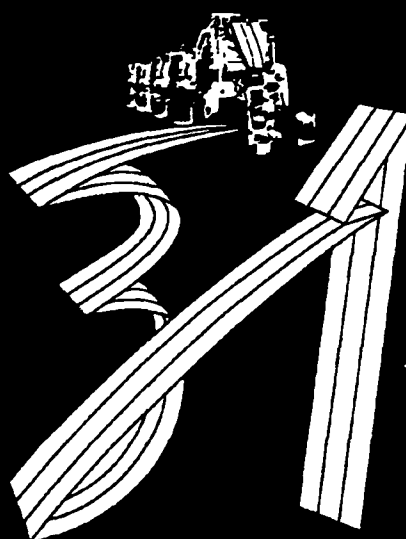
A Presidência avisa aos Srs. Congressistas que, logo após a sessão do Congresso Revisor, haverá rápida sessão da Câmara dos Deputados para votação do projeto de autoria do Deputado José Dirceu. Em seguida, haverá nova sessão do Congresso Nacional, para apreciação da Medida Provisória nº 434.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14h30min.)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS